

# ARQUEOLOGIA:

## Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

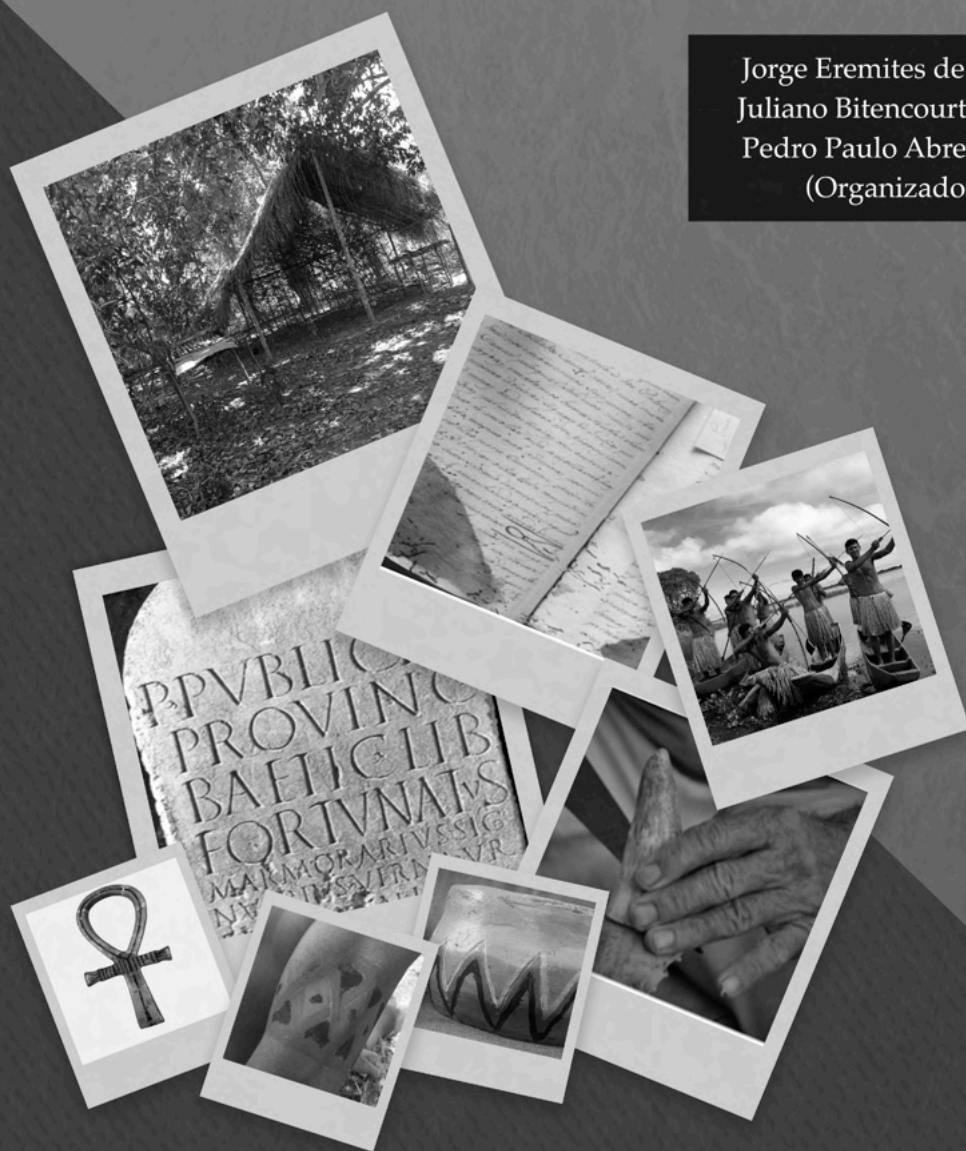
Jorge Eremites de Oliveira  
Juliano Bitencourt Campos  
Pedro Paulo Abreu Funari  
(Organizadores)



# ARQUEOLOGIA:

## Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

Jorge Eremites de Oliveira  
Juliano Bitencourt Campos  
Pedro Paulo Abreu Funari  
(Organizadores)



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

Acervo dos autores

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

*Open access publication* by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins





## Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Jorge Eremites de Oliveira  
Juliano Bitencourt Campos  
Pedro Paulo Abreu Funari

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2 / Organizadores Jorge Eremites de Oliveira, Juliano Bitencourt Campos, Pedro Paulo Abreu Funari. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-914-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.148221603>

1. Arqueologia. I. Oliveira, Jorge Eremites de (Organizador). II. Campos, Juliano Bitencourt (Organizador). III. Funari, Pedro Paulo Abreu (Organizador). IV. Título.

CDD 930.1

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Desde o século XIX, em particular, que a Arqueologia desponta como um dinâmico campo do conhecimento científico que costuma despertar a curiosidade e chamar a atenção de um grande público. Tornou-se imprescindível à compreensão das origens e das múltiplas trajetórias das sociedades humanas, desde longínquas temporalidades na África até sua atual presença em diversas regiões do planeta. Da segunda metade dos oitocentos até as primeiras décadas do século XX, esteve ligada à ideia da construção de identidades nacionais, quer dizer, a projetos de Estado. Mais adiante, tornou-se uma ciência madura e passou a fazer parte de muitas realidades da vida em sociedade. Por isso, cada vez mais está presente, por exemplo, em publicações científicas, na mídia em geral, em representações cinematográficas e no imaginário de milhões de pessoas, mundo afora.

Neste sentido, o livro “Arqueologia: temáticas e perspectivas teórico-metodológicas” apresenta uma coletânea de trabalhos que registra parte da pujança da Arqueologia no tempo presente, seja no Brasil, seja em outros países, como em Portugal. A obra está marcada pela pluralidade de temas estudados por experientes pesquisadoras/es e por uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas, as quais são pautadas pela interdisciplinaridade e aplicadas em estudos de interesse a temas variados: acervos arqueológicos, educação patrimonial, sustentabilidade, patrimônio cultural, laudos judiciais sobre terras por tradição ocupadas por povos originários, tecnologias indígenas, percepções sobre o registro arqueológico, antiguidade clássica, direitos humanos, ensino da arqueologia, cartografia, projetos colaborativos, multivocalidade, entre outros.

A obra aqui apresentada destina-se a um público mais amplo, inclusive a pessoas em diferentes níveis de formação acadêmica e vinculadas a campos como os da Arqueologia, claro, mas também Antropologia Social, Geografia, História, Educação, Museologia, entre outras áreas. Volta-se, sobretudo, a pessoas que têm interesse no patrimônio arqueológico, em sua percepção como legado cultural, na materialidade de relações sociais no tempo e espaço, ao visar a convivência e a diversidade.

No caso do Brasil, país que conta, hoje, com dezenas de cursos de bacharelado, mestrado e doutorado em Arqueologia (alguns com área de concentração em arqueologia), a presente publicação soma a tantas outras que buscam compartilhar experiências que não apenas possuem base empírica consistente, mas que também aspiram a superar o norte epistêmico, incorporar saberes tradicionais e analisar situações históricas até pouco tempo desprezados ou pouco valorizados na academia, prol do convívio solidário.

Por tudo isso, a leitora e o leitor têm em suas mãos uma publicação organizada com esmero em tempos difíceis, marcados por guerras, conflitos assimétricos, crises econômicas e epidemias, um livro que vale a pena conferir.

Boa leitura!

Jorge Eremites de Oliveira  
Juliano Bitencourt Campos  
Pedro Paulo A. Funari



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO, OS DESAFIOS DO USO DE UM ACERVO ARQUEOLÓGICO

Raquel dos Santos Funari


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216031>

### **CAPÍTULO 2..... 11**

INSTITUTO OLHO D'ÁGUA E A SUSTENTABILIDADE CULTURAL: UMA MISSÃO NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA

Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues

Jorlan da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216032>

### **CAPÍTULO 3..... 25**


PATRIMÔNIO CULTURAL EM FOCO : ESTUDO DE CASO A RESPEITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RECONHECIDO PELOS ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO SUL DE SANTA CATARINA

Carolina Porto Luiz

Bruna Cataneo Zamparetti

Lucy Cristina Ostetto


Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216033>

### **CAPÍTULO 4..... 40**

ETNOARQUEOLOGIA NO LAUDO PERICIAL SOBRE A TERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ, PANTANAL DE MATO GROSSO


Jorge Eremites de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216034>

### **CAPÍTULO 5..... 61**

PÃRI – ARMADILHAS DE PESCA UTILIZADAS PELOS KAINGANG NO VALE DO RIO PIQUIRI

Lúcio Tadeu Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216035>


### **CAPÍTULO 6..... 92**




ANÁLISES DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE REGIÕES DO LITORAL PAULISTA

Luana Campos

Cristina Fachinni

Aline Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216036>

<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>104</b>
«HÁBITOS ELETIVOS, CONTRÁRIOS À VIRTUDE» E «OBRAS DA OMNIPOTÊNCIA DIVINA»: ABORDAGEM TEÓRICA DAS EVIDÊNCIAS DOS ESTADOS ALTERADOS DE CONSCIÊNCIA NO REGISTO ARQUEOLÓGICO DA IDADE MODERNA EM PORTUGAL	
Miguel Martins de Sousa	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216037">https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216037</a>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>123</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA EPIGRAFIA LATINA PARA O ESTUDO DOS LIBERTOS NO IMPÉRIO ROMANO	
Filipe Noé da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216038">https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216038</a>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>136</b>
FÚLVIA E AS DEUSAS BÉLICAS EM SUAS MOEDAS	
Tais Pagoto Bélo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216039">https://doi.org/10.22533/at.ed.1482216039</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>148</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>150</b>

# CAPÍTULO 1

## ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO, OS DESAFIOS DO USO DE UM ACÉRVO ARQUEOLÓGICO

*Data de aceite: 01/03/2022*

*Data de submissão: 06/12/2021*

**Raquel dos Santos Funari**

Museu de Arqueologia e Etnologia da  
Universidade de São Paulo (MAE-USP)  
São Paulo – SP  
<https://orcid.org/0000-0003-3275-5435>

**RESUMO:** Este capítulo insere-se numa pesquisa de pós-doutoramento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), sob a supervisão do professor Vagner Carneiro Porto. Nesta ocasião, pareceu apropriado explorar alguns aspectos teórico-metodológicos na aplicação da Arqueologia no ensino formal e informal, assim como fazer um breve aceno ao uso de acervo arqueológico para isso (Kormikiari e Porto 2019). Temáticas e perspectivas inovadoras e que podem inspirar a outras tantas práticas arqueológicas e educativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia. Educação. Acervo arqueológico.

### ARCHEOLOGY AND EDUCATION, THE CHALLENGES OF USING AN ARCHAEOLOGICAL COLLECTION

**ABSTRACT:** This chapter is part of a post-doctoral research at the Museum of Archeology and Ethnology of the University of São Paulo (MAE-USP), under the supervision of Professor Vagner Carneiro Porto. On this occasion, it seemed appropriate to explore some theoretical-

methodological aspects in the application of Archeology in formal and informal education, as well as to make a brief mention of the use of archaeological collections for this (Kormikiari and Porto 2019). Innovative themes and perspectives that can inspire many other archaeological and educational practices.

**KEYWORDS:** Archaeology. Education. Archaeological collection.

### 1 | ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO, UMA TRAJETÓRIA

Arqueologia e Educação apresentam trajetórias próprias e sua intersecção é tardia, se considerarmos que ambas surgiram e se desenvolveram desde o final do século XVIII. Ambas, como os demais campos de conhecimento, resultam de processos relacionados à revolução industrial, o racionalismo, a experimentação, mas também o nacionalismo, o colonialismo e o imperialismo (VEYNE, 1983). Para a formação do estado-nação colonialista ou imperialista, a educação foi crucial. Até aquele momento, as pessoas estavam definidas por seu status jurídico e eram súditos de um rei ou outro potentado local. Isso começou a mudar no século XVIII, como no caso mais radical, com a revolução francesa, em 1789. O processo foi lento e desigual, como atestam a sobrevivência de impérios como o Áustro-Húngaro, Otomano ou Russo, em pleno século XX, assim como a manutenção das diferenças

de status jurídico, mesmo no Reino Unido, com sua nobiliarquia, os lordes, frente aos comuns. A revolução francesa criou cidadãos, em lugar de súditos, mas os cidadãos ainda não existiam, senão como projeto. Foi a Educação, em particular por meio de uma nova instituição, a escola, a ser encarregada de formar os futuros cidadãos, com o mesmo passado, o mesmo território, a mesma língua e assim por diante. Aí, no passado, temos uma intersecção com a Arqueologia.

A Arqueologia surgia, assim como a educação, de origens seculares anteriores. Antes da escola formadora de cidadãos, resultado do nascente estado nação, o ensino existia. Nos milhões de anos como caçadores e coletores, as sociedades humanas só podiam existir por meio da transmissão de cultura, de geração em geração. Neste sentido, não há humanidade sem educação, não apenas nos últimos milhares de anos do homo sapiens, mas mesmo nos milhões de anos anteriores de homínideos. A sedentarização, a agricultura, a vida urbana e a crescente diferenciação social transformaram também a educação. Por um lado, a transmissão de ensinamentos de geração em geração continuou, mas surgiu algo novo e exclusivo: a educação restrita a uma elite social e intelectual. Nas sociedades antigas da Mesopotâmia e do vale do Nilo, o uso da escrita levou à educação de escribas, muito diferente da transmissão milenar de geração a geração. O antropólogo e arqueólogo André Leroi-Gourhan (1911-1986) foi lapidar ao formular o conceito de gesto técnico (Leroi-Gourhan 1965), ao designar o processo como a cultura podia ser transferida, de geração em geração, pela gestualidade ensinada. Essa instrução nunca deixou de ser fundamental, pois atinge a todas as pessoas.

Já o estudo restrito a uns poucos se fundava sobre outros princípios. Os escribas deviam aprender pela repetição (FUNARI, 2011) e o que aprendiam era compartilhado com seus pouquíssimos pares (FUNARI; GRALHA 2010). A leitura em voz alta sempre favoreceu certa compreensão por parte de todas as outras pessoas, mas nem tudo era tão acessível, como se pode inferir dos complexos papiros matemáticos egípcios antigos (ROBINS; SHUTE 1987) e das tabuinhas cuneiformes mesopotâmicas. Embora nem sempre provenientes de escavações arqueológicas, foi a Arqueologia que permitiu a esses achados poder fazer parte do conhecimento histórico. De novo, educação e arqueologia entrecruzados. Com o passar dos últimos cinco mil anos de escrita e educação, a escrita e a leitura nunca atingiram sequer 5% das pessoas. Isso só mudará com o processo acenado acima, derivado do estado nacional e seu projeto de formação de futuros cidadãos. A escola constrói-se em tudo à diferença da instrução milenar anterior: edifícios próprios, salas de aula, programas estabelecidos para todos, currículos voltados para o compartilhamento de valores, idioma, conhecimentos, dentro os quais se destacavam os históricos (ZARANKIN, 2002). Se antes o passado era sempre melhor e mais nobre, agora devia mostrar o caminho mais ousado do futuro: a partir de antigas raízes em nações e em impérios, o nacionalismo e o imperialismo modernos estariam justificados. O historiador francês François Hartog (2013) mostra bem essa confluência entre instrução escolar, História e Arqueologia, a serviço da

nação e do império, como no seu estudo monográfico de Ernest Renan (HARTOG, 2017). Este sábio francês está presente na trajetória de quem estuda esses diversos temas: nação e nacionalismo, colonização e imperialismo, História e Arqueologia.

Tanto a escola como a Arqueologia mudaram muito desde então, em particular pelas transformações sociais. Movimentos educacionais surgiram desde logo em sentidos diferentes, tanto em grupos sociais, como entre intelectuais, como Max Stirner (Alemanha, 1806-1856), John Dewey (EUA, 1859-1952), Rabindranath Tagore (Índia, 1861-1941), para citar apenas alguns. Movimentos sociais variados, como o feminismo, o anarquismo, o socialismo, o comunismo, mas também espirituais ou religiosos fomentaram experiências que fugiam ao modelo nacionalista e imperialista mencionado antes. O século XX, apesar do nacionalismo e do imperialismo agudos em tantos contextos, não impediu o crescimento de movimentos anticolonialistas, feministas, antirracistas, entre outros, com consequências para a educação, mesmo nos contextos escolares formais. Cada vez mais, valoriza-se a cooperação, o aprendizado mútuo, como atesta a força, mundo afora, de pensadores como Lev Vygotsky (Rússia, 1896-1934), Jean Piaget (Suíça, 1896-1980), ou o brasileiro Paulo Freire (1921-1997). Para citarmos um único contemporâneo e que também usa o nosso idioma, menciono António Nóvoa (Portugal, 1954-). Em uma entrevista sua de 2015, dizia que Nóvoa:

“É inacreditável como, em pleno século XXI, ainda temos de repetir o que Montaigne já dizia no século XVI: é preciso ter uma cabeça bem feita e não bem cheia” (Carta Capital, 27/04/2015, acessado em 24/11/2021, em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/antonio-novoa-aprendizagem-nao-e-saber-muito/>).

Esta passagem é de particular interesse por mostrar que sempre houve quem fosse pelo aprendizado por meio da cooperação e da convivência, como demonstra Montaigne (1533-1592). Este filósofo francês do século XVI permite relacionar, de novo, educação e arqueologia, na medida em que o seu ensaio sobre o encontro com os tupinambás (Ensaio, 1, 31, dos canibais) tem servido em ambas disciplinas de maneira crítica. A publicação do volume organizado por Peter Stone e Robert MacKenzie, *The Excluded Past, Archaeology in Education*, O passado excluído, Arqueologia na Educação (Londres, Routledge, 1990) foi um marco ao congregar educadores, arqueólogos para superar a simples abertura ao público (*public outreach*) ou a as atividades práticas (*hands on activities*), centradas no domínio técnico dos arqueólogos, frente ao público e aos educadores. Resultado de uma sessão sobre o tema do Congresso Mundial de Arqueologia, em 1986, abria o caminho para desenvolver-se, ao final do século passado, a Arqueologia Pública, assim como as Arqueologias comunitárias, participativas, entre outras surgidas dessa crescente interação entre as disciplinas da Arqueologia e da Educação. Talvez o principal, nesse período, tenha sido a difusão do conceito de aprendizado mútuo. Embora os avanços tecnológicos tenham sido crescentes nessas últimas décadas, com grande impacto em ambas áreas, isso acabou por favorecer uma ainda maior democratização das atividades. Se, antes, o desenho

técnico arqueológico exigia treinamento próprio e muito especializado, hoje programas permitem a apresentação de artefatos e estruturas em 3D, sem maiores dificuldades (BRANCAGLION, 2013a). O mesmo vale para os recursos pedagógicos, antes exigentes de diversas habilidades, hoje facilitadas por softwares. A Arqueologia ganhou muito com sua abertura para o aprendizado, assim como a Educação com a cultura material e seu imenso potencial de formação humana, implícito no termo *Bildung*.

## 2 | OS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E SEU POTENCIAL EDUCATIVO

A imensa maioria do material arqueológico prospectado ou escavado, quando não descartado, acaba nas reservas de museus e de outras instituições de guarda. Isso é o resultado da própria profusão de restos materiais do passado: pedras, tijolos, telhas, cacos de cerâmica, entre muitos outros mais. Por isso mesmo, as instituições são impelidas a custodiar uma imensidão. Por longo tempo, esse material tinha seu acesso muito limitado, sujeito mesmo ao empoeiramento e eventual dano. Ainda hoje, o percentual de material estudado e publicado é muito reduzido, em relação ao acervo como um todo. Algo semelhante pode ser dito de sítios arqueológicos. A falta de contato e apropriação desses lugares pelas pessoas foi e tem sido responsável tanto por uma alienação espiritual, como pela depredação monumental. Daí a importância da sua apropriação educativa, como se dava já muito antes do fim do século XX.

Assim como na educação, com o pioneirismo de Paulo Freire (1921-1997), foi a preocupação arqueológica com a extroversão e com a formação, bem representada pelo grande propugnador da Arqueologia pré-histórica, humanista e científica: Paulo Duarte (1899-1984). Duarte foi responsável por cursos inéditos de formação arqueológica, aberta ao público, sem exigências formais, no auditório do jornal Folha de São Paulo, na década de 1950. O espírito dessas palestras inspirava-se no que Paulo Duarte havia testemunhado em Paris, no *Musée de l'Homme* e no *Collège de France*, mas sua iniciativa, no Brasil, era inovadora, ao tratar da antiguidade do homem americano, nos termos da época. Convém lembrar que o termo homem mantinha o seu sentido universal de ser humano e o acréscimo “americano” era revolucionário, ao se referir aos antigos habitantes do continente, os indígenas. Basta lembrar que os indígenas anteriores à chegada dos portugueses eram ignorados nos programas e livros didáticos. Na formação de licenciados em História, uma novidade à época, tampouco havia tais conteúdos, tendo sido o próprio Paulo Duarte pioneiro, nessa atuação, na Universidade de São Paulo, ainda na década de 1950. Estes aspectos devem ser ressaltados, pois a educação arqueológica de massa, em meados do século XX, não se voltava para os ameríndios, como atesta Vere Gordon Childe (1942), ou mesmo era em tudo imperialista, como no caso paradigmático do britânico Mortimer Wheeler. Wheeler (1955) popularizava a Arqueologia, mas não tinha muita simpatia por colonizados! Por isso tudo, Paulo Duarte pode ser considerado inovador ao lado de Paulo



Freire (1968), ao propor o aprendizado.

A valorização dos concheiros ou sambaquis e seus vestígios, capitaneado por Duarte e outros pioneiros, ia na direção humanista e interativa e esteve na base do que viria a ser a formação do atual Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. A valorização do potencial educativo do material arqueológico estava no centro dos pioneiros arqueólogos humanistas brasileiros, na década de 1950, assim como estaria, em certo sentido, na década seguinte, com a Arqueologia Social Latino-Americana e sua defesa das comunidades indígenas (BENAVIDES, 2011). Há, pois, a unir Arqueologia e Educação outro elo comum, de perspectiva: o Humanismo, a consideração de que todos os seres humanos como de igual dignidade, humanos. Isso é tanto mais relevante, se considerarmos o contexto à época, no mundo, e na Arqueologia, em particular. No contexto da Guerra Fria (1947-1989), a América Latina estaria submetida a grandes conflitos, em particular com regimes autoritários e em tudo opostos ao humanismo. Tanto a Arqueologia, como a Educação, ambas sofreram de maneira direta: Paulo Freire foi exilado (1964), Paulo Duarte cassado (1969), o humanismo golpeado, em nome do tecnicismo. Na Educação, tentou-se, no Brasil, acabar com disciplinas como História e Geografia, substituídas por vagos Estudos Sociais. Outras foram eliminadas, como a Filosofia ou mesmo o francês, idioma tanto considerado superado, como perigoso agente do lema da revolução francesa: liberdade, igualdade, fraternidade. Josephine Baker, heroína francesa feminista e antiracista estivera com Fidel Castro em 1968, talvez tenha sido esta a gota d'água para os espíritos tacanhos e tecnocráticos do regime militar.

O exílio, imposto pelo poder ou constrangido a quem conseguia escapar pela fuga, foi crucial para Educação e Arqueologia, em particular no caso brasileiro. Paulo Duarte fora levado ao exílio à época do Estado Novo (1937-1945), muito antes de ser cassado em 1969, na mais recente ditadura, como foi o caso de Paulo Freire. Nem sempre se pensa como o que estava no centro dessa perseguição era a educação, a formação dos futuros cidadãos. Menos ainda, que a Arqueologia podia ser relevante, ao revelar que os indígenas do passado eram tão humanos como todos os outros seres. No contexto latino-americano, essa simbiose original iria florescer antes do que em outras partes. A atuação de Niède Guidon (1933-), antiga pupila de Paulo Duarte e bem inserida no humanismo francês, viria, já na década de 1970 a aliar Arqueologia e Educação, ação comunitária, algo que vivificaria nas décadas seguintes. Não por acaso, ausente no ensino e nos livros à época, hoje a Serra da Capivara, a presença humana antiquíssima, a cultura indígena e a Arqueologia estão presentes nos planos de ensino e livros didáticos, graças à Serra da Capivara. Hoje, na segunda década do século XXI, o uso educativo de acervos arqueológicos tornou-se importante e espalhado, em relação aos mais variados tipos de vestígios do passado. O caso do acervo de amuletos egípcios pode mostrar o imenso potencial na formação dos futuros cidadãos.

### 3 | O INTERESSE PELO EGITO, A FORMAÇÃO DE ACERVOS EGÍPCIOS E OS AMULETOS

O Egito Antigo fascinava já os antigos gregos e romanos, mas foi o desenvolvimento da Arqueologia a transformar o tema em moda renovada pela materialidade. A expedição de Napoleão marcou a abertura dessa Arqueologia nacionalista e imperialista e o Brasil não deixou de participar dessa perspectiva egiptomaníaca (BAKOS, FUNARI 2008), como quando já D. Pedro I se ocupou de obter acervo egípcio para o que viria a ser o Museu Nacional (FUNARI, 2008c). Antes do incêndio do edifício histórico principal do Museu Nacional, em 2018, este custodiava o principal acervo egípcio no Brasil (BAKOS, 2004), como o fazia para grande parte do material arqueológico proveniente tanto do território nacional, como do estrangeiro (BRANCAGLION, 2004; FUNARI, 2017). O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo constituía o segundo acervo egípcio conservado no Brasil (BRANCAGLION, 2013 b). O MAE-USP, surgido na década de 1960, unificado ao Instituto de Pré-Histórica, tanto abrigou uma ampla gama de amostras de vestígios arqueológicos e etnológicos, como se preocupou com seus usos educativos (BRANCAGLION *et al.*, 2001).

O Egito Antigo legou-nos uma imensa variedade de vestígios (BRANCAGLION, 2014). Entre os fatores, estão as condições particulares de preservação, como a baixa humidade do ar, além do desenvolvimento de técnicas de preservação, como a mumificação (FUNARI; GRALHA 2010). A preocupação com a vida explica, também, a profusão material dos egípcios antigos (FUNARI, 2018). Isso não se restringe a este povo antigo, ao contrário (FUNARI, 2019). Pode dizer-se que a preocupação com a vida está no centro de todos os seres vivos, de todas as sociedades e culturas (FUNARI, 2014). A imensa variedade faz com que as maneiras como a vida é cultivada nem sempre sejam de fácil determinação (FUNARI, 2008b). Os egípcios antigos não eram exceção, tinham a vida como preocupação principal, não a morte, como se costuma ser levado a pensar. A continuidade da vida é sempre vida. E aí entram os amuletos (ARROYO-ADAIME, 2017).

Convém voltar ao conceito mesmo de vida. Um dos mais usados no Egito antigo e conhecidos consiste no *ankh*, uma espécie de cruz, para representar os sons de três consoantes. Dois desses sons consonantais não existem no nosso idioma, o inicial e o final, apenas o N reconhecemos. A partir dessa raiz, uma série de palavras em egípcio antigo podem ser arroladas: viver, vida, daí permitir a vida, alimentar, esteja bem, vivo e saudável. A partir da mesma raiz triliteral, outras palavras podem ser colocadas em relação, como espelho, arranjo floral, tiras de sandálias. Por tudo isso, deve reverter-se a percepção mais comum de que os egípcios se preocupavam com a morte: ao contrário, era o amor à vida que se manifestação também nesse potente conceito de vida ou *ankh*. A imagem desse conceito é muito conhecida e tem sido interpretada de múltiplas maneiras.



Figura 1: amuleto egípcio antigo em forma de *ankh* ou *crux ansata*.

Fonte: <http://www.globalegyptianmuseum.org/detail.aspx?id=15027>,

Present location EGYPTIAN MUSEUM [01/001] CAIRO EM

Inventory number CG 24357

Dating NEW KINGDOM

Archaeological Site GOVERNORATE OF LUXOR

Category ANKH-AMULET

Material FAIENCE

Technique FAYENCE

Acessado 06/12/2021

Não por acaso, esse símbolo foi apropriado pelo cristianismo egípcio, conhecido como copta, na chamada cruz com alças (*crux ansata*). Primeiro, a imagem é sempre muito mais efetiva do que a escrita *stricto sensu*, na medida em que prescinde de conhecimento da escrita para ser entendido. Essa imagem pode ser associada a muita simbologia, a começar pela anatomia feminina, com o útero acima e a vagina abaixo, fonte da vida, já que a vida provém sempre da fêmea, algo que estava bem claro na cultura egípcia, com sua valorização feminina. Não se pode saber bem se esta interpretação não resulta mais do moderno símbolo do feminino, ♀, de uso recente, em particular a partir do século XIX, mas se pode especular nesse sentido, pelo bom conhecimento egípcio do corpo humano e dos seus órgãos interiores. A forma circular na parte de cima também lembra a perfeição e a inclusão de tudo da forma arredondada.

A partir daí, da vida, chegamos aos amuletos. Cada sociedade, época e cultura, relacionam-se com o mundo e com o que pode trazer alegrias ou tristezas, sorte ou azar.

A imagens de Stalin, na ateísta União Soviética, serviam como os ícones ortodoxos, antes, para trazer certa proteção a quem os possuíssem, o que mostra a persistência do amuleto, para além do ateísmo oficial. Isso apenas para dizer que amuleto não é um tema distante, ultrapassado, mas em tudo atual e relevante, para todo mundo, e para as crianças também como veremos. Os amuletos egípcios representam bem essa busca pela vida e não é à toa que o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo tenha, no seu acervo, esse material. Não é casual, ainda mais, que tenha sido este museu a formar o primeiro e pioneiro arqueólogo brasileiro estudioso do Egito Antigo, Antônio Brancaglione, cujo mestrado é de 1993 e doutorado de 1999, arqueólogo morto, de maneira prematura, em 2021. Um dos seus legados consiste no catálogo inédito desse precioso material e que serve, agora, para que essas peças possam vivificar com as crianças.

## 4 I CONCLUSÃO: ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO

Este capítulo foi escrito em fins de 2021, ainda sob as limitações derivadas da pandemia e das limitações de frequência física das pessoas. Neste mesmo momento, apesar de vacinada, estou infectada, assim como a Universidade de São Paulo continua com aulas presenciais apenas excepcionais e o retorno às aulas do ensino fundamental e médio continua parcial e limitado. A aplicação do projeto de uso do acervo de amuletos egípcios do MAE-USP está ainda condicionada e parcial, mas neste volume pareceu adequado mostrar como Arqueologia e Educação apresentam entrelaçamentos teóricos e metodológicos nem sempre evidentes ou destacados. Como professora de História, a Arqueologia tem-me servido para formar cidadãos desde a década de 1980, em particular aquela referente à cultura egípcia antiga (FUNARI 2004; FUNARI 2011; TURINO, FUNARI 2012b). Eu não podia imaginar, naquela época, como a minha experiência arqueológica no Museu de História Natural da UFMG seria tão imbricada com a sala de aula. Mais do nunca, Arqueologia e Educação associam-se pela cidadania e pela cooperação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO-ADAIME, V. Os Amuletos Funerários Do Egito Antigo No Acervo Do, Mae-Usp, in: BRANCAGLIONE Jr., Antonio. Semna – **Estudos de Egiptologia IV**/ Antonio Brancaglione Jr., Gisela Chapot (orgs.). – Rio de Janeiro: Editora Klíne, 2017, 298-307.

BAKOS, M.; FUNARI, R. S. História da tradição clássica no Brasil dos séculos XIX e XX. Egito antigo no Brasil: egiptologia e egiptomania. In: André Leonardo Chevitarese; Gabriele Cornelli; Maria Aparecida de Oliveira Silva. (Org.). **Tradição Clássica e o Brasil**. 1ed. Brasília: Fortium/Archai, 2008, v. 1, p. 143-152.

BAKOS, M.M. **Egiptomania, o Egito no Brasil**. São Paulo, Paris, 2004.

BENAVIDES, A. H. O.; LOIOLA, T. S. A.; LEMKE, T. M.; RATTS, T. A. J. P. RETORNANDO À ORIGEM: ARQUEOLOGIA SOCIAL COMO FILOSOFIA LATINO-AMERICANA. **Revista Terceiro Incluído**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 164–192, 2011.

BRANCAGLION Jr, A. As Coleções Egípcias no Brasil. In: Bakos, M.M.; Funari, P.P.. (Org.). **Egiptologia, Egiptomania**. São Paulo: Paris Editorial, 2004, v. , p. 31-41.

BRANCAGLION Jr, A. **Tecnologias 3D: desvendando o passado, modelando o futuro**. 1. Ed. Rio De Janeiro: Lexicon, 2013a. 248p.

BRANCAGLION Jr, A. **Um Egito Ainda Desconhecido: coleções e colecionismo no Brasil**. Tempo Brasileiro, v. 193, p. 39-55, 2013b.

BRANCAGLION Jr, A.; ZIEGLER, C.; DELANGE, E. . As Coleções Egípcias no Brasil/Les Collections Egyptiennes au Brésil. In: Museu de Arte de São Paulo; Museu do Louvre. (Org.). **Egito Faraônico Terra dos Deuses**. 1ed.São Paulo: Takano, 2001, v. 1, p. 20-27.

BRANCAGLION Jr, ANTONIO. S. **Estudos de Egiptologia I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Seshat / Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional/Editora Kliné, 2014. v. 1. 179p

CHILDE, V. G. **O que aconteceu na História**. Rio de Janeiro, Zahar, 1942.

DUARTE, P. **Pela Dignidade Universitária (1977), Ideias**. Campinas, 1, 1, 2004, 155-179.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

FUNARI, R. S.. A África Antiga no Ensino de História. **Heródoto**, v. 2018, p. 194-204, 2018.

FUNARI, R. S.. Egito, uma civilização africana. In: Claudio Carlan; Pedro Paulo Funari; Lourdes Feitosa. (Org.). **As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África**. 2ed.Alfenas: Editora da Unifal, 2019, v. 1, p. 18-28.

FUNARI, R. S.. Egypt and Brazil: an educational approach. In: Pedro Paulo A Funari; Renata S. Garraffoni; Bethany Letalien. (Org.). **New perspectives on the Ancient World**. 1ed.Oxford: Archaeopress, 2008c, v. 1, p. 73-76.

FUNARI, R. S.. Imagens dos corpos egípcios e as leituras modernas. In: Flávia Regina Marquetti; Pedro Paulo Abreu Funari. (Org.). **Corpo a corpo, representações antigas e modernas da figura humana**. 1ed.São Paulo: Editora da Unifesp, 2014, v. 1, p. 133-143.

FUNARI, R. S.. O Egito Antigo no espelho da modernidade brasileira. In: Glaydson José da Silva; Renata Senna Garraffoni, Pedro Paulo Funari; Rafael Rufino. (Org.). **Antiguidade como Presença. Antigos, modernos e os usos do passado**. 1ed.Curitiba: Prismas, 2017, v. 1, p. 225-242.

FUNARI, R. S.. O Egito Antigo no Jardim 2. **Revista Labora**, São Paulo, p. 5 - 5, 15 ago. 2011.

FUNARI, R. S.. **O Egito dos Faraós e Sacerdotes**, 4a ed., 4a impressão. 6. ed. São Paulo: Atual, 2011.

FUNARI, R. S.. O Egito na sala de aula. In: Margaret Bakos. (Org.). **Egiptomania, o Egito no Brasil**. São Paulo: Paris, 2004, v. , p. 145-158.

FUNARI, R. S.. Un estudio hermenéutico de la egiptomanía y egiptología. In: Pedro Paulo A Funari; Dionisio Pérez; Glaydson José da Silva. (Org.). **Arqueología e Historia del Mundo Antiguo: contribuciones brasileñas y españolas**. Oxford: Archaeopress, 2008b, v. 1, p. 37-40.

FUNARI, R. S.; Gralha, J. . O Egito Antigo. In: Renata Lopes Biazotto Venturini. (Org.). **Antiguidade Oriental e Clássica: economia, sociedade e cultura**. 1ed.Maringá: Eduem, 2010, v. 1, p. 13-36.

HARTOG, F. **La nation, la religion, l'avenir: Sur les traces d'Ernest Renan**. Paris, Gallimard, 2017.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KORMIKIARI, Maria; PORTO, Vagner Carvalheiro. Arqueologia como instrumento de aproximação aluno-Mundo Antigo: para além de uma visão eurocêntrica. **Revista Transversos**, v. 1, p. 45-69, 2019.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra: 2** – memória e ritmos. Lisboa: Edições 70, 1965.

Robins, Gay; Shute, Charles (1987). **The Rhind Mathematical Papyrus: an Ancient Egyptian Text**. London: British Museum Publications Limited.

TURINO, F. ; FUNARI, R. S. . **Quando crescer, vou ser...egiptólogo!** 01/08/2012. Ciência Hoje das Crianças, Rio de Janeiro, p. 22 - 23, 01 ago. 2012b.

VEYNE, P. **O inventário das diferenças**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

WHEELER, M. **Still Digging**. Londres, Michael Joseph, 1955.

ZARANKIN, Andres. Paredes que domesticam; Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O caso de Buenos Aires. 1. ed. Campinas: Centro da Arte e Arqueologia -IFCH-UNICAMP, 2002. v. 1. 182p .



# CAPÍTULO 2

## INSTITUTO OLHO D'ÁGUA E A SUSTENTABILIDADE CULTURAL: UMA MISSÃO NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 28/02/2022

### **Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues**

Doutora em Arqueologia, pesquisadora do Instituto Olho D'Água, chefe do Parque Nacional Serra da Capivara  
Coronel José Dias– Piauí  
<https://orcid.org/0000-0002-9054-2924>

### **Jorlan da Silva Oliveira**

Historiador e coordenador do Instituto Olho D'Água  
Coronel José Dias– Piauí  
<http://lattes.cnpq.br/4758531781310180>

**RESUMO:** O capítulo que segue pretende demonstrar a experiência do Instituto Olho D'Água no Piauí no desenvolvimento de projetos colaborativos com as comunidades, na zona envoltória do Parque Nacional da Serra da Capivara, patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, à sustentabilidade cultural. Nesse arcabouço, dialoga com os conceitos de arqueologia colaborativa e sua multivocalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade, Arqueologia Colaborativa, Sustentabilidade Cultural, Serra da Capivara.

### OLHO D'ÁGUA INSTITUTE AND CULTURAL SUSTAINABILITY: A MISSION IN THE TERRITORY OF SERRA DA CAPIVARA NATIONAL PARK

**ABSTRACT:** The following chapter intends to demonstrate the experience of Instituto Olho D'Água in Piauí in the development of collaborative projects with communities, in the surrounding area of the Serra da Capivara National Park, a cultural heritage of humanity by UNESCO, to cultural sustainability. In this framework, it dialogues with the concepts of collaborative archeology and its multivocality.

**KEYWORDS:** Community, Collaborative Archeology, Cultural Sustainability, Serra da Capivara.

### 1 | ARQUEOLOGIA COLABORATIVA, PATRIMÔNIO E COMUNIDADES

Nas últimas duas décadas, a arqueologia adquiriu um aspecto colaborativo, entendendo que cientificamente poderia incorporar as perspectivas das comunidades no seu escopo de pesquisa, nascendo, portanto, no pensamento pós-processual, a Arqueologia Colaborativa, integrada ao escopo de atuação da Arqueologia Pública. Diversas experiências e aplicações em ações de integração e participação das comunidades têm sido realizadas. (RODRIGUES, 2016).

A prática da Arqueologia Colaborativa vem crescendo substancialmente nesse período, uma vez que os arqueólogos cada vez

mais se cruzam de forma complexa e matizada com uma gama de comunidades, sobretudo, comunidades tradicionais (indígenas e não indígenas) através de esforços colaborativos (ATALAY, 2010).

Esse movimento tem ocorrido em escala global, decorrente da democracia, das legislações nacionais e internacionais, da participação cada vez mais ativa das comunidades na política, na academia e nos movimentos sociais. Para Schofield (2010), a arqueologia representa uma oportunidade para explorar e compreender o passado e o presente através de seus vestígios materiais, em benefício da sociedade, agora e no futuro. Deve haver sempre a oportunidade e a responsabilidade de refletir sobre o papel e a relevância da arqueologia para a sociedade.

Diversas discussões e oportunidades de estudos aprofundados foram incorporados, favorecendo o campo multidisciplinar de investigação da Arqueologia na rubrica da sustentabilidade cultural das comunidades: não se pode ver a sustentabilidade cultural de forma isolada. Ao contrário, a cultura se estrutura através das formas específicas de articulação entre necessidades e recursos (economia), em função de interesses e expectativas (sociedade) pontuadas por condicionantes externas (ambiente). O foco deve recair na interação entre estas variáveis, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos (RODRIGUES, 2011, 2016).

Globalmente, foram surgindo projetos convergentes com ênfase no envolvimento das comunidades afetadas (direta e indiretamente) pelas pesquisas arqueológicas em seus territórios, configurando inúmeras reflexões e práticas em contextos diversos do globo terrestre - em constante evolução.

É dentro dessa abordagem que o artigo que se segue pretende demonstrar a experiência do Instituto Olho D'Água no Piauí, no desenvolvimento de projetos colaborativos com as comunidades, no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara, patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, à sustentabilidade cultural.

## **2 | A MULTIVOCALIDADE NO CENÁRIO DA ARQUEOLOGIA COLABORATIVA**

No mundo contemporâneo falar, pensar e fazer arqueologia já não é mais possível sem o envolvimento simétrico das comunidades que vivem nos locais pesquisados, seja no contexto da arqueologia empresarial ou da arqueologia acadêmica. Esse denominador comum tem provocado reflexões profundas à prática da Arqueologia em todo o mundo.

O estudo da cultura material com o envolvimento das comunidades surge já no pensamento da arqueologia pós-processualista (HODDER, 2001), comumente conhecida como Arqueologia Pública e que, posteriormente, estabeleceu procedimentos éticos e de relacionamento participativo das comunidades no que se denominou de Arqueologia Colaborativa (ROBRAHN-GONZÁLEZ 2004; ATALYA 2010; SILVA 2015).

A prática da Arqueologia Colaborativa vem crescendo ao longo das últimas duas

décadas, uma vez que os arqueólogos cada vez mais se cruzam de forma complexa e matizada com uma gama de comunidades, sobretudo, comunidades tradicionais (indígenas e não indígenas) através de esforços colaborativos (ATALAY, 2010).

Tudo isso implica em uma mudança de paradigma a nível global. Deixou-se de pensar no estudo da cultura material apenas na perspectiva de compreender o passado, mas suscitaram-se reflexões sobre documentação, conservação, preservação e, mais recentemente, percebeu-se o valor da educação a partir dos acervos patrimoniais para promover a valorização e fruição cultural (BRUNO, 2009:15). Nessa arena entra, também, a gestão compartilhada deste acervo como medida à sustentabilidade cultural das comunidades.

Nos projetos de arqueologia colaborativa, embora se façam em contextos sociais diferentes, há fatores comuns que são: a ênfase na multivocalidade; o diálogo de duas vias entre arqueólogos e o público afetado e um investimento na política social. (BETZ, 2007).

Nesse particular, a arqueologia colaborativa e a multivocalidade estão intrinsicamente ligadas, visto que esta última implica na articulação heterogênea de conhecimentos, como: a preservação, a gestão, a ética e a educação como auxiliares na prática da arqueologia colaborativa. Assim, o estudo do patrimônio arqueológico busca, em essência, os pontos de interação entre as disciplinas e a complementaridade entre ciência e tradição (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2004, 2006).

Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas, igualmente, sobre as pessoas com cuja herança histórica e cultural estes vestígios se relacionam. Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação. (FUNARI e ROBRHAN-GONZÁLEZ, 2008).

A vertente da Arqueologia Colaborativa vem ajudar a florescer uma arqueologia de cunho mais antropológico, mais humanista no Brasil, no sentido de transformar “as informações em conhecimentos e conhecimentos em significância” para as comunidades vivas (ROBRHAN- GONZÁLEZ, 2004;2006), e isso só é possível se estiver aderente aos grupos sociais com os quais a pesquisa arqueológica e os cientistas estiverem envolvidos.

Em uma linguagem prática, significa dizer que os projetos são desenvolvidos com os membros de uma determinada comunidade para tratar de interesses e necessidades que foram identificados, e são realizados contando com os valores fundamentais das comunidades, devendo beneficiá-las democratizando os resultados e garantindo o envolvimento dos mais diversos setores da sociedade ( RODRIGUES, 2016).

### 3 | INSTITUTO OLHO D' ÁGUA A E SUSTENTABILIDADE CULTURAL

Quem tem o conhecimento mais profundo, enraizado e rico sobre um lugar? São aquelas pessoas que lá cresceram, ou aquelas que lá se estabeleceram como moradores [...] (GOODEY, 2005, p.47).

O advento da criação do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC), em 1979, no do Piauí - como Unidade de Conservação de proteção integral, ( UC) causou uma transformação na relação dos habitantes com o território.

O modelo de ordenamento territorial representado pela instalação do Parque foi importante às pesquisas proteção do patrimônio arqueológico na região e à conservação da biodiversidade do bioma da Caatinga ( bioma exclusivamente brasileiro).

Esse reordenamento impôs um novo paradigma à população de toda a região, resultando em remoções habitacionais, realocações e a transformação de uma relação com o território existente há gerações, pois as comunidades ( redistribuídas em quatro setores do polígono delimitado à criação da UC) foram desapropriadas ( Figura 01: mapa)

Ao curso de 42 anos, muitas pesquisas arqueológicas e projetos socioeconômicos foram desenvolvidos no território, colocando essa região do Piauí no cenário mundial sobre as discussões do povoamento das Américas e como um dos Parques Nacionais mais bem estruturado do mundo ( recentemente apareceu na lista da Times).

No arcabouço das pesquisas realizadas na região, o estudo dos modos de vidas desses povos (desapropriados da área do Parque) não obtiveram o destaque merecido, salvo estudos pontuais de um tipo de atividade econômica e/ou de um povoado.

O Projeto Instituto Olho D' Água (IODA) nasceu em 2013<sup>1</sup>, lastreado em um programa científico em Meio Ambiente Cultural<sup>2</sup> e Arqueologia Colaborativa , situado no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, no sudeste do estado do Piauí, como resultado de um modelo estratégico com as comunidades; visando a integração dos conhecimentos científico e tradicional das comunidades para o desenvolvimento de soluções conjuntas à promoção de medidas empreendedoras e educacionais sustentáveis. ( RODRIGUES, 2014, 2016, 2020).

O IODA demandou um projeto que integrasse as necessidades sociais e ambientais de sua região, apresentando um terreno favorável para o desenvolvimento de soluções em sustentabilidade cultural.

Há 9 anos, o IODA promove a articulação de saberes científico a partir de uma perspectiva tradicional, interligada à região da Serra da Capivara e suas particularidades. Tem como missão a preservação e valorização do patrimônio cultural em sinergia com os

1 Com apoio científico do Grupo Documento Cultural. Deve-se ainda salientar que a criação deste Instituto é tarefa que a autora se comprometeu em longa data, desde seu trabalho de mestrado, com a sua comunidade de origem.

2 compreende a somatória de elementos formadores do ambiente físico às paisagens culturalmente construídas pelos grupos humanos que se desenvolveram na região, ao longo do tempo, através de um processo de longa duração. O Meio Ambiente Cultural reflete, portanto, a somatória de ativos intangíveis (os conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades que ali vivem e viveram) e seus resultados tangíveis (incluindo desde sítios arqueológicos milenares, formas de manejo ambiental, edificações históricas, entre tantos outros). (ROBRHAN - GONZALEZ, 2013)

conhecimentos tradicionais dos povos do território da Serra da Capivara na revitalização da cultura e no registro das memórias; o compartilhar os conhecimentos gerados nas pesquisas e inserir no debate a participação e a gestão comunitária nos projetos desde o início, de maneira colaborativa e simétrica; fortalecer as manifestações sociais, por meio do estímulo e manutenção de espaços museais, de pesquisas e educacionais na região que atua ( RODRIGUES, 2014,2015<sup>a</sup>, 2015b, 2016, 2020).

Os projetos integram a rede de produção do conhecimento das Ciências da Sustentabilidade desenvolvida pela ONU para atender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

## 4 I A SUSTENTABILIDADE CULTURAL EM AÇÃO

A criação dessa instituição deve ser entendida como uma pesquisa retroalimentada, onde ações e resultados se desdobram em mais ações, de acordo com a resiliência da comunidade.

A primeira iniciativa, **De Volta às Origens: Mapeamento Afetivo**: busca reparar traumas históricos ligados à perda de lugares e paisagens culturais, quando da desapropriação do seu território tradicional. A ideia nuclear foi a realização de expedições de registro dos lugares de referência, ainda preservados pela memória dos moradores do entorno do PNSC: os lugares as casas, as trilhas, os locais de lazer, os lugares sagrados, o manejo do meio físico, os objetos e as narrativas a eles associados. Até o presente, já foi possível criar um banco de dados com imagens, narrativas e a construção do mapa ( inédito) do território tradicional ocupado até 1987.

O mapa apresenta a disposição desses povos no território - antes do processo de desapropriação do Parque Nacional da Serra da Capivara - redistribuídos em cinco grandes povoados: I: Zabelê; II: Várzea Grande; III: São João Vermelho; IV: Torre – Tapuia e V: Angical-Gongo-Alegre. O mapa estará em exposição no Centro de Memórias dos Povos da Serra da Capivara.

# PROJETO DE VOLTA ÀS ORIGENS

## Mapa do território de ocupação dos Povos da Serra da Capivara

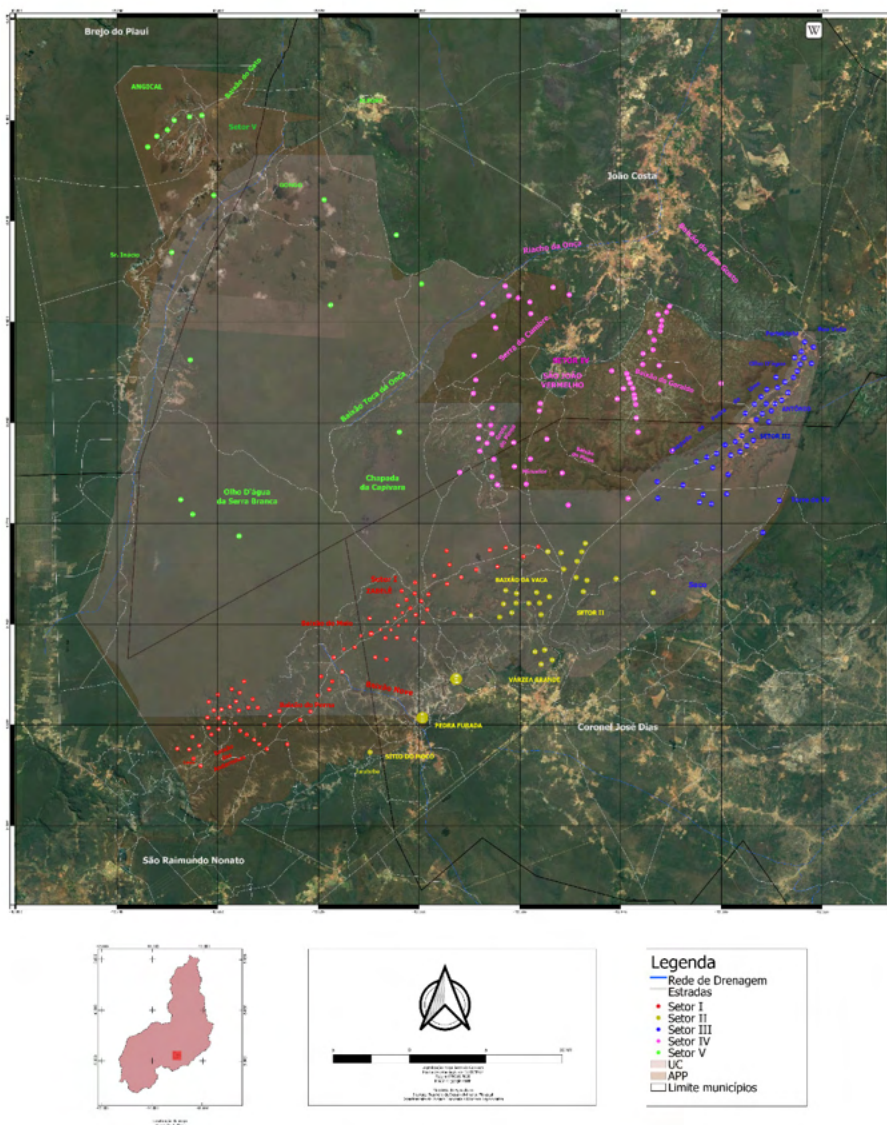


Figura 1: De Volta às Origens: mapa do território de ocupação dos povos da Serra da Capivara

Fonte: Adaptado mapa levantamento fundiário do Parque Nacional da Serra da Capivara. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Centro de Memória dos Povos da Serra da Capivara, IODA, 2021.

Aliada a essa pesquisa, surgiu, outra inquietação. Como compartilhar esses conhecimentos? Como envolver a comunidade de maneira clara, participativa e colaborativa?



Em 2017, foi criado o Atelier e Biblioteca Dona Graça: um espaço comunitário aberto a todos da região da Capivara. Por meio da leitura, das artes integradas e da tecnologia, busca-se incentivar o gosto pelo conhecimento por meio de atividades interativas de leituras, vivências, rodas de memória, e experimentações patrimoniais que propiciem e solidifiquem os conhecimentos significativos para o processo de convivência interativa e de aprendizagem ( RODRIGUES, 2020).

As ações foram ganhando repercussão e a participação comunitária foi ampliada, nascendo o embrião do Centro de Memória dos Povos da Capivara: com acervo etnográfico doado pela comunidade, o espaço aborda diferentes estratégias de ocupação do território: as manifestações culturais, a vida rural, o cotidiano, a poesia, os mitos as brincadeiras. O espaço está sendo ampliado e em breve será inaugurado.

O Instituto já atendeu cerca de 600 pessoas diretamente e está com diversas atividades em curso, envolvendo cada mais pessoas do território em que atua.

<b>APLICAÇÃO E RESULTADOS</b>	
<b>Na Trilha da Educação e do Patrimônio Cultural</b>	<p>O projeto tem como prerrogativa a promoção e valorização do patrimônio cultural do Parque Nacional da Serra da Capivara, da literatura e do artesanato sertanejo para famílias que tenham crianças de 07 (sete) a 10 (dez) anos, com o intuito de fortalecer as bases educacionais e culturais das crianças e proporcionar as mães de família capacitação profissional na área da produção de peças de artesanato típicas do território da Serra da Capivara, (PI) enquanto estratégia de inclusão, sensibilização às questões ambientais e patrimoniais, de geração de renda e fortalecimento da cultura regional.</p> <p>Fontes de recursos: Convênio com a Embaixada Francesa no Brasil e Termo de Fomento do Ministério do Turismo.</p>
<b>A Cultura Nordestina: Cursos e Oficinas</b>	<p>O projeto busca contribuir para a construção, disseminação e solidificação do patrimônio cultural imaterial da região da Serra da Capivara, através de Cursos e Oficinas sobre a cultura nordestina e principalmente da herança cultural sertaneja. Tem como meta atingir um público de 250 pessoas da comunidade, ofertando oito oficinas e cursos sobre a Cultura Nordestina: oficina de literatura de cordel, oficina de bordado, curso de artesanato com fibras da caatinga, oficina de sabão e essências da caatinga, oficina de souvenirs em couro, oficina de teatro da memória, curso de preservação arqueológica e ambiental, curso de empreendedorismo e marketing. ( em curso).</p> <p>Fontes de recursos: Termo de Fomento do Ministério do Turismo, Secretaria Especial de Cultural</p>
<b>Programa de Intinerância A Escola vai à Biblioteca e a Biblioteca vai à Escola</b>	<p>O projeto de Leitura, iniciado em 2017, recebe alunos das escolas públicas na biblioteca para as atividades de leituras e a biblioteca vai as escolas com ações de leitura.</p> <p>A iniciativa tem provocado uma verdadeira revolução comunitária. Por vivermos numa região de grande vulnerabilidade social, no município não existem equipamentos de interação comunitária. E essa iniciativa vem aos poucos preenchendo esse hiato e se mostrando bem sucedida.</p>

<b>Intercâmbio Cultural Escola Santa Cruz e Projeto Veredas.</b>	<p>É objetivo do Instituto promover o intercâmbio com outras organizações governamentais e não governamentais, entidades nacionais e internacionais para a defesa do meio ambiente cultural das comunidades tradicionais.</p> <p>Desde 2018, tem realizado intercâmbio com estudantes da Escola Paulista Santa Cruz, por meio do projeto Oficina de Vivências. Acontecem: Oficina de escavação arqueológica Oficina mãos na massa: fabricação de utensílios em argila Oficina; Tecendo memórias: fabricação de chapéus de palha e cestos de cipó; Oficina ciranda de memórias: histórias sobre o Parque e entorno; Oficina Pintando a Comunidade: grafiteagem; Oficina de música na casa de reboco: forró com sanfona e zabumba; Exposição: Desuso – A cultura Material dos Povos da Serra da Capivara.</p>
<b>Exposição Desuso e Transformação: A cultura material dos povos da Serra da</b>	<p>O projeto realizado em parceria com a escola municipal Raquel Ferreira de Oliveira em 2018, teve como objetivo pesquisar a cultura material da comunidade de Coronel José Dias, entendendo-a como evidências históricas e identitárias desse território.</p> <p>A mostra ficou em exposição salão da Preguiça Gigante, no Museu da Natureza, em Coronel José Dias até o início da pandemia e recebeu cerca de 50 mil visitantes.</p> <p>Parceria: Museu da Natureza, Fundação Museu do Homem Americano, Prefeitura Municipal de Coronel José Dias.</p> <p>.</p>
<b>Documentário: Ecos de uma Pré- história Recente</b>	<p>Realização de um filme documentário com os resultados do trabalho colaborativo de estudo dos modos de vida dos povos do território Serra da Capivara.</p> <p>O Documentário funciona como uma incubadora de passagem de conhecimento, como forma de fortalecimento das tradições locais para a (re) valorização de suas identidades, recuperando a ritualização dos espaços, tornando esse acervo visível, tangível e público. Documentário: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=mv95vXEaL4w&amp;t=1067s">https://www.youtube.com/watch?v=mv95vXEaL4w&amp;t=1067s</a></p> <p>.</p>
<b>Organização de Publicações Científicas</b>	<p>Transcender os muros da comunidade fazia-se necessário, mostrar para o Brasil e o mundo a relevância dos modos de vida dessa comunidade. Nessa seara, foram publicados vários artigos em revistas nacionais e internacionais; criada uma página no Instagram ( @institutoilhodagua ) e a produção de audiovisuais.</p>

Quadro 1: Detalhamento das ações em andamento

Fonte: Adaptado Instituto Olho D' Água, 2021.



Figura 2: De Atelier e biblioteca Dona Graça

Fonte: Acervo Instituto Olho D' Água, 2022.



Figura 3: Na trilha da educação e do patrimônio cultural

Fonte: Acervo do Instituto Olho D' Água, 2021.





Figura 4: A Cultura Nordestina: Cursos e Oficinas: Literatura de Cordel

Fonte: Acervo Instituto Olho D' Água, 2022.



Figura 5: A Cultura Nordestina: Cursos e Oficinas: Souvenir em couro, artesanato com fibras da caatinga e sabão com essências da Caatinga

Fonte: Acervo Instituto Olho D' Água, 2022.



Figura 6: Exposição Desuso e Transformação: A cultura material dos povos da Serra da Capivara

Fonte: Acervo Instituto Olho D' Água, 2022.



Figura 7: Documentário Ecos de uma Pré-História Recente: os Teréns

Fonte: Acervo Instituto Olho D' Água, 2022.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas aqui elencadas não se configuram como um modelo estático, rígido a ser seguido, mas como uma contribuição de atuação em pesquisa e aplicação colaborativa com comunidades no Brasil para assegurar a autoria e propriedade nas tomadas de decisões, no que se refere ao patrimônio cultural do Parque Nacional da Serra da Capivara, oportunizando-as a participação sinérgica e cocriação, nesse contexto cultural.

É importante destacar que as qualificações técnicas do capital humano do IODA concentram-se nas áreas de formação: pedagogia, turismo, arqueologia, agricultura, letras, educação, meio ambiente, cultura, direito, ciência da computação, contabilidade, somando-se as *expertises* das vivências proporcionadas pelos participantes enquanto moradores tradicionais da região. Logo, a equipe possui *know-how* para a pesquisa, planejamento, elaboração, execução e finalização dos projetos educacionais, culturais e ambientais desenvolvidas.

Essa realidade, atestada pelas experiências exitosas, se materializam através dos projetos e iniciativas desenvolvidas entre os anos de 2014 e 2021, em parceria com, entidades internacionais, órgãos públicos, privados e a comunidade.

“Pensar global e agir local” (SN). Entendemos que um planejamento com base local é o mote de um futuro sustentável. Nesse particular, a valorização da memória dessa comunidade como patrimônio cultural, em um trabalho que envolva o incentivo de diversas iniciativas, permitindo o crescimento intelectual, resultando, continuamente, em benefícios tanto para a divulgação, a preservação do patrimônio, quanto para a fruição socioeconômico e cultural sustentável é o propósito do Instituto Olho D’ Água.

## REFERÊNCIAS

ATALAY, S. (2006). **Community Archaeology at Catalhoyuk**. Turkia. Disponível em: [http://www.catalhoyuk.com/archive\\_reports/](http://www.catalhoyuk.com/archive_reports/). Acesso em: 10/12/2021.

ATALAY, Sonya. **Building a sustainable archaeology at Çatalhoyuk**. Turkia, 2009. Disponível: [http://www.catalhoyuk.com/archive\\_reports/](http://www.catalhoyuk.com/archive_reports/). Acesso 10/12/2021.

ATALAY, Sonya. ‘We don’t talk about Çatalhöyük, we live it’: sustainable archaeological practice through community-based participatory research, **World Archaeology** 42 (3),. Reino Unido, 2010. p418-429

BELZ, B. . Putting the past to use: A plea for community archaeology. **Published by SAFECORNER on behalf of**. New Work.2007 Disponível em: <http://savingantiquities.org/putting-the-past-to-use-a-plea-for-community-archaeology/>. Acesso em: 07/06/2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: Avanços, retrocessos e desafios. **Cultura Material e Patrimônio de C&T**. Marcus Granato e Marcio F. Rangel (Eds.). Museu de Astronomia e Ciências Afins –MAST, Rio de Janeiro, 2009 p.14 – 25.



FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Editorial. **Revista Arqueologia Pública**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 3, 12 jun. 2015. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396>

GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. In MURTA, S. M., ALBANO, C (Eds). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2005. . p47 – 58.

HODDER, Ian. **Archaeological Theory Today**. Polity Press. Cambridge, 2021.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária limeira. **Revista Arqueologia Pública**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 63, 12 jun. 2015. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rap.v1i1.8635822>.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika . **Arqueologia e Sociedade**. Tese (Livre-Docência). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika.. A Construção do Meio ambiente Cultural: Reflexões e Práticas no Brasil. *Direito, Educação, Ética e Sustentabilidade: Diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe* – Vol. 2,. Bogotá, 2013, p75-92

RODRIGUES, Marian. Helen. da Silva. Gomes. Acervos Patrimoniais: Pesquisa e Extroversão Social dos conhecimentos nos Programas de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Histórico Cultural no Brasil. In: CAMPOS, J. B., ZOCHE, J.J. CEREZER, J. F., OOSTERBEEK, L. M. (Eds.). **Arqueologia Ibero-Americana e Transatlântica. Arqueologia, Sociedade e Território**, 353 - 368p Habilis Press. Erechim, 2014

RODRIGUES, Marian. Helen. da Silva. Gomes . A Sustentabilidade Cultural das Comunidades No Campo do Patrimônio Arqueológico E Histórico Cultural No Brasil: Breves Considerações. In: FUNARI, P.P A., CAMPOS, J. B., RODRIGUES, M. H. da S. G.. (Eds.) **Arqueologia Pública e Patrimônio: Questões Atuais**. 1:72-96p. SC: UNESC. Criciúma, 2015a

RODRIGUES, Marian. Helen. da Silva. Gomes **A Arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso**. 2016. 396 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Culturas) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.

RODRIGUES, Marian. Helen. da Silva. Gomes . **Parque Nacional Serra da Capivara: Educação, Preservação e Fruição Social. Um estudo de caso em Coronel José Dias - Piauí**. 2011. Dissertação (Mestrado Erasmus Mundus em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) 167p. – Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

**RODRIGUES, Marian. Helen. da Silva. Gomes**; Weltweit: UNESCO-Welterbe Serra da Capivara: Uralte Felskunst in Brasilien. In: **Archäologie in Deutschland**, Heft 01, 2020. Disponível em: <https://www.aid-magazin.de/zeitschrift/einzelhefte-archiv/jahrgang-2020/heft-12020/weltweit/unesco-welterbe-serra-da-capivara.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

RODRIGUES, Marian. Helen. da Silva. Gomes Um Parque e sua gente. **História Viva**. Ano XVII, n 138, Duetto editorial (Revista),. São Paulo, 2015b, p70 – 73.

Schofield, John. "Archaeology and Contemporary Society: Introduction." *World Archaeology*, vol. 42, no. 3, Taylor & Francis, Ltd., 2010, pp. 325–27, <http://www.jstor.org/stable/20799429>.

SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé piranhaquara, t.i. koatinemo. **Revista de Antropologia**, [S.L.], v. 58, n. 2, p. 143, 22 dez. 2015. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108570>.

# CAPÍTULO 3

## PATRIMÔNIO CULTURAL EM FOCO : ESTUDO DE CASO A RESPEITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RECONHECIDO PELOS ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO SUL DE SANTA CATARINA

*Data de aceite: 01/03/2022*

*Data de submissão: 28/02/2022*

### **Carolina Porto Luiz**

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS)  
Criciúma – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/1273471603403566>  
<https://orcid.org/0000-0002-6125-6881>

### **Bruna Cataneo Zamparetti**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep)  
Tubarão – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/5395283691814839>

### **Lucy Cristina Ostetto**

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Curso de História e Pedagogia. Coordenação partilha do grupo NEGRA (núcleo de estudos de gênero e raça)  
Criciúma – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/5776776459766934>

### **Juliano Bitencourt Campos**

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS)  
Criciúma – Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/1475008321154560>  
<https://orcid.org/0000-0002-0300-1303>

**RESUMO:** O presente capítulo tem o intuito de compreender como os estudantes de uma turma do sexto ano do ensino fundamental, da Escola de Ensino Fundamental Prof<sup>a</sup> Doralina Clezar da Silva compreendem os patrimônios culturais materiais e imateriais presentes no município de Balneário Gaivota, Santa Catarina. Para tanto, foram criadas rodas de conversa como parte da educação patrimonial e na sequência ouvimos os estudantes por meio de formulários com questões acerca do Patrimônio Cultural e arqueológico. A partir deste diálogo, compreendemos que a Educação patrimonial ainda é um instrumento profícuo para que as temáticas que envolvem o patrimônio local sejam abordadas em sala de aula, contribuindo para a reflexão e conhecimento acerca dos bens culturais, envolvendo os alunos na luta pela a difusão, preservação e valorização dos patrimônios e história local, inter-relacionando ensino, pesquisa e aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Educação patrimonial; Preservação.

### **CULTURAL HERITAGE: CASE STUDY ON THE CULTURAL HERITAGE RECOGNIZED BY STUDENTS FROM A PUBLIC SCHOOL IN SOUTH OF SANTA CATARINA**

**ABSTRACT:** This chapter has the intention to understand how the students of a sixth year class of elementary school, from Escola de Ensino Fundamental Prof<sup>a</sup> Doralina Clezar da Silva, comprise the material and immaterial cultural heritage present in the municipality of Balneário Gaivota, Santa Catarina. Therefore, conversation

circles were created as part of heritage education, and then we hear to students through forms with questions about Cultural and Archaeological Heritage. From this dialogue, we understand that Heritage Education is still a fruitful instrument for the themes that involve local heritage to be addressed in the classroom, contributing to reflection and knowledge about cultural assets, involving students in the struggle for dissemination, preservation, and enhancement of heritage and local history, interrelating teaching, research, and learning.

**KEYWORDS:** Education; Heritage education; Preservation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Patrimônio (*patrimonium*) originalmente usado para designar bens, heranças familiares, objetos e saberes que permaneciam entre as gerações. O patrimônio cultural pode ser definido como material e imaterial, composto por bens culturais tangíveis ou intangíveis. Choay (2006) afirma que o patrimônio não é algo neutro ou desprovido de uma intencionalidade mas, se constroi a partir do sentido que lhe é atribuído, ou seja, por carregar em si uma memória viva, portadora de emoção e significado para uma cultura, uma região, um local ou um grupo de pessoas. Pelegine (2009) nos diz que os bens culturais devem ser compreendidos como um legado vivo, que nos chega ao presente como uma herança do passado. E que, cabe a nós, no presente, garantir que este legado chegue à futuras gerações por estarem enleados em referenciais identitários, memórias e histórias que vão se tornar suportes para a formação da cidadania. Visto que, se por um lado, as memórias e referências do passado, possibilitam partilhar afetos, sensibilidades, tradições e histórias. Ao mesmo tempo podem garantir a diversidade de patrimônios e a afirmação de identidades plurais, tão necessária para uma sociedade que se quer democrática e comprometida com o direito à diferença.

No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, Artigo 216, considera-se patrimônio cultural:

Os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 1).

Assim, os patrimônios culturais compõem a história, eternizam as marcas de uma comunidade e buscam preservar memórias responsáveis pela construção da identidade de uma comunidade (D'ALESSIO, 2012). E, para compreender a história de uma sociedade é necessário conhecer seus patrimônios, os significados e memórias acerca desses bens, o legado que essa sociedade deixou, que passa a ser transformado em um referencial identitário. Nesse sentido, de acordo com Horta (1999), para se realizar uma preservação de

forma sustentável dos patrimônios culturais é necessário pensar em medidas que integrem a comunidade ao patrimônio, fortalecendo seu vínculo de identidade e apropriação desse bem, nessa construção do conhecimento acerca do patrimônio ocorre um movimento mútuo reconhecimento, de proteção e valorização dos bens culturais que, como apontamos deve ser plural e inclusivo.

É importante ressaltar que no Brasil temos a Lei nº 11.645 de 2008 que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e cultura indígena estarem presentes no currículo das escolas. Dessa forma, as discussões acerca dos patrimônios culturais são fundamentais para compreensão da formação social brasileira. E, nesse contexto,

(...) a educação patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da auto-estima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural. (TOLENTINO, 2012, p. 7).

A Base nacional curricular (BNCC, 2017) enfatiza que, desde os anos iniciais no componente de História, as crianças devem aprender a conviver em sociedade reconhecendo e valorizando as diferentes culturas, também por meio de seus patrimônios culturais, por meio da educação patrimonial. Inclusive, sugere que as crianças possam trabalhar com as histórias dos objetos, visitar os lugares de memórias das cidades, manuseando fontes diversas, o que contribui para que novas sensibilidades e objetos de conhecimento possam fazer parte seus aprendizados, entrelaçando ensino e pesquisa. Assim, um dos fios condutores de seus processos de aprendizagem, comprometidos com a diversidade, a cidadania, com a positivação de identidades subalternizadas, com a valorização de saberes e fazeres plurais, deve ter como ponto de partida as histórias e memórias nas quais estão inseridos.

Para Florêncio (2012) a educação patrimonial deve ser praticada de forma plural e democrática, auxiliando na compreensão sócio-histórica das referências culturais. Realizando através do diálogo com as pessoas, a conexão entre patrimônio e comunidade, pautado em uma construção de conhecimento, identidade e sensibilização, tendo em vista a valorização e preservação da história e dos patrimônios culturais.

Entendendo que é pela educação que a relação com o patrimônio cultural pode ser construída, no sentido de sensibilizar a comunidade para reconhecer seu patrimônio, valorizá-lo e se colocar como um de seus guardiões, assumimos os seguintes questionamentos:

Como os estudantes do 6º ano caracterizam o patrimônio cultural local? Quais elementos culturais eles identificam como patrimônios históricos? Eles consideram importante preservar estes os bens culturais?

Portanto, assumimos como objetivo geral a ser atingido: Analisar a percepção dos estudantes do 6º ano da Escola Ensino Fundamental Professora Doralina Clezar da Silva acerca do patrimônio cultural da cidade de Balneário Gaivota, extremo sul de Santa Catarina. Visando atingir o objetivo geral, nos apoiamos nos seguintes objetivos específicos: realizar levantamento bibliográfico sobre o processo de formação social do extremo sul catarinense; desenvolver atividades de educação patrimonial com a turma do 6º ano; aplicar formulários a respeito dos patrimônios culturais, buscando diagnosticar se os estudantes consideram importante sua preservação.

Essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com caráter exploratório, segundo Gil (2002, p. 45)

(...) a pesquisa exploratória se caracteriza pelo aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições. Utiliza-se do planejamento flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado

Quanto aos procedimentos de coleta de dados utilizou-se epaços de conversas e questionários com questões abertas a serem respondidas pelos estudantes, com intuito de compreender como os estudantes se reacionam com os patrimônios materiais e imateriais, no sentido de reconhecer quais patrimônios de sua cidade; bem como se sabem o que são sítios arqueológicos; se conhecem a história pré-colonial da região e se consideram importante preservar estes patrimônios culturais.

## 2 | POPULAÇÕES DO LITORAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE

A história de Santa Catarina é marcada por uma ocupação que data de 9.500 anos antes do presente (A.P), as populações mais antigas a chegarem no estado são a dos grupos Caçadores-coletores, portadores da tradição tecnológica Umbu (CAMPOS, 2015). Os sítios de caçadores-coletores da tradição Umbu apresentam grande quantidade de fragmentos líticos, lascas, as famosas pontas de flechas,

[...] pontas de projétil de pedra bem elaboradas, lascadas bifacialmente, com pedúnculo, aletas e um corpo triangular. Junto a elas encontram-se numerosas lascas, por vezes retocadas em raspadores ou facas bifaciais e outros instrumentos especializados, em geral pequenos e poucos espessos, feitos de arenito ou de quartzo (PROUS, 2006 p. 35).

Na sequência dos povos caçadores, coletores, chegaram os povos denominados sambaquieiros. Ocupando o litoral catarinense baías e margens de lagoas com datações a partir de 6 mil anos, os sítios sambaquis ou concheiros como também são denominados, possuem forma monticular e são construídos intencionalmente por grupos caçadores, pescadores e coletores. Esses sítios são usados principalmente como locais destinados à rituais funerários, nele se encontram camadas estratigráficas compostas por deposição de conchas, ossos de peixes, mamíferos, moluscos e aves, presença de fogueira e artefatos

feitos em material lítico, ossos e conchas. (DEBLASIS et al., 2007; GASPAR, 2002; KNEIP; FARIAS; DEBLASIS, 2018).

Os grupos denominados como ceramistas, devido ao domínio e uso da tecnologia cerâmica, chegaram ao litoral catarinense por volta de 1000 anos A.P. São povos que possuíam a prática da pesca, caçavam e coletavam em menor proporção e praticavam a horticultura, sendo os primeiros grupos ceramistas portadores da tradição Itararé, originando do planalto sul brasileiro, pertencentes a etnia Macro- Jê (CAMPOS, 2010). O principal sítio encontrado desses povos são as casas subterrâneas, caracterizadas por:

[...] por covas profundas de 3m até 18m de diâmetro e com profundidade de 1m até 6m, cavadas por picos de pedra no piso de alteração do arenito. A terra escavada era disposta em anel ao redor do buraco para desviar as águas enxurradas, e um poste central com cerca de 15cm de diâmetro levantava um teto de folhas, cujos caibros, calçados com pedras, se apoiavam ao redor da depressão. Uma fogueira era instalada no centro da estrutura alimentada por nós de pinhão. (PROUS 2006, p. 37).

Relacionado aos grupos Jês é possível encontrar sítios cerâmicos a céu aberto, com tradição cerâmica denominada Taquara-Itararé (PROUS, 2006). Outro sítio característico associados ao Jês, são formados por grandes estruturas de sociabilidade coletiva, chamadas ora de “danceiros”, ora “estruturas anelares”. Continham no interior dessas estruturas montículos com sepulturas de cremação. (SCHMITZ, 2013, p. 16).

Na sequência, povos migrantes da Amazônia chegaram ao sul do país, grupos com tradição denominada Tupi-Guarani. Sendo caracterizados como grupo de ceramistas por excelência, possuíam padrão variado na decoração dos utensílios cerâmicos, com base na pintura e na incisão plástica, possuíam ainda, grandes artefatos cerâmicos, utilizados, sobretudo em rituais funerários (urnas funerárias) (CAMPOS, 2010, 32).

Os povos Guaranis eram povos pescadores, caçadores, coletores e principalmente horticultores, tendo como principal base de sua alimentação o milho, a mandioca, o feijão, o amendoim e a batata doce. São grupos grandes e expansionistas, sítios guaranis são presentes em grande número no litoral sul e caracterizados por serem sítios com grande número de fragmentos de cerâmica (SCHMITZ, 2013).

Formado por povos colonizadores de cultura açoriana, o município de Balneário Gaivota, localizado no extremo sul catarinense, situa-se no litoral e contém 15 lagoas, dentre elas destacam-se: a Lagoa de Fora, Lagoa de Sombrio e Lagoa Cortada. Atualmente possui cerca de 12 mil habitantes, com uma economia baseada principalmente pela pesca exploratória e pelo turismo de temporada, amplia significativamente sua população no verão visto que recebe cerca de 35 mil moradores para veraneio (IBGE 2020).

### **3 | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF**



## DORALINA CLEZAR DA SILVA

A Escola E. F. Profª Doralina Clezar da Silva, localiza-se as margens da Rodovia SC 485, Lagoa de Fora, no município de Balneário Gaivota, extremo sul de Santa Catarina. Possui 10 turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, somando aproximadamente 200 estudantes. Nessa pesquisa, foram desenvolvidas duas atividades de educação patrimonial com a turma do sexto ano composta por 25 estudantes.

As atividades de educação patrimonial foram realizadas de forma expositiva e dialogada, sendo a primeira apresentação sobre a temática: “Arqueologia e os grupos pré-coloniais de Santa Catarina”, realizada em 06 de agosto de 2021. Nessa atividade, dialogamos sobre: o que é Arqueologia, seu objeto de estudo; sobre o que define um sítio arqueológico e os exemplos de sítios arqueológicos; diferentes grupos indígenas que ocuparam a região do extremo sul catarinense; e quais populações indígenas vivem atualmente em Santa Catarina.

A turma conheceu alguns artefatos arqueológicos por meio da leitura de Qr Codes de realidade aumentada e do aplicativo “Arqueologia R. A – Grupos pré- coloniais de Santa Catarina” - desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa CNPq – Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE), do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e o Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP) da UNISUL. O presente aplicativo possibilita aos estudantes visualizarem artefatos arqueológicos e obter informações de diferentes objetos na tela do seu celular.



Figura 1: Estudantes observando os vestígios arqueológicos por realidade aumentada.

Fonte: Os autores (2021).



Figura 2: Estudantes em contato com evidências arqueológicas através da realidade aumentada.

Fonte: Os autores (2021).

A segunda atividade foi desenvolvida a partir do tema: “Patrimônios Culturais”, no dia 19 de novembro de 2021. Nessa conversa foi discutido acerca da definição de patrimônio cultural, como também o que caracteriza os patrimônios materiais, imateriais e naturais.



Figura 3: Atividade sobre patrimônio cultural, aula expositiva- dialogada.

Fonte: Os autores (2021).

Após o término das discussões sobre os patrimônios, os estudantes responderam a um questionário qualitativo (Quadro 1) sobre a percepção deles acerca dos patrimônios estudados.

EEF Profª Doralina Clezar da Silva Profª Carolina Porto	
Nome:	Turma:
PATRIMÔNIO CULTURAL	
1)	Para você qual significado de patrimônio cultural?
2)	O que é patrimônio material?
3)	Quais patrimônios materiais você identifica em sua cidade?
4)	O que significa patrimônio imaterial?
5)	Quais patrimônios imateriais você reconhece na sua cidade?
6)	O que são sítios arqueológicos?
7)	Quais populações indígenas habitaram a região do extremo sul catarinense?
8)	Você considera importante
9)	preservar os patrimônios culturais, por quê?

Quadro 1: Questionário qualitativo - formulário patrimônio cultural.

Fonte: Os autores (2021).

A amostra dessa pesquisa é de 20 estudantes que responderam os questionários, as respostas foram agrupadas por semelhanças e organizadas em tabelas para facilitar a análise. O primeiro questionamento era “Para você qual o significado de Patrimônio Cultural?”, sendo elas:

<b>Para você qual significado de Patrimônio Cultural ?</b>	<b>Frequência de respostas</b>
Significa uma cultura antiga e preservada que tem significado.	2
Patrimônio cultural são como heranças passadas de geração em geração. Coisas que constrói a história de alguém.	3
É a cultura, algo que aprendemos com nossos antepassados.	3
Significa tudo que remete a história	2
Herança dos nossos ancestrais	1
Coisas, itens, lugares deixados por ancestrais que grupos de pessoas tem afeição	1
Cultura antiga e rituais	2
Patrimônio cultural para mim é uma coisa (objeto ou lugar) que marca, tem algum significado ou natural...	1
É a cultura é aquilo que marcou num lugar. Ex.: Dança, estátuas, música.	1
Patrimônio cultural é um povo formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos.	1
Para mim é uma cultura passada de geração em geração	2
Patrimônio cultural significa cultura de povos	1

Quadro 2: Formulário patrimônio cultural - primeira questão

Fonte: Os autores (2021).

É notório com base no quadro 2 que os estudantes compreenderam o significado do que é patrimônio cultural, ou seja, patrimônio como herança, conhecimento, história e saberes passados ao longo dos anos. A percepção de patrimônio pelos estudantes é definida pela ideia de uma herança passada de geração em geração, de objetos e memórias que marcam a história de uma população e um sentimento de pertencimento.

Nos Quadro 3 e 4 os questionamentos foram a respeito da definição que os estudantes atribui aos patrimônios materiais e imateriais. Podemos observar que a definição de patrimônio se deu quanto a sua materialidade ou imaterialidade, baseados nas construções históricas, simbólicas e afetivas.

<b>Como podemos definir o que são patrimônios materiais?</b>	<b>Frequências de respostas</b>
São elementos que você pode ver, como construções. Elementos físicos, que você pode sentir e são elementos históricos e simbólicos.	4
Conjunto de bens culturais	2
Tudo aquilo que eu posso pegar	5
São materiais que são importantes para a sociedade de geração em geração	1
É o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos. Tanto materiais como imateriais que são reconhecidos de acordo com sua ancestralidade.	1
Tudo aquilo que foi construído com uma história, um pensamento.	1
Obras antigas e coisas que que passam de geração em geração	2
Significa objetos ou itens, que também são deixados por antepassados que pessoas preservam e tem feição a isso	1
Objetos, documentos e fotos de valor	1
Coisas passadas de geração em geração, algo que posso tocar, algo físico	1
É uma cultura que dá pra gente encostar	1

Quadro 3 – Formulário patrimônio cultural – segunda questão

Fonte: os autores (2021)

<b>Como podemos definir o que são patrimônios imateriais?</b>	<b>Frequências de respostas</b>
Rituais, fazer, falar	2
É tudo que a gente não consegue encostar, mas existe e tem um valor simbólico passado de geração em geração	3
São elementos que não conseguimos tocar ou pegar	6
Coisas que eu não consigo tocar, como: música, sotaques, gírias e técnicas	1
Heranças de saber fazer passado de geração em geração	2
Heranças	1
As práticas, representações, expressões, etc. Como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais	1
São expressões, falas, gírias, etc.	2
São expressões, práticas, lugares	1

Quadro 4: Formulário patrimônio cultural - terceira questão

Fonte: Os autores (2021).

Durante as conversas na sala de aula, um questionamento foi recorrente entre os alunos “Podemos considerar nossa casa como um patrimônio histórico?”. Seguindo o mesmo fio de pensamento outras indagações são possíveis, como “Quais tipos de memória nossa casa nos desperta? Essa memória está relacionada a algum local/ objeto específico?”. A partir dessas questões passamos da visão micro – minha casa – para uma

visão macro, começamos a discutir sobre as construções simbólicas acerca da paisagem e de como ela está ligada a uma noção cultural, saberes, rituais, costumes e práticas característica de uma comunidade. A partir dessas reflexões, os estudantes citaram quais patrimônios materiais e imateriais eles reconhecem em sua comunidade (Gráfico 1 e 2).

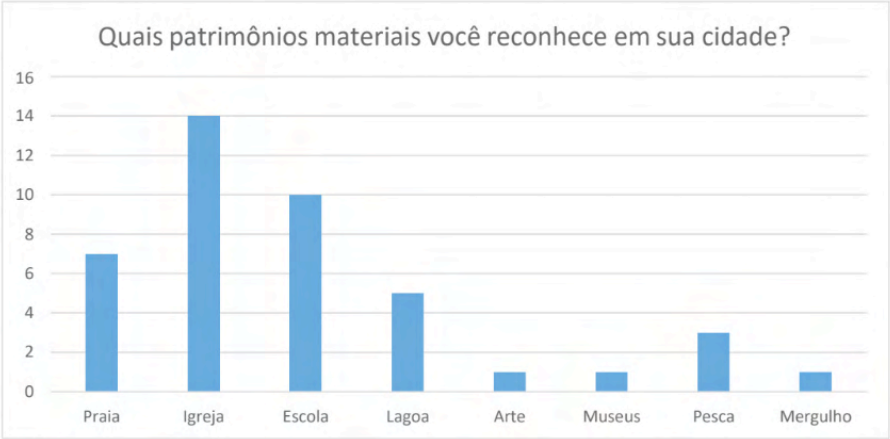


Gráfico 1: Formulário patrimônio cultural – quarta questão  
Fonte: Os autores (2021).



Gráfico 2: Formulário patrimônio cultural – quinta questão  
Fonte: Os autores (2021).

Ao observar o gráfico 1 e 2 podemos ver exemplos dos patrimônios que eles

reconhecem na cidade, sendo os principais citados a igreja, escola, lagoa, pesca e as gírias. Esses elementos estão presentes no dia a dia dos estudantes, fazendo parte de sua história e do seu entendimento de mundo, ou seja, para eles são patrimônios que devem ser preservados porque marcaram a vida de um grupo, há uma memória simbólica e compõe a história da comunidade.

A sexta e sétima questões do formulário são relacionadas aos sítios arqueológicos e aos povos que viveram na região do extremo sul catarinense. No Quadro 5 está exposto as respostas sobre o que são os sítios arqueológicos, a maioria dos estudantes respondeu de forma correta, definindo que são locais com vestígios de ocupação de populações humanas.

O que são sítios arqueológicos	Frequências de respostas
Locais que estudam a antiguidade do local	2
É um terreno antigo, que tem marcas de povos ancestrais	2
São lugares em que são estudados vestígios humanos materiais para definir uma história	5
São lugares que tem objetos das pessoas de antigamente	2
São sítios de pesquisadores	1
É um terreno que tem marcas de povos antigos e que tem culturas diferentes	1
Um lugar onde tem objetos ou onde um humano passou por lá e deixou suas marcas	1
É onde ficaram preservadas as atividades do passado.	1
São áreas e delimitações que nem sempre se podem definir com precisão	1
São lugares aonde os arqueólogos vão para procurar artefatos importantes	2
Marcas deixadas pelos antepassados	1

Quadro 5: Formulário patrimônio cultural – sexta questão

Fonte: Os autores (2021).

Os estudantes foram questionados também sobre as populações indígenas que viveram na região do extremo sul catarinense. Nessa questão observa-se que os Guaranis foram citados em todas as respostas, atribui-se ao fato de que próximo da região há uma aldeia Mbya Guarani, mas também quando em sala de aula se fala sobre indígenas no Brasil, os povos guaranis são sempre citados, diferente de outros grupos que viveram na região e que são desconhecidos pelas comunidades.

Além dos Guaranis, foi citado os povos da etnia Jê- Laklãnô- Xokleng e Kaingang, sendo esses os grupos que estão presentes no estado de Santa Catarina. Com menor número de respostas estão os povos pré- ceramistas que ocuparam a região, sendo eles

os sambaquis e caçadores-coletores.

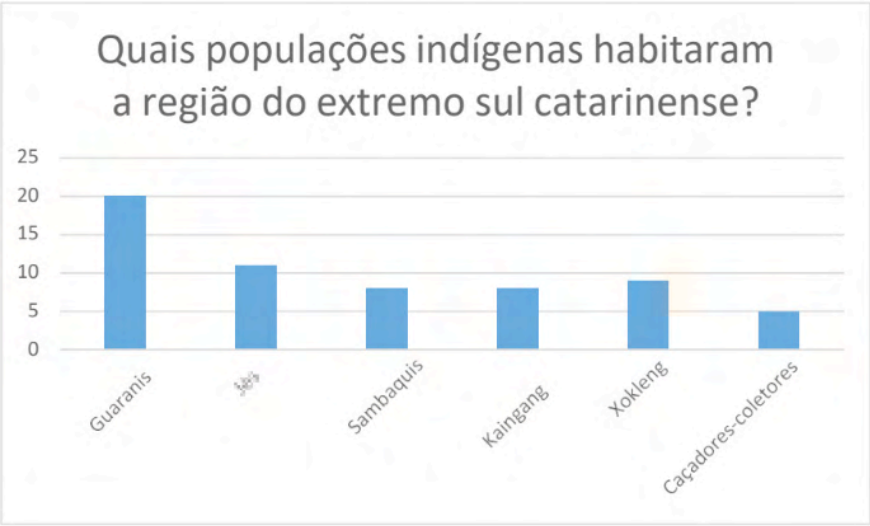


Gráfico 3: Formulário patrimônio cultural – sétima questão  
Fonte: Os autores (2021).

Por fim, questionou-se sobre a importância de preservar ou não os patrimônios culturais. Todos os estudantes responderam que consideram importante preservar os patrimônios, dentre os motivos, por que simboliza algo importante para as pessoas, por que define a história das pessoas e para as gerações futuras terem conhecimento dos patrimônios históricos (Quadro 6) e também se reconhecerem como parte destas memórias e histórias.

Você considera importante preservar os patrimônios culturais?	Frequências de respostas
Sim, por que simboliza algo importante para as pessoas	2
Sim, por que preservar é muito importante para conhecer os lugares	1
Sim, por que o patrimônio define a história dos povos que deixaram esse patrimônio.	2
É bom preservar, pois sem isso não tem história	1
Sim, para as gerações futuras terem conhecimento sobre esses patrimônios	2
Sim, é nossa herança	3
Sim, por que é importante saber do passado	1
Sim, por que foi um momento, ou seja, marcou algo teve toda uma história	1
Sim, para guardar recordações, lembranças e memórias	3
Sim, por que são importantes para nós.	2



Sim, por que é importante preservar a cultura dos antepassados	1
--	---

Quadro 6: Formulário patrimônio cultural – oitava e última questão

Fonte: os Autores (2021)

As atividades de educação patrimonial e os formulários geraram uma série de reflexões acerca da história e memória local. Levando em consideração que a região possui forte ligação com as lagoas e com a praia, tendo como principal atividade econômica a pesca. Esse patrimônio ficou bem evidenciado pelos estudantes, tanto a pesca como a lagoa e a praia, tidos como um local de construção simbólica, de saberes e memória coletiva da comunidade.

As atividades de educação patrimonial devem ser uma prática recorrente no ambiente escolar, o que torna os alunos protagonistas de seus aprendizados (BNCC, 2017), quando problematizam e investigam a história local. Pois, “(...) as crianças, os adolescentes ou jovens aprendem a respeitar a si próprios e ao meio onde vivem a partir do contato com indivíduos que os circundam e com as paisagens da cidade ou logradouros onde habitam.” (PEREGRINI, 2009, p.47). E, neste sentido, o processo de ensino e aprendizagem ultrapassa a sala de aula, se torna vivo e significativo quando também se identificam com estas histórias e se reconhecem como agentes de preservação e difusão do patrimônio local, por meio das experiências compartilhadas.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer da sala de aula um espaço de diálogo e encontro com a educação patrimonial contribui para a construção de conhecimentos acerca da história das comunidades, reconhecendo e valorizando os patrimônios culturais locais. As atividades educativas sobre o patrimônio devem ser realizadas de forma sistemática, democrática e plural. Por isso, envolver a escola para em um primeiro momento, mapear seus patrimônios locais, refletir sobre os sentidos e significados no presente e no passado, compreendê-los como parte das referências que os constituem como sujeitos e cidadãos que compartilham um sentimento de pertença, possibilita criar laços e parcerias entre órgãos públicos e a população para difusão, valorização e preservação dos patrimônios culturais e arqueológicos (TOLENTINO, 2012) que ainda continuam ameaçados ou invisibilizados por uma narrativa oficial que apaga e silencia a presença de outros grupos e culturas, que não a europeia.

A realização desta pesquisa, possibilitou inserir a turma em um diálogo sobre os patrimônios culturais e arqueológicos, realizando um levantamento dos patrimônios que os estudantes consideram importante. Como também problematizar sobre a relevância histórica e cultural dos patrimônios naturais e dos patrimônios materiais e imateriais na formação da identidade das pessoas enquanto comunidade. Muito importante a relação estabelecida pelos os alunos ao apontarem suas casas como parte do patrimônio local.

Peregrini (2009) reforça que para professores e alunos se familiarizarem com as abordagens propostas nas temáticas que envolvem patrimônio, precisam vivenciar experiências de autoestima descobrindo que suas próprias histórias e memórias familiares, se colocam como referenciais para a formação de suas identidades, se colocando também como parte do patrimônio cultural coletivo e individual. E, dessa forma, ao aproximar os campos de abordagem dos sujeitos de aprendizagens, os conhecimentos partilhados tornam-se mais significativos. De acordo com Freire (1979) a educação tem o compromisso de criar uma consciência histórica, em que as pessoas se assumem como papel de sujeitos históricos, possuindo a capacidade de se inserir na história de forma crítica, reflexiva e empoderada.

Essa pesquisa tem como intuito se colocar como um convite e chamamento para que, cada vez mais as atividades de educação patrimonial sejam recorrentes no ensino da História e integrada a outras disciplinas, como prevê a lei nº 11.645 de 2008 que acrescenta no currículo da educação básica o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no Brasil. Por fim, ressaltamos a importância de levar a discussão acerca do patrimônio cultural e das pesquisas arqueológicas para a sala de aula e para a comunidade, pois é somente quando a comunidade tem acesso ao conhecimento acerca desses bens que podemos contribuir para criar políticas de preservação e valorização desses patrimônios de forma mais efetiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994, Brasília, Brasil Câmara dos Deputados, Edições Câmara - 2012, 1988. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>> Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm) > Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base ([mec.gov.br](http://mec.gov.br)) Acesso em: 20 nov. 2020.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Uso da terra e as ameaças ao patrimônio arqueológico na região litorânea dos municípios de Araranguá e Içara, sul de Santa Catarina**. 2010. 115p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC, 2010.

CAMPOS, J. B.; SANTOS, M. C. P.; ROSA, R. C.; RICKEN, C.; ZOCHE, J. J. Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 10, n. 20, p. 9-40, 2013.

CAMPOS, J. B. **Arqueologia Entre Rios e Gestão Integrada do Território no Extremo Sul de Santa Catarina Brasil**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade do Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Metamorfose do patrimônio: O papel do Historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília – DF. n 34. 2012. 79-89 p.

DEBLASIS, P.; KNEIP, Andreas; SCHEEL- YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo C.; GASPAR, Maria D. **Sambaquis e Paisagens**: dinâmica natural e regional no litoral sul do Brasil. *Revista Arqueologia Sul Americana*, p. 29 – 61. Janeiro, 2007.

FARIAS, Deise Scunderlick Eloy de; KNEIP, Andreas. **Panorama Arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça: Editora Unisul, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática da libertação**: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GASPAR, Maria Dulce et al. **Padrão de assentamento e formação de sambaquis**: Arqueologia e preservação em Santa Catarina. *Revista de Arqueologia do IPHAN*, São Paulo. v. 1, p. 57-62, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.a., 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Museu Imperial / DEPROM - IPHAN - MINC..

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p. : il. color. 30 cm. – (Caderno temático)

KNEIP, A.; FARIAS, D.; DEBLASIS, P. Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25–51, 2018. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/526>. Acesso em: 26 fev. 2022.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: Consciência e preservação. São Paulo:Brasileirês, 2009.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RAUEN, Fabio José. **Roteiros de Investigação científica**. Tubarão: Editora Unisul,2002.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica**, nº 11, 2013, Criciúma, Santa Catarina.

# CAPÍTULO 4

## ETNOARQUEOLOGIA NO LAUDO PERICIAL SOBRE A TERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ, PANTANAL DE MATO GROSSO

*Data de aceite: 01/03/2022*

**Jorge Eremites de Oliveira**

Docente da UFPel – Universidade Federal de Pelotas e bolsista do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
<https://orcid.org/0000-0001-9148-1054>

**RESUMO:** Neste capítulo o autor apresenta uma síntese do laudo antropológico e histórico sobre a Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso. O trabalho foi concluído e entregue à Justiça Federal em Cuiabá em 2018 e no estudo constam os resultados de pesquisas etnoarqueológicas, etnológicas e etno-históricas, além mapas georreferenciados sobre uma área tradicionalmente ocupada pelo povo indígena Guató na região do Pantanal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnoarqueologia, Laudos Judiciais, Pantanal, Povo Indígena Guató, Terras Indígenas.

### ETHNOARCHAEOLOGY IN THE EXPERT REPORT ON THE BAÍA DOS GUATÓ INDIGENOUS LAND, PANTANAL OF MATO GROSSO

**ABSTRACT:** In this chapter the author presents a synthesis of the anthropological and historical report on the Baía dos Guató Indigenous Land, located in the municipality of Barão de Melgaço, state of Mato Grosso. The work was completed and delivered to the Federal Court in

Cuiabá city in 2018 and the study contains the results of ethnoarchaeological, ethnologic and ethnohistorical research, as well as georeferenced maps of an area traditionally occupied by the Guató indigenous people in the Pantanal region.

**KEYWORDS:** Ethnoarchaeology, Judicial Reports, Pantanal, Guató Indigenous People, Indigenous Lands.

### ETNOARQUEOLOGÍA EN EL LAUDO PERICIAL SOBRE LA TIERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ, PANTANAL DE MATO GROSSO

**RESUMEN:** En este capítulo el autor presenta una síntesis del informe antropológico e histórico sobre la Tierra Indígena Baía dos Guató, ubicada en el municipio de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso. El trabajo fue concluido y entregado al Tribunal Federal en la ciudad de Cuiabá en 2018 y el estudio incluye los resultados de investigaciones etnoarqueológicas, etnológicas y etnohistóricas, así como mapas georreferenciados de un área tradicionalmente ocupada por el pueblo indígena Guató en la región del Pantanal.

**PALABRAS CLAVE:** Etnoarqueología, Laudos Judiciales, Pantanal, Pueblo Indígena Guató, Tierras Indígenas.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar, de maneira sucinta, o laudo antropológico e histórico concluído e entregue em 2018 à Justiça Federal em Cuiabá, estado de Mato Grosso, no âmbito

do Processo n. 0017708-79.2011.4.01.3600. Trata-se de um estudo técnico-científico que incide sobre a área identificada, delimitada, demarcada, declarada e homologada, por meio da Portaria MJ n. 1.750/2009 e do Decreto n. 9.356/2018, respectivamente, como Terra Indígena Baía dos Guató. A área possui uma superfície aproximada de 19.164 hectares e está localizada no município mato-grossense de Barão de Melgaço, bacia hidrográfica do rio Cuiabá e áreas de influências, no interior do Pantanal, a maior planície de inundação do globo e um importante bioma localizado na porção central da América do Sul. Os trabalhos ali realizados estão fortemente baseados em pesquisas de natureza etnoarqueológica, etnológica, etno-histórica e historiográfica, as quais possibilitam corroborar com a afirmativa de que a área periciada é, de fato, terra tradicionalmente ocupada por comunidade indígena, em conformidade com o Art. 231 da Carta Constitucional de 1988 (G. Silva, 2000; Barros, 2006; Eremites de Oliveira, 2018).

A referida comunidade, por sua vez, faz parte da população de um povo originário, o povo Guató, conhecido historicamente como índios canoeiros do Pantanal, cujo idioma nativo tem sido linguisticamente filiado, desde o começo dos anos 1970, à família homônima e ao tronco linguístico macro-jê (Eremites de Oliveira, 1996, 2002; Eremites de Oliveira e Milheira, 2020). Esta filiação tem sido indicada em estudos realizados por Aryon Dall'Igna Rodrigues e pesquisadoras/es que se associam à sua perspectiva teórico-metodológica. Há, contudo, estudos que seguem outras orientações e sugerem tratar-se de uma língua isolada, situação esta que denota certa idiosincrasia presente na academia brasileira (ver Rodrigues, 1970, 1986; Palácio, 1984; Martins, 2011, 2013; Franchetto e Godoy, 2017; e outros).

Para cumprir com o propósito aqui apresentado, deu-se ênfase à história da comunidade e sua relação com o espaço reivindicado como terra indígena, bem como ao estudo dos assentamentos localizados às margens dos rios Cuiabá e Perigara e do canal ou *corixo* do Bebe, incluindo o conhecido Aterrado do Bananal, estrutura monticular de origem indígena erguida em temporalidades pré-coloniais. Os dados obtidos durante as diligências periciais foram sistematicamente organizados em mapas georreferenciados que contribuem para a compreensão do assunto.

## **SOBRE A ETNOARQUEOLOGIA**

A etnoarqueologia é um subcampo ou especialidade da arqueologia que se dedica ao estudo de povos originários ou indígenas e comunidades tradicionais, contemporâneos e não-ocidentais. Estudos desse tipo dependem de consistente formação holística e da habilidade na aplicação do método etnográfico, também conhecido como observação participante ou observação direta, recorrido concomitantemente como processo e produto à abordagem arqueológica. Pesquisas etnoarqueológicas costumam ser realizadas com ênfase na materialidade com a qual coletivos humanos se relacionam no tempo presente

e/ou, também, segundo informações registradas em fontes escritas, imagéticas e outras. Pressupõem o estabelecimento de uma relação simétrica entre pesquisadoras/es e interlocutoras/es da pesquisa, haja vista que consiste em observar a vida social e a cultura de grupos étnicos, com ênfase na cultura material, isto é, na materialidade das relações sociais no tempo e espaço (F. Silva, 2008; Eremites de Oliveira, 2011, 2015, 2022; Souza e Eremites de Oliveira, 2019).

No âmbito da arqueologia mundial, a etnoarqueologia teve considerável impulso e foi institucionalizada a partir das décadas de 1960 e 1970, popularizada como etnografia arqueológica ou arqueologia etnográfica e outras terminologias. Este processo ocorreu no contexto do movimento intelectual denominado de Nova Arqueologia (*New Archaeology*), também conhecido como Arqueologia Processual, sob forte influência das ideias de Lewis R. Binford e outros representantes. À época, ficou marcada por uma abordagem materialista associada ao neoevolucionismo, à ecologia cultural e à teoria de médio alcance, recorrida com o propósito de entender processos socioculturais mais amplos, inclusive os relacionados à formação do registro arqueológico. Em fins dos anos 1970 e ao longo dos dois decênios seguintes, no contexto do movimento plural conhecido como Arqueologia Pós-Processual, marcado pelas influências de Ian Hodder e apoiadores, a etnoarqueologia passou ser criticada e atualizada em relação a tendências mundiais, assim observadas na academia e nas sociedades nacionais: movimento indígena, feminismo, pós-modernismo, pós-colonialismo etc. Tornou-se, com efeito, mais dinâmica e plural em termos de temas, estudos e abordagens teórico-metodológicas, inclusive com a incorporação de aportes vindos do campo da etno-história, além do necessário afastamento em relação à dependência das analogias diretas e da ideia negativa de aculturação ou perdas culturais. Dito de outra maneira, nos dias de hoje a etnoarqueologia não está atrelada a esta ou aquela orientação teórico-metodológica e, portanto, torna-se impertinente a ideia de que se limitaria ao processualismo binfordiano e estaria obsoleta e fadada a sucumbir como especialidade ou subcampo da arqueologia (Eremites de Oliveira et al., 2019; Eremites de Oliveira, 2022).

Neste contexto mais amplo, nota-se que desde as décadas de 1970, 1980 e 1990, período marcado pelo gradual processo de (re) democratização do Brasil e de outros países da América Latina, a etnoarqueologia aqui praticada tem sido feita, especialmente para o caso dos povos originários, dentro da perspectiva holística de contribuir para o conhecimento de uma história indígena de longa duração ou tempo longo. Gradualmente passou a se diferenciar em relação a outras etnoarqueologias praticadas na América do Sul, muitas vezes desconcatenadas das situações históricas vivenciadas pelos povos indígenas e mais voltadas, pois, à compreensão – supostamente neutra – do passado arqueológico fossilizado no tempo e espaço. A diferenciação maior está no fato da etnoarqueologia (à) brasileira possuir uma tendência descolonial, ligada a uma arqueologia sobre, para e com os povos originários e comunidades tradicionais e, com efeito, ligada a um projeto de nação

plural e à defesa dos direitos humanos e da biodiversidade em seu sentido mais amplo.

Dado ao fato da etnoarqueologia estar voltada a uma forma particular de produzir etnografias focadas na materialidade, costuma valer-se de uma abordagem diacrônica e apresenta grande potencial à produção de laudos antropológicos e históricos sobre terras ou territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas e quilombolas. Por este motivo, tem sido cada vez mais valorizada dentro e fora da academia brasileira, sobretudo em tempos marcados pela violação dos direitos territoriais dos povos originários e de comunidades tradicionais, como observado no Brasil no tempo presente.

## OS TRABALHOS DE CAMPO NA TERRA INDÍGENA BAÍA DOS GUATÓ

Os trabalhos de campo, empreendidos para a produção do laudo de que trata o presente estudo, foram realizados no período de 22 de agosto a 1 de setembro de 2017, em um ambiente marcado por conflitos pela posse da terra e a mobilização da comunidade indígena para contribuir com o sucesso das diligências periciais. À época, a população guató ali girava em torno de 60 a 70 pessoas, distribuídas em umas 25 famílias, todas falantes da língua portuguesa, porém com uma perceptível tendência de aumento demográfico. Muitas delas estavam e seguem empenhadas na revitalização do idioma nativo, haja vista a obsolescência da língua, conforme registrado ao longo do século XX e posteriormente. Tal situação está diretamente associada ao violento processo de desterritorialização ou remoção forçada, promoção da invisibilidade étnica e, conseqüentemente, à transformação de grande parte do território tradicional do povo Guató em fazendas, unidades de conservação, reservas particulares do patrimônio natural etc.

Vale salientar que a comunidade Guató que vive na área periciada está distribuída em três aldeias, a saber: Aterrado, Acuri (antiga Coqueiro) e São Benedito. No tempo presente, famílias guató estabelecidas naquela região e em outras localidades do Pantanal seguem a construir e ocupar aterros indígenas na planície de inundação. São estruturas monticulares de diferentes tamanhos e alturas, denominadas de *marabohó* na língua nativa, o que atesta a continuidade de uma antiga tradição, verificada desde, ao menos, 8.400 anos, conforme explicado em recente estudo (Eremitas de Oliveira e Milheira, 2020).

Neste sentido, para a realização da perícia foi feita uma densa pesquisa documental e bibliográfica e, igualmente, concluídos os trabalhos de campo no período já indicado, quando o perito, funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e assistentes técnicos das partes estiveram na área em litígio. Na ocasião, foi mantida interlocução com indígenas e não-indígenas que vivem na região e em parte de seu entorno, e verificada a relação que mantêm com a terra. Também foi concluído o levantamento de locais apontados por membros da comunidade como de ocupação tradicional, incluindo sítios arqueológicos do período pré-colonial e atualmente ocupados pelos Guató, bem como as histórias a eles relacionadas. Para esta finalidade, contou-se com o apoio do arqueólogo e historiador



Rafael Guedes Milheira, docente da Universidade Federal de Pelotas, que prestou ajuda ao perito em campo. Ele assim o fez após o Juízo ser devidamente comunicado sobre esta necessidade. Anteriormente, no dia 1 de agosto de 2017, houve audiência na Justiça Federal em Cuiabá, com a presença da juíza federal Vanessa Curti Perenha Gasques e representantes das partes envolvidas no litígio, momento em que o assunto foi tratado, sobretudo a respeito da logística para a realização das diligências periciais. Nos dias 28, 29 e 30 de agosto do referido ano, a referida juíza federal realizou inspeção judicial com a presença do auxiliar do Juízo, assistentes técnicos das partes e outras pessoas. A entrega do laudo final ocorreu no mês de maio de 2018.

Experiências anteriores, referentes a trabalhos periciais realizados para a Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, como em Campo Grande e Ponta Porã, por exemplo, também serviram de base para a elaboração do estudo encomendado à Justiça Federal em Mato Grosso, conforme pode ser verificado em outras publicações (Eremites de Oliveira e Pereira, 2009, 2010, 2012; Eremites de Oliveira, 2011, 2015, 2018).

A respeito do povo Guató, vale registrar que as comunidades existentes no Pantanal, como na Terra Indígena Guató (aldeia Uberaba) e na localidade da Barra do São Lourenço (terra indígena não regularizada), em Corumbá, e na Terra Indígena Baía dos Guató, em Barão de Melgaço, identificam-se com antigos aterros ou montículos artificiais de terra construídos por indígenas na região. Percebem-se como descendentes diretos das populações que os construíram e os ocuparam desde temporalidades imemoriais (Eremites de Oliveira, 1996, 2002, 2018; Eremites de Oliveira e Milheira, 2020). No tempo presente, famílias guató seguem a ocupar e até mesmo a construir aterros no Pantanal, como verificado nos municípios de Corumbá e Barão de Melgaço, dentre outras áreas, como no município mato-grossense de Cáceres (Cruvinel, 1978; Cardoso, 1985; Eremites de Oliveira, 2018; Eremites de Oliveira e Milheira, 2020).

Existe uma quantidade significativa de fontes documentais e bibliográficas, dentre outras, a respeito da presença desses índios no Pantanal. São diversas as fontes primárias e secundárias, a depender da época, origem e familiaridade de sua autoria com o registro etnográfico, bem como referências bibliográficas de interesse à antropologia social, arqueologia, geografia, história, linguística e outros campos do conhecimento científico. Trata-se de correspondências oficiais, crônicas e relatos de expedições e viagens, filmes, iconografias, relatórios administrativos, reportagens jornalísticas, representações cartográficas, vídeos etc. Soma-se a esta relação, a literatura acadêmica em geral, constituída por artigos e livros científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado etc.

Todas as fontes indicadas, incluindo o resultado de pesquisas arqueológicas contínuas e sistemáticas, publicadas a partir dos anos 1990, atestam que desde, ao menos, 8.400 anos atrás o Pantanal tem sido ocupado por diferentes populações indígenas, com marcante presença de povos canoeiros. Sua expressiva diversidade étnica é verificada

a partir de uns 3.000 anos atrás e começou a ser constituída por um conjunto de fatores relacionados ao crescimento demográfico das populações locais e à chegada de coletivos migratórios oriundos de regiões circunvizinhas, como da Amazônia, Cerrado, Chaco, Mata Atlântica e bosques subandinos. Associa-se a marcante biodiversidade pantaneira, sobretudo a constituída ao longo do holoceno, à presença de populações indígenas e seus complexos processos de humanização das paisagens locais, incluindo formas de manejo agroflorestal e a construção de aterros (Eremites de Oliveira e Viana, 2000; Eremites de Oliveira, 1996, 2002, 2012).

No caso da Terra Indígena Baía dos Guató, inicialmente foi feito o levantamento e a análise de fontes históricas e da bibliografia mais conhecida sobre a presença dos Guató no Pantanal, desde o século XVI até o tempo presente. Providenciou-se, ainda, uma pesquisa nos arquivos do Museu do Índio e da Biblioteca Nacional, realizada por meio de acesso a documentos digitalizados e disponibilizados na Internet. Acrescenta-se a isso, a realização de intenso trabalho de campo para fins do registro de dados etnográficos e etnoarqueológicos para a compreensão do assunto e formação de opinião sobre uma questão central: saber se a área em litígio é ou não terra tradicionalmente ocupada por comunidade indígena, em observação ao que determina a legislação brasileira. Para este propósito, teve-se o cuidado de produzir dezenas de mapas temáticos sobre a Terra Indígena Baía dos Guató, bem como acerca da Terra Indígena Guató, sendo que esta última está localizada no município sul-mato-grossense de Corumbá, dentre outros lugares historicamente ocupados pelos indígenas canoeiros, incluindo sítios arqueológicos levantados anteriormente e durante a perícia.

Em linhas gerais, o rigor científico empregado na elaboração do laudo pericial assegura a imparcialidade (não confundir com neutralidade) que a Justiça Federal espera de trabalhos técnico-científicos desta natureza, os quais auxiliam no esclarecimento dos fatos e na tomada de decisão sobre a lide.

## CONCLUSÃO

O laudo pericial sobre a área denominada Terra Indígena Baía dos Guató contém 181 páginas e foi estruturado em cinco partes: 1) Introdução; 2) Capítulo 1 – Etno-história, fontes e situações históricas (do século XVI ao século XXI); 3) Capítulo 2 – Língua, identidade étnica, organização social e economia; 4) Capítulo 3 – Quesitos das partes (União, FUNAI e Autores); e 5) Conclusão. Optou-se, assim, em respeito às partes e ao Juízo, por escrever dois capítulos iniciais antes de responder aos quesitos formulados para o perito, os quais totalizam 63 perguntas, a maioria de significativa complexidade antropológica, arqueológica, geográfica, histórica, jurídica e sociológica.

Com base nos resultados obtidos e apresentados à Justiça Federal, pode-se afirmar, de maneira peremptória, que a área em litígio é terra tradicionalmente ocupada pelos

Guató. Este povo indígena canoeiro há muito é conhecido para o Pantanal, inclusive antes, durante e depois da promulgação da Carta Magna em 5 de outubro de 1988, conforme atesta a memória social, a pesquisa etnoarqueológica e vários estudos e documentos oficiais, como o relatório oficial de Cardoso (1985), encaminhado nos anos 1980 à FUNAI. Para a área em questão, esta situação é verificada desde, ao menos, a primeira metade do século XVIII, especialmente para assentamentos localizados às margens dos rios Cuiabá e Perigara, incluindo o conhecido Aterrado do Bananal, estrutura monticular erguida em temporalidades pré-coloniais, e, posteriormente, para do *corixo* do Bebe.

O estudo realizado abrangeu toda a comunidade Guató que vive na área, distribuída nas três aldeias ali constituídas: Aterrado (rio Cuiabá), Acuri (*corixo* do Bebe) e São Benedito (rio Perigara). Foi ainda verificado, por meio da interlocução com diversas pessoas e inspeção visual *in loco*, que famílias indígenas seguem a construir e ocupar aterros naquela parte do Pantanal, como ocorre nas aldeias Aterrado e São Benedito. Esta situação comprova a continuidade de uma antiga tradição verificada no Pantanal desde, ao menos, 8.400 anos, relacionada à construção e uso de estruturas monticulares.

Em linhas gerais, portanto, conclui-se que a área em litígio é um espaço fundamental para a reprodução física e cultural da população indígena atual e das futuras gerações de pessoas Guató ali estabelecidas. Finalizando o laudo, o perito agradece o apoio recebido para a realização dos trabalhos de campo, seja de pessoas da comunidade indígena, seja dos assistentes técnicos das partes, FUNAI, moradores regionais do entorno e outras tantas, e coloca-se à disposição do Juízo para os esclarecimentos se fizerem necessários.

Nº.	NOME DO LUGAR	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	Capão-de-mato localizado nas proximidades do Posto de Proteção Ambiental São Luiz, pertencente ao SESC Pantanal.	16°41'09.6" S 56°10'27.6" W	Lugar de proteção ambiental onde há vários capões-de-mato e cordilheiras que podem ser sítios arqueológicos do tipo aterro, relacionados a antigas populações indígenas canoeiras. Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
02	"Casa de Rondon", edificação com apoio da agência indigenista oficial, localizada aldeia Bororo, dentro da área da Terra Indígena Perigara, próxima às margens do Rio São Lourenço.	16°55'20.1" S 56°13'44.6" W	Trata-se de uma edificação construída sobre sítio arqueológico do tipo aterro, onde ocorrem evidências materiais de antiga ocupação indígena, sobretudo de populações canoeiras, como fragmentos de vasilhas cerâmicas e conchas de moluscos aquáticos. Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
03	Residência sobre local aterrado, indicada como localizada na Fazenda Cabeceira do Riozinho.	16°56'00.7" S 56°25'24.2" W	Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
04	Sítio Nossa Senhora Aparecida, com cerca de 93,5 hectares, indicado como propriedade de Edson Duarte Silva.	16°55'41.7" S 56°25'42.7" W	Este ponto está fora da Terra Indígena Baía dos Guató.

05	Residência da família de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe, onde o perito da Justiça Federal, o assistente técnico da FUNAI e outras pessoas ficaram alojadas durante as diligências periciais.	16°59'46.3" S 56°33'14.4" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
06	Residência da família de Antônio Alves da Silva (Guató), conhecido como Totó, irmão de Guilherme Pedroso da Silva (Guató) e ex-marido de Sandra da Silva (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'48.2" S 56°33'12.8" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
07	Residência da família de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'45.7" S 56°33'12.0" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
08	Residência da família de Raquel Luiza de Paula (Guató), filha de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'49.8" S 56°33'22.2" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
09	Sepultura de Emanuel Pedroso da Silva (Guató), filho de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), criança falecida aos quatro dias de nascimento, na data de 25/12/2015, localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	16°59'48.6" S 56°33'11.5" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
10	Residência da família de Romeu Candelário de Paula (Guató), filho de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	17°00'02.5" S 56°33'29.6" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. A casa foi construída sobre sítio arqueológico com material cerâmico.
11	Residência da família de Raul Mário de Paula (Guató), filho de Antônia Luiza de Oliveira (Guató), localizada nas proximidades das margens do Corixo do Bebe.	17°00'02.0" S 56°33'31.3" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. A casa foi construída sobre sítio arqueológico com material cerâmico.
12	Residência da família de Domingas Moraes de Amorim (Guató) e Euclides de Amorim (Guató), filho da irmã de Domingos Manoel de Amorim (Guató), localizada às margens do Rio Cuiabá. Neste caso, trata-se do casamento entre primos.	17°01'10.5" S 56°35'05.7" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local foi recentemente aterrado por meio de trabalho manual e com auxílio de trator.

13	Residência da família de Dalvina Moraes de Amorim (Guató), conhecida como Dalva, filha de Domingos Manoel de Amorim (Guató), localizada às margens do Rio Cuiabá.	17°00'52.8" S 56°35'13.3" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
14	Aterrado do Bananal, localizado às margens do Rio Cuiabá, onde mora a família de Carlos Henrique Alves Arruda (Guató), conhecido como Carlinhos, filho de Sandra da Silva (Guató).	17°00'36.1" S 56°35'39.3" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico, inclusive com sepultamentos humanos e diversas evidências de antiga ocupação indígena.
15	"Cemitério de Anjos" no Aterrado do Bananal, localizado às margens do rio Cuiabá, onde há evidências arqueológicas de antigos sepultamentos de crianças indígenas.	17°00'35.4"S 56°35'39.6"W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico, inclusive com sepultamentos humanos e diversas evidências de antiga ocupação indígena. Nas proximidades há uma cruz em homenagem ao menino João Carlos Alves de Arruda (Guató), filho de Carlos Henrique Alves Arruda (Guató), nascido no dia 23/06/2002 e falecido no dia 19/06/2011 aos 9 anos de idade.
16	Cemitério indígena com dois sepultamentos humanos secundários no Aterrado do Bananal, localizado às margens do Rio Cuiabá.	17°00'34.8"S 56°35'39.5"W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico, inclusive com sepultamentos humanos e diversas evidências de antiga ocupação indígena.
17	Aterro do Guató, localizado às margens do Corixo do Bebe.	17°01'01.9" S 56°35'00.9" W	No local, Carlos Henrique Alves Arruda (Guató), conhecido como Carlinhos, filho de Sandra da Silva (Guató), havia começado a construir uma casa em 2008, a qual foi queimada por pessoas contrárias aos interesses da comunidade indígena, segundo informou. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. O local é um sítio arqueológico com evidências materiais de antiga ocupação indígena.
18	Residência de Sandra da Silva (Guató).	17°00'17.9" S 56°35'56.8" W	Aldeia Aterrado. O local foi recentemente aterrado por meio de trabalho manual.
19	Residência de Clealdo da Silva, conhecido como Goiano (não-indígena), e Agda de Moraes Costa, sobrinha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°00'36.2" S 56°35'34.1" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, nas margens do Corixo do Aterrado e do Rio Cuiabá.
20	Casa em construção para a família de Maria Célia, mãe de Agda de Moraes Costa, sobrinha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°00'47.0" S 56°35'29.4" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, nas margens do Rio Cuiabá.

21	Residência da família de Benjamim de Amorim de Moraes (Guató), conhecido como Gordo, filho de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°01'26.6" S 56°34'57.5" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
22	Residência da família de Domingos Manoel de Amorim (Guató), conhecido como Pero Véio, chamado por não-indígenas de Juruna e Troncho.	17°01'45.8" S 56°35'11.7" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
23	Residência da família de João Marques da Silva (Guató), conhecido como Vangi, viúvo de Maria Alcília de Amorim (Guató, falecida) e cunhado de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17°02'02.9" S 56°35'14.3" W	Aldeia Aterrado. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
24	Casa destinada a acampamento de pesca de iscas para pessoas da comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató.	17°02'16.1" S 56°34'20.7" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
25	Antigo local de residência da família de Domingos Manoel de Amorim (Guató), conhecido como Pero Véio, na localidade chamada Alegria.	17°01'42.8" S 56°33'05.5" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
26	Antigo local de residência de João Marques da Silva (Guató), conhecido como Vangi, viúvo de Maria Alcília de Amorim (Guató, já falecida à época) e cunhado de Domingos Manoel de Amorim (Guató), localizado às margens do Corixo do Bebe.	17°00'02.2" S 56°33'39.7" W	Aldeia Acuri (antigamente chamada de Aldeia Coqueiro). Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
27	Casa indígena em construção nas margens do Corixo do Bebe.	16°59'52.7"S 56°33'18.7"W	No local há um sítio arqueológico do tipo aterro, com evidências materiais de antiga ocupação indígena, especialmente fragmentos de vasilha cerâmica.
28	Corixo Guató, por onde navegam os Guató.	17°03'22" S 56°34'51" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
29	Confluência dos corixos Guató e Guatózinho, por onde navegam os Guató.	17°03'15" S 56°34'0" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
30	Residência da família de Juliano Moraes de Amorim (Guató), conhecido como Júlio, filho de Tereza Moraes de Amorim (Guató), conhecida como Terezinha, filha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17° 0'2.28" S 56°27'39.96" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
31	Residência da família de Tereza Moraes de Amorim (Guató), conhecida como Terezinha, filha de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	17° 0'1.08" S 56°27'39.24" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.

32	Residência da família de Berenice de Moraes Amorim Campos (Guató) e Leonil Marques de Campos (descendente de Guató e Chiquitano), estabelecida em propriedade do casal.	17° 0'3.40" S 56°26'58.80" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
33	Residência da família de Teodorica de Moraes, conhecida como Dorica, ex-esposa de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	16°59'59.64" S 56°27'38.58" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.
34	Capela da Aldeia São Benedito.	16°59'59.52" S 56°27'38.40" W	Aldeia São Benedito, cujo lugar também é chamado de Aterro São Benedito porque foi aterrado com uso de draga e trabalho manual. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.
35	Casa de Juliana Moraes de Amorim (Guató), filha de Tereza Moraes de Amorim, conhecida como Terezinha (Guató) e neta de Domingos Manoel de Amorim (Guató).	16°59'59.04" S 56°27'36.36" W	Aldeia São Benedito. Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, localizado às margens do Rio Perigara.
36	Casa de Benedito Bernardo de Arruda (não indígena), conhecido como Bernardo, estabelecida em sua propriedade.	16°59'24" S 56°29'25" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. Toda a propriedade estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
37	Ponto localizado na Baía dos Guató, por onde navegam os Guató.	17°01'35.4"S 56°33.34.2"W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
38	Hotel Arara Azul.	17°00'05.8" S 56°27'37.5" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
39	Sítio Santa Tereza, com cerca de 20 hectares, propriedade da família de Aurílio Soares da Penha e Odilza Francisca da Penha (não-indígenas).	17°00'13.8" S 56°28'36.0" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató. Parte da propriedade estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
40	Fazenda Cambará, com cerca de 470 hectares, propriedade de Ana Maria de Almeida Martins (professora) e Genésio de Arruda Martins (falecido e irmão de Benedito Bernardo de Arruda), ambos não-indígenas.	17°00'08.6" S 56°27'58.5" W	Parte da propriedade, cerca de 20%, estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
41	Baía de São Benedito (antigo canal), por onde navegam os Guató.	16°59'26.5" S 56°27'52.1" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
42	Casa na propriedade da família de José de Arruda Martins, conhecido como Zé Edil (não-indígena).	16°58'21.1"S 56°29'12.5"W	Parte da propriedade estaria dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
43	Acampamento para pesca de isca no Corixo São Benedito.	17°01'07.2" S 56°31'44.6" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.

44	Porto da Fazenda Guató às margens do Corixo do Bebe.	16°59'45.5" S 56°33'02.0" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató e próximo da Aldeia Acuri.
45	Roça de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), localizada às margens do Corixo do Bebe.	16°59'41.0" S 56°32'55.7" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, próximo da Aldeia Acuri e local onde há evidências arqueológicas de antiga ocupação indígena, como fragmentos de vasilhas cerâmicas.
46	Roça de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), localizada às margens do Corixo do Bebe.	16°59'36.6" S 56°32'47.6" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, próximo da Aldeia Acuri e local onde há evidências arqueológicas de antiga ocupação indígena, como fragmentos de vasilhas cerâmicas.
47	Sepultura humana desconhecida, identificada com cruz de madeira (piúva), localizada Roça de Guilherme Pedroso da Silva (Guató), às margens do Corixo do Bebe.	16°59'32.9" S 56°32'44.7" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató, próximo da Aldeia Acuri e local onde há evidências arqueológicas de antiga ocupação indígena, como fragmentos de vasilhas cerâmicas.
48	Local de retirada de terra para aterro.	17°0'32.01" S 56°35'42.72" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.
49	Aeroporto da Ilha Camargo.	17°3'27.16" S 56°34'52.89" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
50	Jazida de argila.	17°0'35.05" S 56°36'11.81" W	Ponto fora da Terra Indígena Baía dos Guató.
51	Área de coleta de mel de abelhas	16°59'29.36" S 56°34'6.46" W	Ponto dentro da Terra Indígena Baía dos Guató.

OBS.: Os lugares enumerados estão devidamente indicados nos mapas confeccionados sobre a Terra Indígena Baía dos Guató.

Quadro 1: Locais vistoriados em 2017 na Terra Indígena Baía dos Guató e adjacências.



## TERRAS ÍNDIGENAS GUATÓ NO PANTANAL, BRASIL

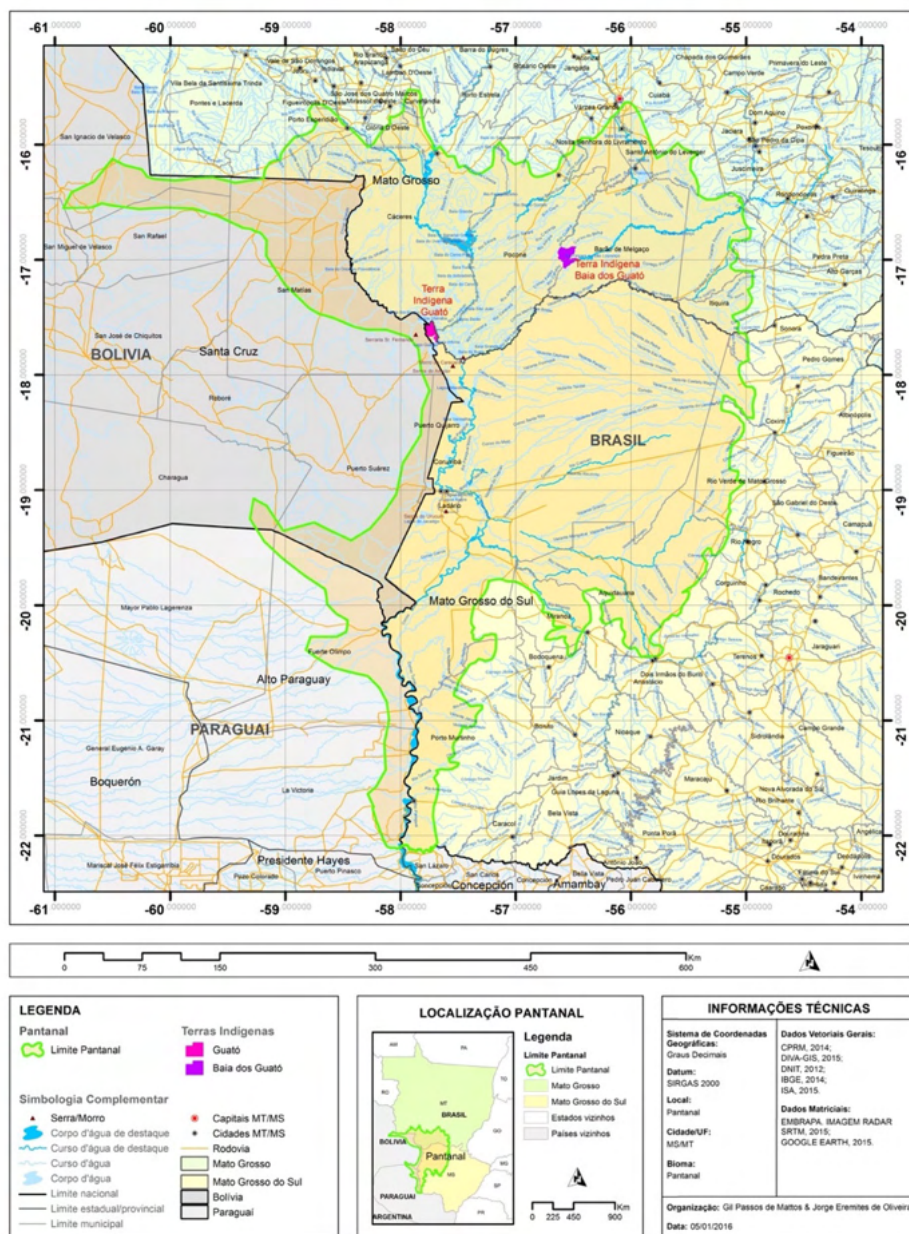


Figura 1: Mapa de terras indígenas Guató regularizadas ou em processo de regularização na região do Pantanal até o ano de 2018.

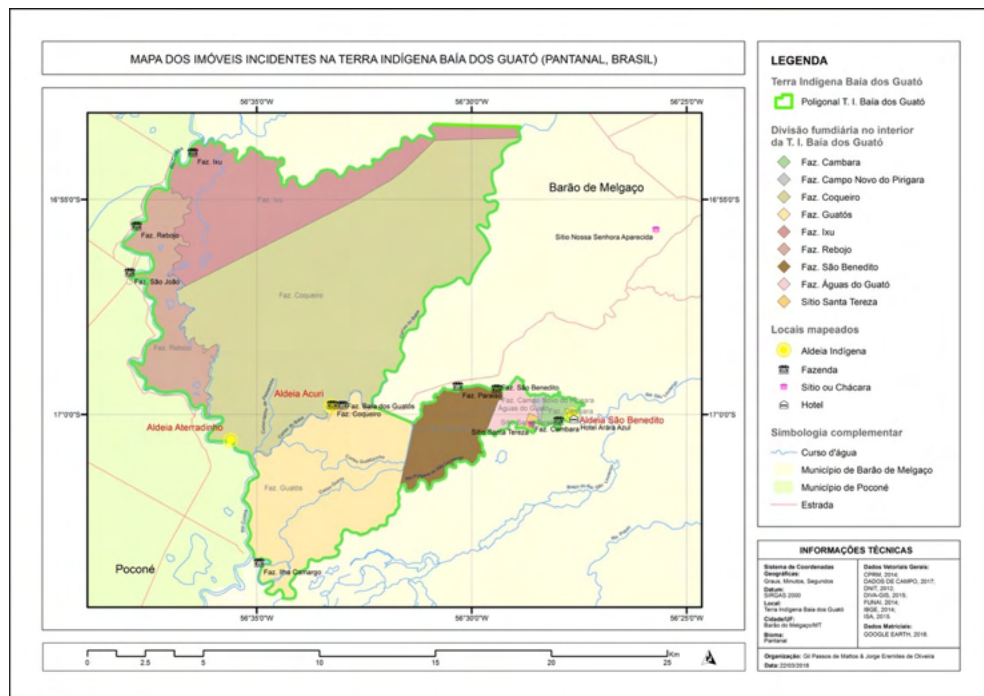


Figura 2: Mapa dos imóveis incidentes na TI Baía dos Guatós.

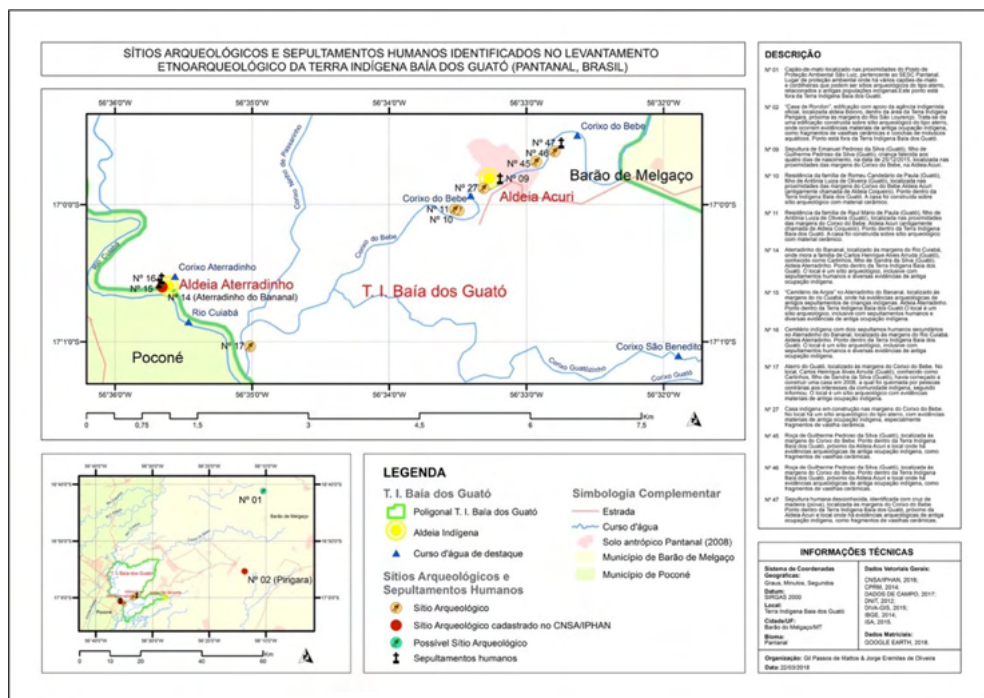


Figura 3: Mapa com a localização de sítios arqueológicos e sepultamentos humanos identificados no levantamento etnoarqueológico da TI Baía dos Guatós.





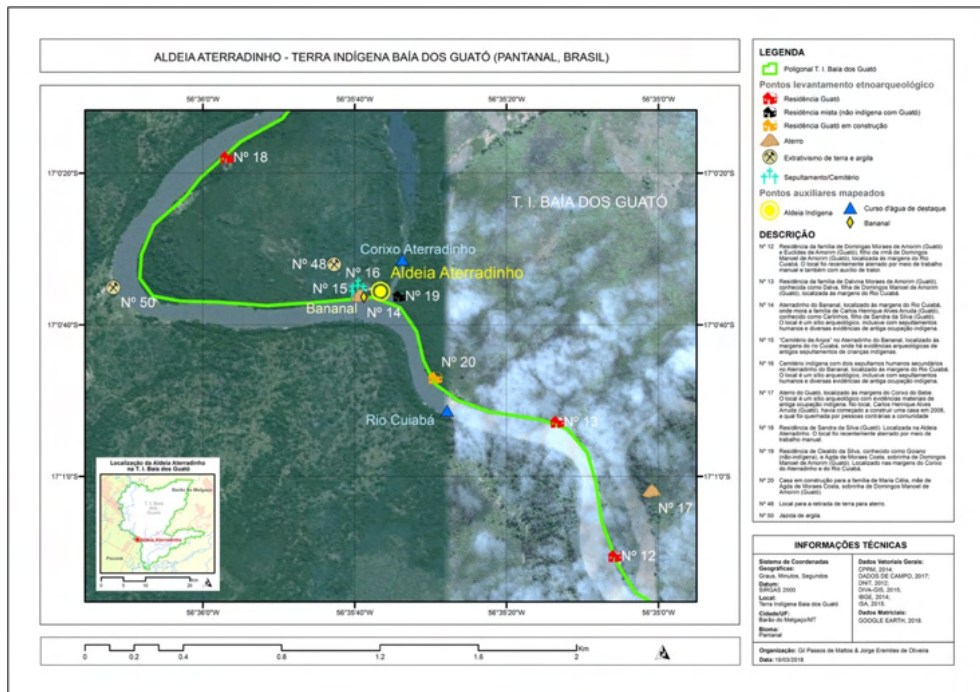


Figura 6: Mapa de parte da área da Aldeia Aterradinho.

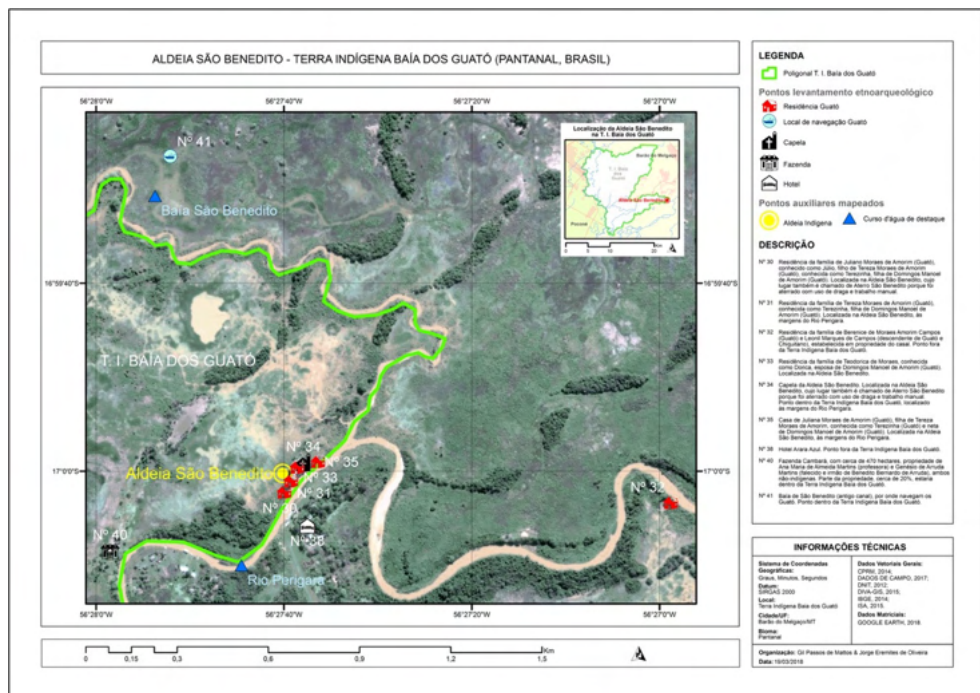


Figura 7: Mapa de parte da área da Aldeia São Benedito.





Figura 10: Aterro da Sandra (Aldeia Aterrado).



Figura 11: Aterrado do Bananal (Aldeia Aterrado).



Figura 12: Acampamento de pesca (Aldeia Aterrado).



Figura 13: Casas na Aldeia Aterrado.



Figura 14: Casa na Aldeia São Benedito.



Figura 15: Produção de vasilhas cerâmicas no Aterro da Sandra (Aldeia Aterrado).

Figuras 10-15: Terra Indígena Baía dos Guató.





Figura 16: Interlocução com mulheres na Aldeia Acuri.



Figura 17: Roça no Aterrado do Bananal.



Figura 18: Roça na Aldeia Acuri.



Figura 19: Acampamento em roça na Aldeia Acuri.



Figura 20: Casa na Aldeia São Benedito.



Figura 21: Borda de vasilha cerâmica encontrada no Aterrado do Bananal (Aldeia Aterrado).

Figuras 16-21: Terra Indígena Baía dos Guatós.

## REFERÊNCIAS

BARROS, E. P. de. 2006. *Laudo pericial histórico-antropológico*. Processo n. 2000.36.00.005382-1 – Justiça Federal: Cuiabá.

CARDOSO, P. A. 1985. *Relatório de viagem aos Guatós*. Brasília: FUNAI.

CRUVINEL, N. V. 1978. Relatório de viagem aos Guatós. In: *Processo FUNAI-BSB-4683/77*. Brasília: FUNAI, p.82-127.



EREMITES DE OLIVEIRA, J. 1996. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2002. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2011. Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Habitus*, Goiânia, 9: 166-196.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2012. A humanização das paisagens pantaneiras pelos povos indígenas: um estudo sobre o uso e manejo da palmeira acuri pelos Guató. In: MORETTI, E. C.; BANDUCCI JUNIOR, Â. (Org.). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande: Editora UFMS, p.89-116.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2015. (Re) aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: Etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J.; MURA, F.; SILVA, A. B. da (Org.). *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA, p.234-261.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2018. *Laudo pericial de natureza antropológica e histórica sobre a área denominada Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso*. Processo n. 0017708-79.2011.4.01.3600. Cuiabá: Justiça Federal.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2022. Prefácio: por mais etnografias arqueológicas na Arqueologia Brasileira. In: SILVA, L. A. da; WAGNER, G. P. *Imagens da Pesca: uma etnografia arqueológica na região das lagoas do Rio Grande do Sul*. Madrid: JAS Arqueologia Editorial, p.1-14.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. 2009. Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico de uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil como Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. 2010. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, R. L. S. de; EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados: Editora UFGD, p.185-208.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. 2012. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; MILHEIRA, R. G. 2020. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes. *Mana*, Rio de Janeiro, 26 (3): 1-39.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; TEDESCO, G. V. de L.; CARVALHO, H. B.; VAZ, L. J. de M.; VIANA, S. A. 2019. Irmhild Wüst, sempre presente! Uma contribuição à etnoarqueologia brasileira e sul-americana. In: WÜST, I. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: tentativa de análise espacial*. Criciúma: Editora Unesc, p.19-29.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; VIANA, S. A. 2000. O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP*, São Paulo, 44: 142-189.

FRANCHETTO, B.; GODOY, G. 2017. Primeiros passos da revitalização da língua Guató: uma etnografia. *Revista Lingüística*, Rio de Janeiro, 13 (1):281-302.

MARTINS, A. M. S. 2011. *Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o Guató e o tronco Macro-Jê*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília.

MARTINS, A. M. S. 2013. O morfema *ε* do Guató: de uma possível marca de ergatividade à marca de concordância. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, 5 (2): 435-451.

PALÁCIO, A. P. 1984. *Guató – a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RODRIGUES, A. D. 1970. Línguas ameríndias. In: *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, p.4034-4036.

RODRIGUES, A. D. 1986. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

SILVA, G. J. da (Coord.). 2000. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Baía dos Guató – MT*. Processo n. 2.094/2000. Brasília: FUNAI.

SILVA, F. A. 2008. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, 8 (16):121-139.

SOUZA, R. L. de; EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2019. Etnoarqueologia e processo de territorialização entre os indígenas Wasusu do vale do Rio Guaporé, estado de Mato Grosso, Brasil. *Tellus*, Campo Grande, 39: 105-138.

## PÃRI – ARMADILHAS DE PESCA UTILIZADAS PELOS KAINGANG NO VALE DO RIO PIQUIRI

Data de aceite: 01/03/2022

### Lúcio Tadeu Mota

Doutor em História (UNESP-SP), Professor Associado no Departamento de História e pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá/UEM-PR.

<http://lattes.cnpq.br/8427040759099329>

<https://orcid.org/0000-0001-7064-1389>

**RESUMO:** Fazemos aqui uma reflexão sobre o uso de armadilhas de pesca nas corredeiras e cachoeiras do rio Piquiri e seus afluentes, no estado do Paraná – Brasil, pelos índios Kaingang no século XIX e primeiras décadas do século XX. Utilizamos de fontes históricas manuscritas das primeiras décadas da ocupação dos territórios Kaingang em Guarapuava, e de relatos de viajantes que percorreram os territórios Kaingang no vale do rio Piquiri na segunda metade do século XIX. Agregamos a essas fontes os dados arqueológicos existentes sobre a ocupação pretérita do vale do rio Piquiri, e as informações prestadas pelos Kaingang sobre a toponímia da região e o uso dos pari. Utilizamos a metodologia da etno-história, problematizada desde a Conferência de História Indígena de Columbus ocorrida em Ohio-EUA em 1953, que pressupõe o uso combinado dos dados advindos de diversas disciplinas e a incorporação na análise das informações geradas pelas tradições orais e os etno-conhecimentos dos indígenas. Concluímos com a hipótese de que o adensamento, o sedentarismo, a complexificação social dos

Kaingang no vale do Piquiri, constatado pela arqueologia em torno de 900 anos AP, podem ser resultantes de forças endógenas que operaram por dentro da sociedade Kaingang. Essas forças foram impulsionadas por uma crescente produtividade de alimentos, de obtenção de proteínas animal, relacionadas com o manejo dos recursos alimentícios pesqueiros feito pelos Kaingang, por meio de suas “stones fish traps”, de seus *pari*, espalhados pelas milhares de corredeiras do rio Piquiri e seus afluentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etno-história indígena; Índios Kaingang; Vale do Rio Piquiri-PR; Pari-armadilha de pesca.

### STONE FISH TRAPS USED BY THE KAINGANG IN THE PIQUIRI RIVER VALLEY

**ABSTRACT:** Here we reflect on the use of fishing traps in the rapids and waterfalls of the Piquiri River and its tributaries, in the state of Paraná - Brazil, by the Kaingang Indigenous people in the 19th century and the first decades of the 20th century. We use handwritten historical sources from the first decades of the occupation of the Kaingang territories in Guarapuava, and reports from travelers who traveled through the Kaingang territories in the Piquiri River valley in the second half of the 19th century. We add to these sources the existing archaeological data on the past occupation of the Piquiri River valley, and the information provided by the Kaingang on the toponymy of the region and the use of the *Pari*. We have applied the ethnohistory methodology, problematized since the Columbus Conference on Indigenous History held in Ohio-USA in 1953,

which combines the use of data from different disciplines and the incorporation in the analysis of information generated by oral traditions and ethno-indigenous knowledge. We conclude with the hypothesis that the densification, the sedentary lifestyle, the social complexification of the Kaingang in the Piquiri valley, verified by archeology around 900 years BP, may be the result of endogenous forces that operated within the Kaingang society. These forces were driven by a growing productivity of food, of obtaining animal proteins, related to the management of fish resources by the Kaingang, through their “stone fish traps”, of their *pari*, spread over the thousands of river Piquiri rapids and its tributaries.

**KEYWORDS:** Indigenous ethnohistory; Kaingang Indigenous People; Piquiri River Valley-PR; Stone fish traps.

## INTRODUÇÃO

Estava terminando as celebrações da Semana Santa na vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava. No domingo da Páscoa, dia 26 de março de 1826, o padre Francisco das Chagas Lima celebrou a missa e, mais tarde, com alguns moradores locais, foi acompanhar um pequeno grupo de índios Kaingang que se retiravam para seus *emãs*<sup>1</sup> (aldeias) no vale do rio Piquiri, ao noroeste da vila.

No Domingo de pascoa, depois da missa, em concurso d’alguns fregueses, fomos acompanhar hua légua de caminho a estes selvagens q. se recolhiam ao seu Alojamento, prometendo na sua retirada, que d’ali a três luas cheias, voltarão com toda sua família, e outras da sua facção; os quais estavam presentemente de doze a quatorze léguas, embrenhados nos sertôens a pescaria de peixe grosso no rio Piquiri.<sup>2</sup>

O grupo escoltado pelo padre Chagas tinha chegado ao novo aldeamento de Atalaia no dia 21 de março, na terça-feira Santa. Foram hospedados e as crianças, batizadas, receberam vestimentas e panos de algodão de presentes. O grupo era constituído de *quinze índios Cayeres, todos mocetoens robustos (...) traziam em sua companhia não mais, que quatro mulheres, duas destas com filhinhos de terra idade que ainda alimentavão aos peitos*. (LIMA. Manuscrito, 08/04/1826. APESP, Ordem 0987, p 2). Todo o cuidado do padre Chagas Lima em hospedar e acompanhá-los em sua retirada da vila se deu porque, no ano anterior, em 26 de abril de 1825, os Kaingang/Dorins, chamados de *Cayeres* pelos de Guarapuava, do rio Piquiri, tinham atacado e destruído o Aldeamento de Atalaia com a morte do cacique Luis Tigre Gacom e de outros 28 Kaingang entre homens mulheres e crianças. Na época, eles estavam “jurados de morte” pelos grupos *Camés* e *Votorões* que viviam na Aldeia de Atalaia em Guarapuava.<sup>3</sup>

1 As palavras em Kaingang estão em itálico conforme aparecem na documentação ou nos foram informadas, significado e ortografia, pelos alunos(as) Kaingang do Curso de Pedagogia Indígena na TI Rio das Cobras – Pr. A eles nossos agradecimentos.

2 Relatório escrito ao presidente da Província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, no dia 8 de abril de 1826. Cf. Francisco das Chagas LIMA. Manuscrito, 08/04/1826. APESP, Ordem 0987, p 1-2.

3 As informações de Chagas Lima, nesse Manuscrito se referem aos grupos Kaingang com locais de moradias/territórios definidos e lideranças nominadas. Entendemos que os grupos nominados por Chagas Lima eram “unidades político-territoriais”, conforme a perspectiva de Ricardo Cid FERNANDES, 2004:107. Não entraremos nas discussões realizadas nas etnografias sobre os Kaingang que utilizam as nomenclaturas de *Camés* e *Votorões* relacionando-as

Essa informação histórica, quando devidamente analisada com o uso combinado de dados de outras disciplinas e de informações geradas pelas tradições orais e os etno-conhecimentos dos indígenas, como sugere a metodologia da etno-história,<sup>4</sup> nos permite elucidarmos as ações e as estratégias tecnológicas dos Kaingang na utilização dos recursos pesqueiros do vale do rio Piquiri com o uso das armadilhas de pesca nominadas, por eles, de *pari*.

## A OCORRÊNCIA DAS “STONES FISH TRAPS” EM DIVERSAS POPULAÇÕES AMERÍNDIAS

A coleta de peixes em estruturas construídas de rochas nas corredeiras dos rios ou em áreas litorâneas foi tratada, pelas literaturas antropológica e arqueológica, como sendo conhecida internacionalmente como as “stones fish traps”. Sem a pretensão de fazermos inventário extensivo algum sobre esse tipo de estratégia para coleta de peixes, elencaremos aqui alguns estudos relacionados às “stones fish traps” em leitos de rios, apenas para indicarmos que essas estruturas não foram utilizadas apenas pelos Kaingang no vale do rio Piquiri, mas estavam espalhadas em todo o continente americano.

No seu conhecido estudo sobre os Kwakiutl da Ilha de Vancouver, Franz Boas descreve diversos tipos de armadilhas construídas de rochas e madeiras para captura de salmões que subiam os rios e riachos (BOAS, 1909: 461). Mais ao norte de Vancouver, na costa canadense na Columbia Britânica, tanto no litoral como nos rios, esse tipo de armadilha era amplamente utilizado pelas populações indígenas, como descreve Pomeroy, (1976:165-193). Também nessa mesma região, Elroy White (2006) pesquisou essas estruturas nos territórios dos Heiltsuk, onde registrou 42 “stones fish trap” e agregou, em sua pesquisa, as narrativas de 12 anciões Heiltsuk sobre esse sistema seletivo de pesca utilizado por seus ancestrais desde a Antiguidade. Asen Balikci relata o uso dessa estratégia de pesca entre os Netsilik Esquimos, que faziam paredes de rochas nos leitos dos rios de uma margem a outra, direcionado os peixes anádromos (salmões) rio acima até uma área circular fechada onde eram capturados (BALIKCI, 1970:32-33). Na costa leste da América do Norte, essa estratégia de pesca também era praticada por diversas populações

---

com as metades exogâmicas da sociedade Kaingang. BORBA, 1904; NIMUENDAJU, [1912] 1993; BALDUS, 1937; FERNANDES, 1941, e grande parte da literatura antropológica atual sobre a sociedade Kaingang.

4 A etno-história vêm sendo problematizada nos Estados Unidos desde a Conferência de História Indígena de Columbus ocorrida em Ohio em 1953. Sobre os debates ocorridos sobre o tema ver os trabalhos publicados na revista *Ethnohistory*, v. 8, n. 1, em 1961. Os comentários relativos aos papers apresentados foram publicados nesse mesmo ano na *Ethnohistory*, v. 8, n. 2. O tema foi abordado sob várias perspectivas, por pesquisadores de diversas áreas, desde o folclore (DORSON, 1961), pela história (WASHBURN, 1961), pela antropologia (VOEGELIN, 1954; VALENTINE, 1961; LEACOCK, 1961; EWERS, 1961; LURIE, 1961) e arqueologia (BAERREIS, 1961). Desde então foram publicadas várias sínteses sobre a temática com destaque para CARMACK, 1972, TRIGGER, 1982, e um balanço publicado por Kelly K. CHAVES em 2008. No Brasil ver as sínteses publicadas por Jorge E de OLIVEIRA, 2003, Thiago CAVALCANTE, 2011, e Lúcio T MOTA, 2014. Muitos são os pesquisadores que têm tratado da história dos povos indígenas no Brasil nas últimas quatro décadas, não caberia aqui um balanço desses autores, mas é necessário destacar, pela perspectiva antropológica, os trabalhos de João Pacheco de Oliveira Filho, e, de um ponto de vista histórico, os trabalhos de John Monteiro.

indígenas. Strandberg e Tomlinson (1969) relatam a presença de 36 dessas estruturas para captura de peixes em um trecho do rio Potomac nas proximidades de Washington DC. Ainda no rio Potomac, na região de Brunswick, em Maryland, Don Peterson (2018) estudou a ocorrência dessas armadilhas, ilustrando-as com fotos aéreas da década de 1930.

A diferença entre essas “stones fish traps” da costa leste americana e as relatadas acima da costa oeste é que as paredes de rocha geralmente se iniciam nas margens dos rios e vão fechando seu ângulo à jusante da corrente, com o objetivo de capturar os peixes que estão descendo os rios e riachos. No rio Broad, na Carolina do Sul, EUA, Thomas M. Ryan (1971) descreveu uma dessas armadilhas em forma de “V” com uma cesta de bambus nativos (*Arundinaria gigantea*) armada no vértice das paredes de rocha. Essa armadilha descrita por Ryan é similar às que encontramos aqui no Paraná. Denominando as armadilhas de pesca de “fish weirs”, Allen H. Lutins faz uma síntese das informações existentes em toda a costa leste do EUA e analisa a importância dessa estratégia de coleta de alimentos “na reconstrução de padrões pré-históricos de subsistência e povoamento” nessa região (LUTINS, 1992:3).<sup>5</sup>

## OS PARI COMO ESTRATÉGIA DE PESCA ENTRE OS KAINGANG

O uso de armadilhas de pesca construídas de rochas nos leitos dos rios e com cestos coletores e sua extremidade à jusante, conhecidas como **pari**, tanto pelas populações Guaraní como pela Kaingang no sul do Brasil, têm sido pesquisadas em nosso laboratório desde a fundação deste, em meados dos anos de 1990. Em 1995, junto com colegas do LAEE – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM -, divulgamos a existência delas entre as populações Kaingang na V Reunião de Antropologia (Merco) Sul - Cultura e Globalização, realizada em Tramandaí no RS; na VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada em Porto Alegre – RS, e no IV Encontro Regional de História - ANPUH - PR, realizado em Londrina PR, com a publicação nos Anais desses eventos. No ano seguinte, publicamos um artigo com informações históricas sobre o uso dessas armadilhas nos territórios Kaingang no Paraná e Misiones na Argentina. Também fizemos diversas exposições fotográficas dessas armadilhas em eventos locais na Universidade Estadual de Maringá – UEM - e em escolas das redes pública e privada na área de abrangência da UEM. Na época, essas armadilhas ainda não tinham sido pesquisadas no sul do Brasil, (NOELLI, MOTA, SIL: 1995:436), e as sínteses que existiam sobre os Kaingang, como a de METRAUX (1928, e 1948), considerava a “pesca como atividade pouco desenvolvida, pobre em métodos e atrasada” (NOELLI, MOTA, SILVA: 1995:436). Fizemos a crítica a essa postura, apresentamos uma série de dados históricos que demonstrava o uso dessas armadilhas pelos Kaingang em todos seus territórios e

5 As “stones fish traps” nos leitos dos rios também são encontradas em outras partes do planeta. Existe uma vasta bibliografia sobre essas armadilhas tanto nas áreas litorâneas como nos leitos dos rios. Sobre essas estruturas no litoral do Maranhão no Brasil ver Andre C. COLONESE et al 2015.

acrescentamos dados arqueológicos e etnográficos sobre seu uso, na época, pelos Kaingang da TI Apucaraniinha. Constatada essa eficiente forma de obtenção de proteínas de peixes nas corredeiras dos rios, sugerimos que essas armadilhas, associadas a aldeias, poderiam ser *evidências para estudos de territorialidade*, da sociabilidade das famílias e de grupos sociais no trabalho coletivos de construção, manutenção e gerenciamento dos *pari*, bem como as possibilidades de estudos dos etno-conhecimentos Kaingang relacionados ao comportamento dos peixes e ao regime dos rios.<sup>6</sup>

A expressão *pari*, como significado de armadilha para coleta de peixe, foi registrada, talvez pela primeira vez, por Antônio Ruiz de Montoya nos seus escritos da década de 1630. Em “O Tesouro”, publicado em 1639, ele registrou: *Parí. çarço en que cae el pescado* (MONTOKYA, 1639: 264). Essa informação deve ter sido coletada entre 1610 e 1630, quando Montoya missionou nas aldeias Guarani e nas Reduções Jesuíticas no Guairá. Essa estratégia de pesca, presentes em todos as corredeiras de rios e riachos dos territórios Guarani, também se encontrava nos territórios dos seus vizinhos, os Kaingang, que mantiveram a palavra para designarem não apenas o cesto onde coletavam os peixes, mas para todo o complexo construído: paredes de rocha construída no leito rochoso do rio com vértice direcionado à jusante, o funil condutor e o cesto coletor.

Na língua Kaingang, o termo “pari” aparece nos principais dicionários, nos vocabulários e em coletâneas de palavras feitas por viajantes desde o século XIX. No principal dicionário utilizado pelas populações Kaingang atualmente, o “Dicionário Bilingue Kaingang – Português”, escrito por Ursula G Wiesemann, ele aparece como substantivo, *pãri*, lugar onde se pega peixe, e como verbo, *pãrin*, como a ação de fazer, de construir o pari (WIESEMAN, 2002). Mas o termo já estava descrito no “Dicionário do Frei Mansueto B de Val Floriana”, escrito 1920, com a participação dos grupos Kaingang que viviam no rio Tibagi, onde aparece grafado como *PARY* e com o significado de *Pary. logar no rio em que se caçam os peixes, feito artificialmente de pedras* (VAL FLORIANA, 1920). Telêmaco Borba, em 1883, ao descrever a alimentação dos Kaingang, disse que *Eles alimentam-se também de peixes, que eles capturam em parys*.<sup>7</sup>

Juan Ambrossetti a registrou nos seus estudos entre os Kaingang de São Pedro em Missiones, na Argentina, no final do século XIX. Ele afirmou que a palavra *Pari es guarani y es uma de las pocas que los Kainganges poseen de esse idioma* (AMBROSETTI, 1895:338). Com informações coletadas entre os Kaingang da aldeia de São Pedro entre 1892 e 1894, Ambrossetti produziu um croqui de uma dessas armadilhas.

6 Para maiores detalhes ver: NOELLI, FS; MOTA, LT; SILVA, FA; 1995. MOTA, LT; NOELLI, FS; SILVA, FA, 1996

7 Essa informação de Telêmaco Borba aparece pela primeira vez num artigo publicado na Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, no Brazil, Tomo II, 1883, (BORBA, 1883), esse artigo foi republicado na Revista Alemã Globus em 1886, (BORBA, 1886), e a informação que os Kaingang pescavam em pary reaparece no livro Actualidade Indígena, publicado em 1908. (BORBA, 1908:10)



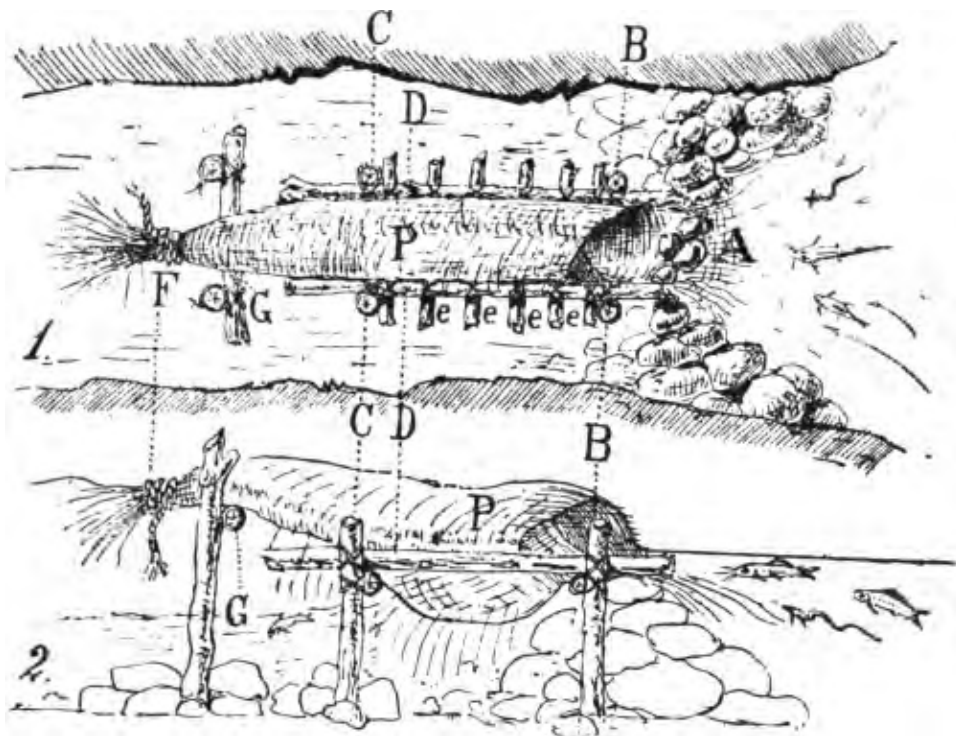


Figura 3. Croqui de um pari montado pelos Kaingang de São Pedro – Misiones Argentina. “Pari. 1 Visto de arriba – 2 Visto de lado”

Fonte. AMBROSETTI, 1895:339.

Mas, 125 anos antes da descrição de Ambrosetti, os soldados das expedições de Afonso Botelho, que percorriam o rio Iguaçu em busca da passagem para os campos de Guarapuava, relataram a existência dessas armadilhas em um dos seus afluentes da sua margem direita. Pela narrativa que o oficial Antonio da Costa Pimentel fez ao seu superior, o comandante Afonso Botelho de Sampaio e Souza, e depois enviada ao governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza, ele e mais cinco soldados devem ter subido o rio da Areia, afluente da margem direita do rio Iguaçu, que eles denominaram de Pinheiros. No dia 12 de julho, depois de navegarem de 13 ou 14 quilômetros rio acima, encontraram um acampamento com fogueiras, restos de palmitos, pedras de amolar e uma estrutura de rochas que denominaram de “cerco que fizeram no rio para caçarem peixe”.

(...) e também vimos neste mesmo ribeirão signaes de índios, que julgamos ter tres mezes, onde estavam tres foguens, canudos cortados com pedras, palmitos tirados com o mesmo artifício, huma de amollar. onde amollavão suas ferramentas. Inda isto mesmo não admira, porem o cerco que fizerão no Rio para caçarem peixe hé admiravel; qual moda hé cercar o Rio todo com pedras e bem postas, e no meyo hum encano das mesmas pedras e na boca do encano hum sesto *amanhando o peixe*, a qual fraze explico melhor a V. Ex.a e isto com toda a verdade, couza que não escapará nem o minimo peixe.

Na publicação do documento feito na edição XXXIV dos Documentos Interessantes, não foi inserido o desenho feito pelo oficial Pimentel, mas, no manuscrito existente no Arquivo Público de São Paulo, podemos ver o croqui com o cerco de pedras e o cesto coletor no final do funil condutor.<sup>8</sup>

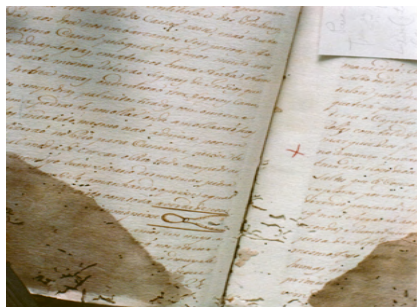


Figura 4. Desenho de um pari, provavelmente no rio da Areia no PR, feito em 1770 por Antônio da Costa Pimentel

Fonte. PIMENTEL, [1770] 1901:320.

Devemos ressaltar que a região que estava sendo explorada pelos soldados de Afonso Botelho em 1770, à margem direita do rio Iguaçu entre União da Vitória e os saltos abaixo da foz do rio Areia, tem sido pesquisada pela arqueologia desde a década de 1960 com a geração da informação de que ela foi ocupada por populações ceramistas relacionadas aos Jê do Sul.<sup>9</sup>

Quase 100 anos depois, em 1867, os engenheiros alemães Franz e Joseph Keller registraram essas estruturas no rio Tibagi, com a descrição das estruturas de cercamento do rio e das esteiras de captura dos peixes, também fizeram croquis explicativos dessas “stones fish traps” armadas nas corredeiras do rio Tibagi acima do Aldeamento de São Pedro de Alcântara.

Os índios, que n 'essas ocasiões estabelecem a sua morada próxima ao pary, tem apenas o trabalho de tirá-los, e o numero que matão d 'esse modo, ficando estragada a maior parte, é tão considerável, que no rio Tibagy, onde 3 leg. acima do aid. to de S. Pedro d'Alc. existe um pary com 6 ou 7 esteiras (KELLER, [1867] 1974:18).

8 O Redator dos Documentos Interessantes incluiu uma Nota de Rodapé sobre o desenho não incluído no texto publicado. (1) *Aqui traz o manuscrito um grosseiro desenho representando uma cerca de pedras encanando a agua para uma estreita passagem e uma cesta com a bocca collocada contra a corredeira de modo a receber e segurar todo o peixe que descesse o rio. Este systema de caçar peixe é ainda hoje usado entre os negros e caboclos no interior do Estado de S. Paulo. (N. da R.)*

9 Não cabe aqui a discussão sobre os dados arqueológicos do médio rio Iguaçu. Mas Igor Chmyz registrou em torno de 30 sítios entre o Rio Vermelho e o Rio da Areia. (CHMYZ, 1963; CHMYZ, 1964; CHMYZ, 1967; CHMYZ, 1968; CHMYZ, 1969) E o CNSA/IPHAN mantém em seus registros 13 sítios para o município de União da Vitória e 18 para Cruz Machado, [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php). Para as correlações entre as Tradições ceramistas Itararé, Casa de Pedra e Taquara com os Jê do Sul Lúcio T MOTA, 2016



Figura 5. Croqui de um pary no rio Tibagi.

Fonte: KELLER, [1867] 1974.

Alguns anos depois, outro engenheiro, o inglês Thomas P. Bigg-Wither, descreveu as armadilhas de pesca dos Kaingang que encontrara no rio Ivaí.

Depois de ficarmos por algum tempo na pequena taba, descemos até o rio para ver uma armadilha de pegar peixes pertencentes aos índios e de que já tínhamos ouvido falar. Escolhida a posição para ela, a parte do rio de maior correnteza, acontece que, com a estiagem, o rio ficou encachoeirado, com uma queda total de cerca de 2 pés e 2 polegadas. Na parte superior dessa corredeira, eles construíram uma barragem de rochas e pedras soltas, deixando duas ou três aberturas, em determinados lugares, para a saída da água e passagem dos peixes. Nos canais assim preparados, colocaram o ponto convergente das varas de uma peneira, em forma de leque, feita de taquara. Essa peneira, com as varas ligeiramente curvadas para baixo na extremidade superior, tinha comprimento tal que, enquanto seu ponto de convergência se encontrava mergulhado diversas polegadas, a extremidade oposta, ao contrário, duas ou três polegadas acima da superfície, completamente fora d'água.

(...) A armadilha é assim muito simples e eficiente, embora tenha de ser frequentemente arranjada, em virtude do nível instável do rio.

Além disso, só pode ser usada na estação seca. Na época das enchentes a represa é geralmente carregada pelas águas e, por isso, todos os anos, ela tem de ser trabalhosamente refeita.

Vimos diversos peixes serem apanhados enquanto examinávamos esta primitiva armadilha (BIGG-WITHER, [1878] 1974;144-5).

Essa armadilha ficava a 3 quilômetros à jusante da Colônia Teresa Cristina e estava relacionada a uma aldeia Kaingang. O engenheiro Bigg-Wither não fez nenhum croqui dessa estrutura, mas em 2012 fizemos estudos no alto rio Ivaí e registramos a existência de oito dessas estruturas em um pequeno trecho do rio; elas ilustram como eram essas estruturas no leito do Ivaí.



Figura 6. Estruturas de pari no alto rio Ivaí

Fonte: Foto Lúcio T Mota, 2012. Em 02/05/2013, enviamos ao CNSA-IPHAN os dados de oito armadilhas e o CNSA cadastrou uma delas, a de número 5, sob o número PR01311.

## OS PARI DOS KAINGANG NO VALE DO RIO PIQUIRI

Registrada a ocorrência dessas armadilhas de pesca em alguns dos principais rios do Paraná, voltamos para as informações históricas anotadas pelo padre Francisco das Chagas Lima, relativas às atividades de pesca dos Kaingang no vale do rio Piquiri no início do século XIX. Passamos, então, a integrar as informações históricas com os dados arqueológicos, e vice-versa, no sentido de ampliarmos nossa compreensão sobre os padrões de assentamento dos grupos Kaingang no vale do rio Piquiri.

Os diversos grupos Kaingang que viviam nos territórios a oeste do rio Cavernoso, denominado por eles de *Sãgroro*, eram conhecidos, na vila de Guarapuava, pela denominação de *Dorins*, em razão do rio do mesmo nome onde eles tinham suas moradias. Esse rio, hoje, tem a denominação de rio do Cobre, um dos afluentes da margem esquerda do rio Piquiri. Nele, começavam os territórios ocupados pelos grupos Kaingang/Dorins. Esses territórios passavam pelos *Nerinhé* (Campos das Laranjeiras) e continuavam pelo vale do rio Piquiri até a foz deste no rio Paraná, nas soleiras das Sete Quedas.

As informações arqueológicas registradas para essa área, vale do rio Piquiri, no CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN -,<sup>10</sup> nas publicações da área de arqueologia, nos estudos arqueológicos relacionados a empreendimentos e em informações históricas, registram, até o momento, 68 sítios arqueológicos com vestígios cerâmicos da Tradição Itararé relacionados aos Kaingang. A possível correlação das tradições ceramistas Itararé, Casa de Pedra e Taquara com as populações Jê no sul do Brasil é apontada, com certa cautela, por alguns pesquisadores do PRONAPA, no caso do Paraná, por Igor Chmz (Chmyz 1963: 509; Chmyz 1964: 204; Chmyz 1967: 35; Chmyz 1968: 58). Mas, foi Tom O. Muller Jr, que propôs em 1978, que

10 Dados acessados no site do CNSA. <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em 20/04/2020. Res-salva-se que muitos desses municípios foram criados em anos recentes e seus dados podem estar registrados nos municípios dos quais foram desmembrados.

(...) as Tradições Cerâmicas Itararé e Casa de Pedra são sub-tradições de uma única tradição cerâmica associada com a utilizada pelos povos de fala kaingang-xokleng conhecidos historicamente. (MILLER JR, 1978:33).

Desde então, diversos arqueólogos têm relacionado as populações que fabricaram artefatos cerâmicos, definidos como Tradições Itararé, Taquara e Casa de Pedra, com os ancestrais das populações Jê no sul do Brasil.

A literatura arqueológica elenca alguns padrões de ocupação dos ancestrais dos Kaingang nessa região. Muito comuns são os sítios-oficina, caracterizados como locais de preparo de artefatos líticos, por polimento ou lascamento; os sítios/aldeia, onde são encontrados vestígios de habitações, material cerâmico contendo vasilhas inteiras e/ou fragmentos, artefatos líticos, dentre outros. Além dos vestígios da indústria lítica e do material cerâmico, destacam-se as construções/monumentos reconhecidos nos estudos arqueológicos relacionados aos Jê do Sul do Brasil. No vale do rio Piquiri, foram evidenciados os seguintes monumentos:

As **galerias subterrâneas** são outro tipo de estrutura presente nos sítios relacionados às populações ancestrais dos Kaingang no vale do Piquiri. Essas galerias são possíveis túneis de ligação entre casas subterrâneas e/ou servem de canal de fuga, em caso de ataques. Esse é o caso do sítio Três Buracos – PR-RO-001 (CNSA PR00060) -, registrado por Igor Chmyz às margens do ribeirão Azul, em Campina da Lagoa. Conforme CHMYZ & SAUNER, 1971:12, essa galeria estava associada a aterros/enterramentos de pequeno porte.

Os **aterros – enterramentos**, registros arqueológicos de CHMYZ & SAUNER, 1971, confirmam dois tipos dessas estruturas. A primeira em forma de elipse, medindo de 1,20m a 3,00m de comprimento, por 0,70m a 1,20m de largura, chegando até 0,50m de altura. E, no entorno dessas elipses, havia uma vala de 0,40m a 0,70m de profundidade. Poderiam ocorrer várias dessas estruturas em um mesmo sítio. A segunda forma dessas estruturas de enterramento tem o formato de cone. Elas variam de 4,00m a 13,00m de diâmetro, chegando até a 2,00m de altura, também contornadas por valas de 0,40m a 0,70m de profundidade. Diferenciam-se das estruturas anteriores por ser encontrada apenas uma unidade por sítio arqueológico. Os aterros/sepulturas de menores diâmetros podem ser encontrados espalhados entre as estruturas das casas subterrâneas, e os de maiores diâmetros são encontrados na parte central do sítio/aldeia. Mas foram encontradas também aglomerações de aterros/sepulturas de pequenos diâmetros não associadas às estruturas das casas subterrâneas.





Figura 7: Aterro Grande - Sítio arqueológico Carajá 1 - PR-UB-004 (CNSA PR00553)

Fonte: CHMYZ & SAUNER, 1971:21-23



Figura 8: Casa subterrânea - Sítio arqueológico Carajá 1 - PR-UB-004 (CNSA PR00553)

Fonte: CHMYZ & SAUNER, 1971:26.

As **Casas subterrâneas**, estruturas conhecidas como casas subterrâneas, ou semissubterrâneas, presentes nos sítios associados aos Kaingang no vale do Piquiri, têm variação no tamanho, podendo ir de 1,20m a 5,00m de diâmetro e de 0,40m até 3,00m de profundidade. Em muitas delas, são encontradas bordas, em forma de um anel, para vedação de entrada de água. Nos sítios pesquisados no vale do Piquiri, são encontrados sítios com até 12 dessas estruturas sem uma ordem ou agrupadas em forma de um arco, e há sítios com uma casa maior associada a outras menores (CHMYZ & SAUNER, 1971).

As pesquisas arqueológicas apresentam duas datas para a ocupação Kaingang nos seus tradicionais territórios nos Campos de Guarapuava e vale do rio Piquiri. O sítio

Carajá 1 – PR-UB-004 (CSA00553) -, pesquisado nos anos de 1970 por Igor Chmyz e Clara Sauner, no município de Ubitatã (CHMYZ & SAUNER, 1971), mostra uma ocupação mais antiga que chega próxima a 900 anos AP (CHMYZ, 1981:91). Uma segunda datação foi realizada no sítio Arroio do Tanque, bem próximo do antigo Aldeamento de Atalaia. Escavado e datado recentemente, esse sítio apresentou uma ocupação que chega a 700 anos AP.

Nº	Município	Nome do sítio e coordenada UTM	Número CNSA	Datação	Referência
1	Ubitatã	Carajá 1 – PR-UB-004 22J 286473 m E 7290826 m S <sup>11</sup>	PR00553	1105+-100 AD	CHMYZ, 1981:91
2	Guarapuava	Arroio do Tanque 22J 445724 m E 7203974 m S		710 +-30 BP	ARQUEOLOGISTICA, 2019

Quadro 1: Sítios arqueológicos datados no vale do Rio Piquiri

Fonte: o autor

No entanto, as pesquisas arqueológicas sobre a ocupação do vale do rio Piquiri não prestaram atenção nas informações que os Kaingang deram ao padre Francisco das Chagas Lima, na vila de Guarapuava, no início do século XIX, e não relacionaram os registros etnográficos, históricos e geo-históricos feitos na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O descuido da arqueologia para com as estruturas de rocha construídas nas corredeiras dos rios destinadas à captura de peixes pode estar ocorrendo por diversos motivos. Podemos elencar desde as dificuldades inerentes ao registro arqueológico em si como a não preservação das estruturas em razão do regime de cheias dos rios que desarranjam e tornam as estruturas “invisíveis”; época certa para visualização quando os rios estão com pouco volume de águas; não percepção dos arqueólogos em campo para esse tipo estrutura.<sup>12</sup> Mas também pode ser por questão metodológica relacionada à falta de diálogo da arqueologia com dados gerados pela história e pela geografia.

De volta ao diálogo de despedida dos Kaingang com o padre Chagas Lima no domingo da Páscoa, 26 de março de 1826, vimos que eles confirmaram que estavam voltando para seus territórios no vale do rio Piquiri, distantes *de doze a quatorze léguas*, entre 80 a 92 quilômetros, da vila, para fazerem *a pescaria de peixe grosso no rio Piquiri*.<sup>13</sup>

Era o fim do verão e início do outono, quando as águas dos rios começavam a

11 As coordenadas em UTM dos sítios localizados no município de Ubitatã, pesquisado por CHMYZ e SAUNER, 1971, são as do recadastramento feito por Antônio Carlos Mathias Cavalheiro, **Relatório parcial 2**, Processo nº.: 01508.000827/2016-41, 2019.

12 Sobre essa questão do descuido das “stones fish trap” ou dos “fishweirs” pela arqueologia norte americana ver Allen H LUTINS, 1992.

13 Relatório escrito ao presidente da Província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, no dia 8 de abril de 1826. Cf. Francisco das Chagas LIMA. Manuscrito, 08/04/1826. APESP, Ordem 0987, p 1-2. Adotamos aqui a medida 6,600 mts para o equivalente de uma légua.



baixar e tinha início a captura dos peixes na vazante dos rios. A partir de meados de março, terminava o período da piracema, da desova e reprodução, e os peixes começavam a descida dos rios e riachos onde eram facilmente capturados em suas armadilhas. Era uma época de fartura de proteína animal disponível no rio Piquiri e afluentes. Desde a sua nascente, na serra do São João, nos municípios de Turvo e Guarapuava, a 1.040m de altitude, o rio Piquiri percorre 660km até sua confluência no rio Paraná, na elevação de 224m. Da nascente à foz, o Piquiri tem um desnível de mais de 800m, abrigando centenas de corredeiras e quedas maiores onde os Kaingang poderiam armar seus *parys* para a captura de peixes.

Cinquenta anos depois, em janeiro de 1876, Telêmaco Morocines Borba e seu irmão Nestor Borba fizeram uma viagem de exploração dos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Piquiri. Saíram da Colônia Militar do Jataí, no dia primeiro de janeiro de 1876, e no dia 20 eles iniciaram a subida do rio Piquiri. Logo, começaram a perceber sinais da presença de indígenas nas barrancas do rio e, no dia 22, encontraram o cacique *Joré* e um pequeno grupo de 13 Kaingang. No dia 24 de janeiro, depois de percorrem 80 quilômetros rio acima, chegaram às corredeiras onde estava o *emã* (aldeia) do cacique *Joré*. Ali o que mais impressionou Telêmaco Borba foram as armadilhas de pesca armadas em toda a extensão das corredeiras.

Ao meio dia avistaram a corredeira do Pari que estava completamente cercada por estes artifícios de apanhar peixes. Os índios vendo os exploradores lutar com a forte correnteza, lançaram-se à água, pegaram as canoas e as foram arrastando até os Paris; desembarcados foi-lhes oferecido grande quantidade de peixe assado e bolos de milho assados na cinza.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Cf, Telêmaco BORBA, 1908:158. Seu irmão Nestor também publicou um relato dessa viagem, ver: Nestor BORBA. Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba. RIHGB, v. 61, N° 97, p.65-87, 1896.

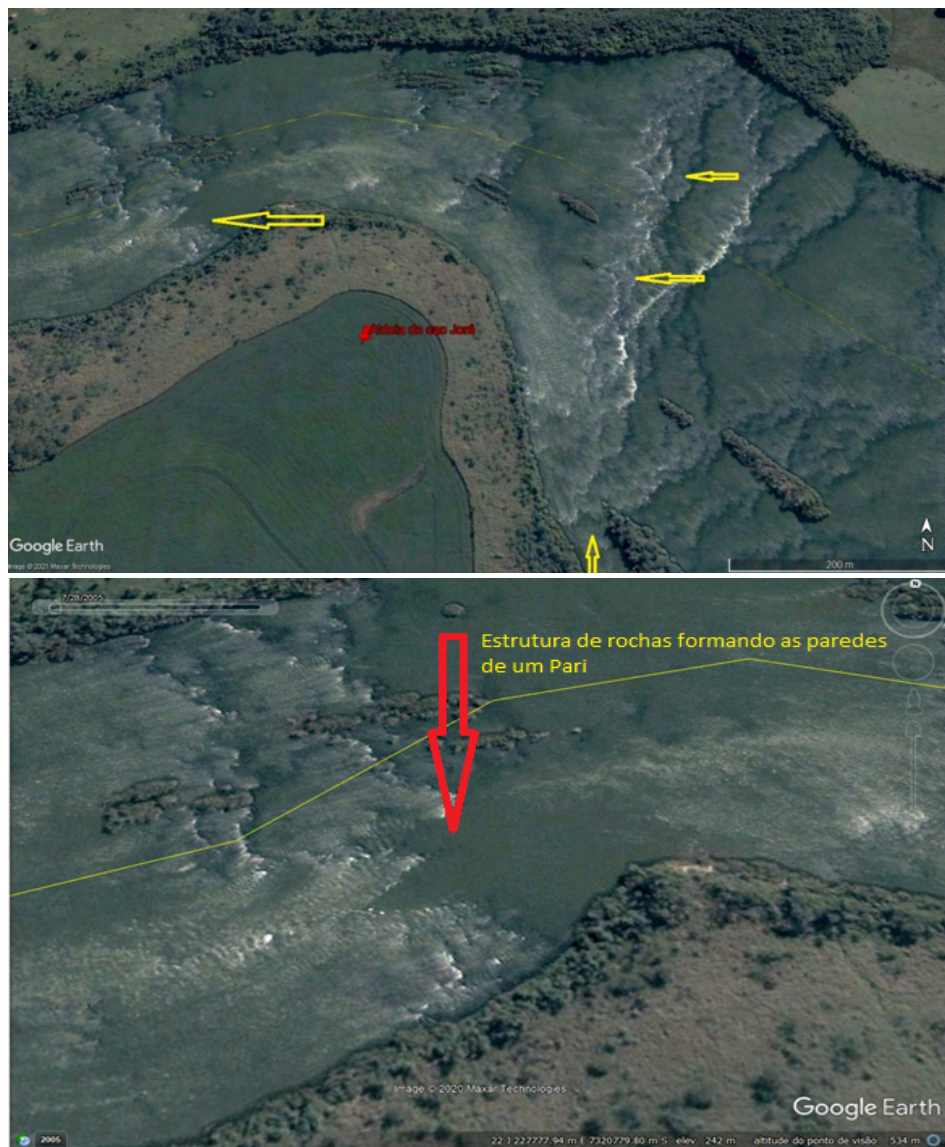


Figura 9: Os diversos pari da aldeia dos caciques *Joré* e *Gembré* em um trecho do rio Piquiri, visitado por Telêmaco e Nestor Borba em 1876. Sítio número 62 no mapa anexo

Fonte: Google Earth. Imagem de 20/07/2005, acessada em 13/06/2020. Com inserções do autor.

A abundância de peixes nesse trecho do rio Piquiri, que tinha sido constatada com a pesca no dia anterior, pelos homens da expedição, de *alguns dourados, cariphona e um Jahú, (Vasres?) de trez metros de comprimento, pezando seguramente 150 kilos.*<sup>15</sup>

15 AGOSTINHO, 1997, afirma ser o rio Piquiri habitat de 57 espécies de peixes. Destaca a abundância dos Lambari (*Astyanax, Bryconamericus*), da Saicanga (*Galeocharax kneri*), dos Dourados (*Salminus maxillosus*), os Piaus e Pia-paras (*Leporinus*), os Curimatá (*Prochilodus lineatus*), e conhecidos peixes de couro como o Mandi (*Iheringichthys labrosus*), os conhecidos como Pintados, Surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) e os Cascudos (*Hypostomus* spp.)

(BORBA, 1908: 156), foi confirmada quando eles chegaram às corredeiras e receberam, dos Kaingang, uma grande quantidade de peixes coletados nas armadilhas existentes no leito do rio. Ainda hoje, conforme a cota do rio, podemos observar vestígios dessas estruturas no local visitado pelos *irmãos* Borba.

Dez anos depois da viagem dos irmãos Borba, temos a descrição de outro viajante que chegou pelo caminho utilizado pelos Kaingang desde Guarapuava até os Toldos<sup>16</sup> de vários grupos Kaingang no médio rio Piquiri. Em 1884, José Francisco Thomas do Nascimento recebeu permissão para *explorar chumbo, ouro, sal gemma e outros minérios nos terrenos devolutos existentes entre o rio Iguassu, os limites Norte deste e do Tybagi e Campos de Gurapuava até encontrar o rio Paraná*.<sup>17</sup> Em maio de 1885, Nascimento estava em Juquia, atual cidade de Goioxim, onde recebeu a visita do cacique Nhon-nhon, um jovem de 24 anos que estava acompanhado de sua mulher, chamada Anna Dona de 17, e de mais alguns homens e mulheres do seu grupo. Depois de presenteá-lo com roupas, armas e ferramentas, Nascimento solicitou que Nhon-nhon lhe cedesse quatro homens para guiá-lo em uma picada, que fosse da fazenda do Chagu até o rio Paraná, e que enviasse homens até os Toldos do cacique Janguió, também no rio Piquiri, convidando-o para comparecer em Juquia. Dadas as ordens, o jovem cacique seguiu com o restante de seu grupo para Guarapuava enquanto Nascimento empreendia sua exploração nos territórios a oeste da fazenda Chagu.

Da fazenda Chagu, a comitiva de Nascimento seguiu 9 léguas (60km) em direção noroeste até encontrar uma aldeia que estava recentemente abandonada e foi identificada como pertencente a grupos Guarani. Percebendo estarem em territórios Guarani e com receio de um ataque, os guias Kaingang orientaram o imediato retorno para Juquia. Ali ficaram aguardando o cacique Janguio, que chegou no dia 14/06. com um grupo de 25 pessoas entre homens, mulheres e crianças.

Janguió é um homem de estatura média, de seus quarenta annos de idade, semblante carregado para os de sua comitiva, de poucas palavras, olhar penetrante e desconfiado, traz um minguado bigode, barba e sobranceiras raspadas, trazendo por armas uma grande e aguçada lança que não largava da mão, e sua gente armada de arcos e flexas; as mulheres traziam seus filhos pequenos sobre uma cinta a tiracollo, e um cesto conico preso á outro cinta, as quaes são feitas de cascara do pao ou tecidas de cipó, preso na testa e o cesto fica sobre o dorsal, e nelles carregam grandes pesos. (NASCIMENTO, 1886: 270)

16 Os Toldos dos grupos liderados por Janguió estava a jusante dos Toldos do cacique Nhon-nhon. Possivelmente nas corredeiras conhecidas como Apertados na confluência do rio Goio-erê. Ali CI PARELLADA, 2013, identificou vestígios de cerâmica da Tradição Itararé nas duas margens do rio Piquiri, e registrou dois Sítios Arqueológicos dessa Tradição: Recanto Apertado Piquiri I e Areia Branca Apertado I; e subindo o rio Goio-erê 10 Km ela registrou o Sítio Cachoeira Guairacá I, também com ocorrência de vestígios cerâmicos da Tradição Itararé.

17 Cf. Decreto N° 9261 – de 16 de Novembro de 1881. Actos do poder Executivo de 1884. Acessado em 05/01/2022. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao8.html> José Francisco Thomas do Nascimento teve essa autorização renovada pelo Decreto N° 9656 de 11 de outubro de 1886. Antes da viagem de Nascimento temos notícias de mais duas viagens de Guarapuava pelos Campos do Mourão e rio Piquiri até Sete Quedas. A de Norberto M Cordeiro feita na segunda metade de 1881, e a de Emilio Gengembre em 1882. Elas não informa a ocorrência de parís.

Assim o explorador de minérios descreveu o cacique Janguió e seu grupo. Depois de alimentados com milho, abóboras e carne de porco e feita a troca de presentes, os Kaingang receberam roupas, uniformes, *chapeos*, ferramentas e armas e presentearam Nascimento com *seis bonitos papagaios, uma arára e quatro periquitos apanhados nas Sete Quédas do Paraná* (NASCIMENTO, 1896: 271) Finalizados os protocolos, celebraram com danças e cantorias, e, no dia seguinte, o cacique Janguió iniciou sua viagem de regresso com a missão de ir alargando o caminho já existente para passagem das tropas cargueiras da comitiva de Nascimento.

No dia 20 de maio de 1885, Nascimento seguiu rumo aos *emãs* Kaingang com cinco camaradas e oito cargueiros carregados. Depois de 13km, encontraram-se com o grupo do cacique *Nhon-nhon*, que tinha retornado de Guarapuava e os aguardava para guiá-los até seu Toldo, no médio rio Piquiri. Depois de cinco dias de viagem, encontraram um Toldo Kaingang com 18 pessoas quando estavam perto de atravessarem o rio Piquiri para sua margem direita, com possibilidade ser esse, hoje, o local onde se localiza a balsa que interliga Goioxim com Palmital por estrada de terra. Tanto à montante como à jusante dessa balsa, localizam-se várias corredeiras com indícios de vestígios de paredes de rocha no leito do rio.

A viagem prosseguiu e chegaram ao rio Cantu, afluente da margem direita do rio Piquiri, podendo ter cruzado o rio onde foram localizados o sítios arqueológicos Rio Cantu 1 (PR01814) e Arroio do Susto 1, (CNSA PR01738), ambos contêm fragmentos de cerâmica da Tradição Itararé, relacionados à ocupação Kaingang,



Figura 10: Fragmento de Bojo e Borda - Arroio do Susto I

Fonte: SCHWENGBER, V. L., et al, 2015:114.

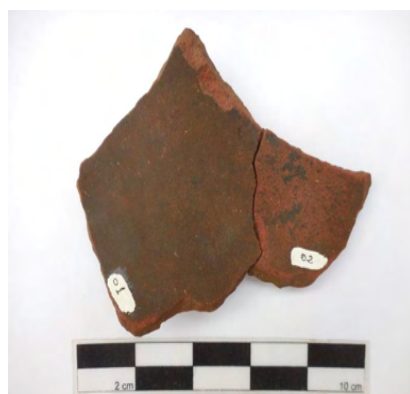


Figura 11: Fragmento de Bojo e Borda – Rio Cantu I

Fonte: SCHWENGBER, V. L., et al, 2015:97.

No sítio Rio Cantu I a ocorrência do material cerâmico característico da Tradição Itararé- Taquara permite inferir que sua formação é resultado da ocupação empreendida por grupos Jê Meridionais. No sítio Arroio do Susto

I, a presença de uma mão de pilão associada a um material cerâmico aparentemente. Jê, indica que este também se trata de um sítio Jê Meridional (SCHWENGBER, V. L., et al, 2015:150).

Ao examinamos adjacências do sítio Arroio do Susto 1, verificamos, no leito do rio, os vestígios de uma estrutura de rochas para captura de peixes.



Figura 12: Estrutura de rochas em forma de V compondo uma armadilha de pesca – pari -, no rio Cantú ao lado do sítio arqueológico Arroio do Susto

Fonte: Google Earth. Imagem de 13/03/2011, anterior ao preenchimento do lago da PCH Nova Cantú 2, acessada em 13/06/2020. Com inserções do autor

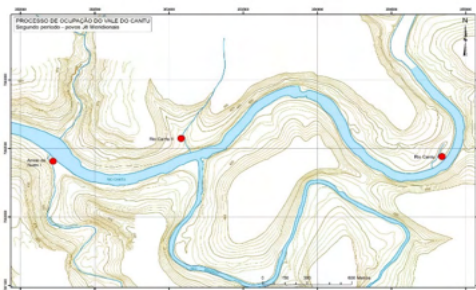


Figura 13: Processo de ocupação do vale do Piquiri – Segundo período – Povos Jê Meridionais

Fonte: SCHWENGBER, V. L., et al, 2015: Relatório Final, Plantas e Mapas

A comitiva do explorador José Francisco T. do Nascimento continuou seguindo o “Caminho dos índios”, que agora percorria os campos nos interflúvios dos rios Cantu e Goio-bang (renomeado como Tricolor) até chegar à localidade conhecida por Campina do Vitorino, hoje a cidade de Campina da Lagoa. Nessa região, o explorador de minerais deve ter voltado suas atenções mais para os afloramentos rochosos do que para os grupos indígenas que o visitavam em sua marcha. Estava, e ele devia ter conhecimento, na região das minas de ferro do Tambo, descrita pela documentação espanhola e pelas cartas dos jesuítas. Região, que, um século mais tarde, seria pesquisada pelo arqueólogo Igor Chmyz cujos dados já foram apresentados anteriormente.

Dos Campos do Vitorino, o “Caminho dos Índios” flexionava para sudoeste passando por onde está a cidade de Ubatã e, acompanhando o riacho Pinhãozinho, chegava novamente no rio Piquiri. Ali, na confluência do ribeirão Pinhãozinho, o leito era rochoso, com corredeiras, e estavam em funcionamento as armadilhas de pesca, os pary do grupo do cacique *Nhon-nhon*. Então, Nascimento fez uma descrição do pary:

Pary é um lugar feito com pedras soltas arrumadas em fôrma de angulo obtuso, nos lugares das corredeiras menos fundas do rio; é ahi que elles encurralam os peixes, que ficam presos em tecidos de taquara, e dahi tiram-no com abundancia para comerem (NASCIMENTO, 1886: 272)



Nesse local, confluência do rio Pinhãozinho no Piquiri, o explorador de minérios fez uma reunião com seis caciques, quatro deles tinham suas aldeias nas imediações, e dois vieram de aldeias mais distantes. Nascimento propôs a eles que se mudassem para as proximidades da freguesia de Teresina, no rio Ivaí. O cacique Janguió, falando por todos, respondeu que não queriam sair do rio Piquiri e que os caciques Gembré e Barão, que moravam perto das Sete Quedas, também não queriam se mudar. Essa resposta encerrou o assunto da mudança.

Toldos/Cacique	Local
Nhon-nhon (24 anos) - filho do cacique Raphael	Corredeiras à montante e jusante da confluência do rio Pinhãozinho no Piquiri
Raphael - pai do Cacique Nhon-nhon	
Capitão Manoel	
Cadet	
Major <sup>18</sup>	Margem esquerda do rio Piquiri
Janguió	À jusante da confluência do rio Pinhãozinho
Gembre	À jusante da confluência do rio Pinhãozinho
Barão	À jusante da confluência do rio Pinhãozinho

Quadro 2: Toldos/caciques no médio rio Piquiri em 1885/86

Fonte: o autor a partir de NASCIMENTO, 1886: 273.

Se Nascimento tivesse prosseguido rio Piquiri abaixo, certamente encontraria o *emã* do cacique Janguio na localidade denominada “Apertados” e, mais abaixo, os *emãs* dos caciques Gembre e Barão, assinalados no mapa de 1896 como “Pari – Capitão Gembré”, visitado pelos irmãos Borba em 1876,

Os Kaingang tinham guiado a expedição de Nascimento por seu antigo caminho, que ligava o vale do Piquiri até os campos de Guarapuava, conhecido como “Caminho dos Índios Coroados”, como está assinalado em mapas do final do século XIX. Esse caminho seguia de Guarapuava em direção ao noroeste, passava pelo rio *Sãgroro* (Cavernoso) e chegava nos interflúvios deste com o rio do *Dorin* (Cobre) onde estavam as antigas aldeias, depois nominadas, pelos colonizadores, de Juquiá, hoje *Goioxim*. Continuava rumo noroeste e cruzava o rio Piquiri, provavelmente onde se localiza a balsa que interliga *Goioxim* com Palmital por estrada de terra. Seguindo a noroeste, cruzava o rio Cantu e percorria os campos nos interflúvios dos rios Cantu e *Goio-bang* (renomeado como Tricolor) e chegava à localidade conhecida por Campina do Vitorino, hoje a cidade de Campina da Lagoa. Depois, em uma elipse em direção a oeste, passava por Ubiratã, acompanhava a margem esquerda do rio Pinhãozinho até sua confluência no rio Piquiri, ondes estavam as

<sup>18</sup> Em 1881 o cacique Major esteve em Guarapuava e o Diretor dos Índios a época, Luiz Daniel Cleve informou que ele já era de idade avançada, e era pai do cacique Jongjó. As incertezas sobre os nomes dos caciques dos grupos Kaingang no rio Piquiri bem como suas relações de parentesco, a demografia de suas aldeias, etc, necessitam de pesquisas mais aprofundadas na documentação existente. CLEVE, 1881.

aldeias Kaingang. Depois, o “Caminho dos Índios” seguia em direção ao sul, contornando os territórios Guarani a oeste, até alcançar o rio Iguaçu.



Figura 14: Caminho dos Índios Coroados de Guarapuava ao rio Piquiri e deste ao Rio Iguaçu.

Fonte: PARANÁ. Mappa do Estado do Paraná. 1896. Com modificação pelo autor.

Quando os Kaingang se despediram do padre Chagas Lima, em 1826, eles rumaram para suas aldeias no rio *Dorin* (Rio do Cobre). Esse rio tem suas nascentes a 1.100m de altitude ao norte da cidade de *Goioxim* (rio pequeno), percorre uma topografia acidentada até sua confluência no rio Piquiri a 490 metros de altitude. Nesse desnível de 600 metros, inúmeras são as corredeiras onde os Kaingang poderiam armar seus *pari* para a captura de peixes. Passados quase 100 anos, em 1921, o SPI – Serviço de Proteção aos Índios - produziu um mapa dessa região, e, na confluência do rio *Dorin* (Cobre) com Piquiri, estava o Toldo de um grupo Kaingang liderado pelo cacique *Nhonho*.



Figura 9: “Croquis do terreno ocupado pelos índios, no Rio Piquiri, cuja reserva e pedida pelos mesmos”

Fonte: SPI, 1921. Mapoteca do IAT/PARANÁ.



As famílias Kaingang que ali viviam podiam armar seus *pari* tanto nas corredeiras do rio *Dorin* (Cobre) como nas corredeiras do Piquiri. Mas, a partir dali, começava a *pescaria de peixe grosso*, como seus antepassados haviam informado ao padre Chagas, 100 anos antes.

A ocupação Kaingang, com a utilização dos *pari* para pesca, começava nas nascentes dos rios *Dorin* (Cobre), *Pai-ke-rê* (Piquiri), *Kantu* (Cantu) e outros menores, seguia pela bacia hidrográfica do Piquiri, até sua confluência no rio Paraná nas soleiras das Sete Quedas. Neste local, a arqueologia localizou vestígios dessa ocupação. Igor Chmyz, nas décadas de 1970 e 1980, cadastrou quatro sítios com cerâmica da Tradição Itararé na área urbana de Guaíra. Esses sítios estão posicionados à margem esquerda do rio Paraná, ao lado das corredeiras, à montante dos primeiros saltos das Sete Quedas. Anos mais tarde, uma equipe do LAEE/UEM, sob a orientação do professor Francisco Silva Noelli, prospectou fragmentos cerâmicos relacionados aos Jê do Sul na Ilha do Major, defronte aos sítios cadastrados por Chmyz (SILVA, JB.; NOELLI, FS, 2002).

N	Nº CNSA	Nome na Ficha do CNSA/SGPA	Outras denominações	Referência
1	PR00225	Sete Quedas	PR-FO-002	CHMYZ, 1977:129
2	PR00231	Sete Quedas 7	PR-FO-008	CHMYZ, 1977:130
3	PR00232	Sete Quedas 8	PR-FO-009	CHMYZ, 1977:130
4	PR00262	Prainha 5	PR-FO-041	CHMYZ, 1983:93

Quadro 3: Sítios com cerâmica da Tradição Itararé na área urbana de Guaíra

Fonte: O autor a partir de CHMYZ, 1977; CHMYZ, 1983.

## CONCLUSÃO

Associados aos seus *emãs* (aldeias), próximos às corredeiras do rio Piquiri e seus afluentes, estavam os *pari*, as armadilhas para captura de *peixe grosso*, como os Kaingang haviam informado ao padre Francisco das Chagas Lima na vila de Guarapuava, em 1826. As informações históricas, quando relacionadas com os dados arqueológicos, possibilita entendermos o manejo que os Kaingang faziam de seus territórios conforme as estações do ano. Além das florestas, campos e serras<sup>19</sup>, somam-se esses ecótonos, as corredeiras dos rios e riachos onde os Kaingang montavam suas armadilhas de pesca, que otimizavam a exploração dos recursos alimentares fornecidos pelos rios, o que lhes potencializava a obtenção de proteínas animais e ao mesmo tempo sofisticava suas relações socioculturais no trabalho coletivo nos *paris*.

Os dados arqueológicos no vale do rio Piquiri apontam que, por volta de 700 a 900 anos antes do presente AP, os ancestrais dos Kaingang passaram a desenvolver um sistema

<sup>19</sup> Cf, Kimiye TOMMASINO, 2000:193

de povoamento da região sustentado em um maior adensamento populacional e de forma mais sedentária. Isso é evidenciado pela presença das estruturas das galerias e casas semissubterrâneas. Esse adensamento com maiores índices populacionais teria levado a organizações sociopolítica e religiosa mais complexas, com hierarquias políticas mais definidas, o que resultaria na construção de montículos funerários de maiores dimensões, como o escavado por Chmyz, em 1971, para distinção de suas lideranças políticas mais importantes.<sup>20</sup>

Em um estudo comparativo da ocupação dos Jê do Sul do Brasil, SOUZA e MERENCIO afirmam que, no baixo rio Piquiri e no médio Iguaçu, o sistema de assentamento Jê foi distinto do resto do Paraná, com destaque para “*maior densidade demográfica e sedentarismo*”, que levou à construção de estruturas, como as casas semissubterrâneas e os montículos funerários, evidenciando uma sociedade mais complexa. Essa ocupação adensada e sedentária foi encontrada pelos primeiros europeus que cruzaram a região no século XVI e fundaram a ermida de Nossa Senhora de Copacabana no médio Piquiri e pelos padres jesuítas que ali fundaram a Redução de Conceição Nossa Senhora dos Guaranos, em 1627 (CORTESÃO, 1951).

Souza e Merencio sugerem, como hipótese para esse adensamento e complexificação sociopolítica dos Kaingang no médio rio Piquiri, a “*circunscrição territorial por grupos Tupi-Guarani*” (SOUZA e MERENCIO, 2013: 117). Para confirmação dessa hipótese, teríamos que discutir as teorias da circunscrição, a ambiental e a social, propostas por Robert CARNEIRO, (1970); verificar se existe algum fator ambiental que levou ao adensamento Kaingang; averiguar as temporalidades da ocupação Guarani no vale do rio Piquiri; e constatar se os registros arqueológicos evidenciam essa circunscrição.

Nesse caso, dos Kaingang do médio Piquiri, o adensamento, o sedentarismo, a complexificação social nos parecem mais resultantes de forças endógenas que operaram por dentro da sociedade Kaingang e menos por pressões externas das populações Guarani. Para compreensão dessas forças internas que estão impulsionando os Kaingang para a ampliação de seus territórios<sup>21</sup>, a construção de monumentos e a sofisticação sociopolítica com a construção de *mounds* para suas lideranças, uma perspectiva seria relacioná-las ao aumento da população resultante de uma crescente produtividade de alimentos<sup>22</sup>. E essa produtividade alimentar e esse aumento de rendimento na obtenção de proteínas animal podem estar relacionados com o manejo dos recursos alimentícios pesqueiros feito pelos

20 Para essa discussão ver: MV, BEBER. 2004, que faz um estudo das características dos sistemas de assentamento dos ceramistas da Tradição Taquara/Iitararé no sul do Brasil. CI PARELLADA, 2013, apresenta uma síntese sobre os sítios arqueológicos e históricos no vale do rio Piquiri, e dados dos diversos Relatórios de pesquisa arqueológicas que ela realizou na região. JG SOUZA e FT MERENCIO, 2013, fazem um estudo comparativo com a ocupação dos Jê do Sul em outra região do PR e em SC e RS.

21 Temos dois sítios datados no Rio Piquiri e adjacências. O Sítio Carajá 1 – PR00553 com data de 855±95 AP, e a quase 200 Km dali, a montante nas nascentes do Piquiri temos o Sítio Arroio do Tanque datado em 710 ±30 AP, o que pode mostrara a expansão dos grupos Kaingang, nesse período de 200 anos, pelo rio Piquiri transpuseram suas nascentes e estavam nos interflúvios do rio Ivaí. Para melhor compreensão dessa expansão teríamos que ter mais datas, principalmente nos sítios no entorno das Sete Quedas em Guaira.

22 Sobre essa questão ver: Julian H STEWARD, 1949 e 1948. Também Leslie WHITE. 1943.

Kaingang por meio de suas “stones fish traps”, de seus *pari*, espalhados pelas milhares de corredeiras do rio Piquiri e seus afluentes.

## REFERÊNCIAS

### **Documentação manuscrita do Arquivo Público do Estado de São Paulo**

LIMA, Francisco das Chagas. **Relatório escrito ao presidente da Província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, no dia 8 de abril de 1826.** Manuscrito, 08/04/1826. APESP, Ordem 0987, p 1-2.

### **Brasil: Leis, Decretos**

BRAZIL. **Decreto Nº 9261 – de 16 de Novembro de 1881.** Actos do poder Executivo de 1884.

Acessado em 05/01/2022. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao8.html>

BRAZIL. **Decreto Nº 9656 de 11 de outubro de 1886.** Actos do poder Executivo de 1884. Acessado em 05/01/2022. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao8.html>

### **Referências**

AGOSTINHO, AA; et al. Composição, abundância e distribuição espaço-temporal da ictiofauna. In: VAZZOLER, AEAM., AGOSTINHO, AA. & HAHN, NS. (Ed.). **A planície de inundação do alto rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e sócio-econômicos.** EDUEM, Maringá. 460p. 1997. p 179-208.

AMBROSETTI, Juan B. Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario. Buenos Aires: **Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires**, tomo II, ent. 10, 1895, p. 305-387.

ARQUEOLÓGICA, Consultoria Arqueológica. **Relatório final do Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial, do sítio “Arroio do Tanque” e Área de Ocorrência Arqueológica. Distrito de Palmeirinha, Guarapuava / PR.** Processo Nº 01508.900116/2017-59. Anexo 01 - Resultado da datação da amostra de carvão, realizada no Laboratório Beta Analytic, pelo método RadiomtericPLUS de datação por radiocarbono. Maringá: 2019, p. 1-5.

BALDUS, Herbert. Culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: Herbert BALDUS. **Ensaios de Etnologia Brasileira.** 2ª. ed. São Paulo/ Brasília, Companhia Editora Nacional/INL-MEC (Coleção Brasileira, vol. 101). 1979. p.8-33. (1ª ed. 1937. p. 29-69).

BALIKCI, Asen. **The Netsilik Esquimo.** Nova York. The Natural History Press. 1970

BAERREIS, David Albert. The Ethnohistory Approach and Archaeology. **Ethnohistory**, v. 8, n. 1, p. 49-77, 1961.

BEBER, M.V. 2004. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara/ Itararé.** Tese de Doutorado. UNISINOS, São Leopoldo.

BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo Caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos em suas florestas e campos 1872/1875.** Rio de Janeiro/Curitiba, José Olympio/ UFPR, 1974.

BOAS, Franz. **The Kwakiutl of Vancouver Island.** Leiden: E.J. Brill, 1909.

BORBA, Nestor. Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba – Notas e considerações geraes pelo engenheiro André Rebouças. **RIHGB**, v. 61, N° 97, p.65-87, 1896.

BORBA, Telêmaco. Breve Notícia sobre os Índios Caingangs, acompanhada de um pequeno vocabulário da língua dos mesmos indígenas e da dos Cayguás e Chavantes. **Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil**, tomo II, 1883. pp. 2-36.

BORBA, Telêmaco. Die Caingangs-Indianer in der brasilianischen Provinz Paraná. **Globus: Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde**, vol. L, n. 15, 1886. pp. 233-236

BORBA, Telêmaco M. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. **Revista do Museu Paulista**, v. 6, p. 53-62, 1904.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba : Typ. Impressora Paranaense, 1908

CARMACK, Robert M. Ethnohistory: a review of its developement definitions, methods, and aims. **Annual Review of Anthropology**, v. 1, p. 227-246, oct. 1972.

CARNEIRO, Robert L. A theory of the origin of the state: Traditional theories of state origins are considered and rejected in favor of a new ecological hypothesis. **Science**, v. 169, n. 3947, p. 733-738, 1970.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun., 2011.

CAVALHEIRO, C. M. et al. **Relatório Final. - Programa de Prospecção Arqueológica LT 138kv PCH Cantú 2 – SE Mamborê Municípios de Nova Cantú, Roncador, Luiziana e Mamborê - Paraná**. Processo 01508.000591/2014-81. Curitiba: EPPC, 2014.

CAVALHEIRO, ACM. **Relatório parcial 2 - Recadastramento de sítios arqueológicos (CNSA-IPHAN) Oeste Estado do Paraná**. Processo N°.01508.000827/2016-41. Curitiba, EPPC, 2019, 253 pags

CAVALHEIRO, ACM. **Relatório Parcial 1 - Recadastramento de sítios arqueológicos (CNSA-IPHAN) Oeste Estado do Paraná**. Processo N°.01508.000827/2016-41. Curitiba: EPPC, 2020, 170 pags.

CHAVES, Kelly K. Ethnohistory: from inception to postmodernism and beyond. **The Historian**, v. 70, n. 3, p. 486-513, fall, 2008.

CHMYZ, I. 1963. Nota prévia sobre a jazida PR UV A-1 (63) Kavales: **Revista do Museu Paulista**, N.S, 14: 493-512.

CHMYZ, I. 1964. **Relatório das prospecções arqueológicas nos municípios de União da Vitória, Bituruna e Cruz Machado-PR**, 1959-1964. Curitiba, Universidade do Paraná.

CHMYZ, I. 1967. O sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sobre rocha Casa de Pedra). **Arqueologia**, 3: 1-46. Curitiba.

CHMYZ, I. 1968. Subsídios para o estudo arqueológico do vale do rio Iguaçu. **Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**, 1: 31-52.

CHMYZ, I. 1969. Pesquisas arqueológicas no médio e baixo Iguaçu. PRONAPA – **Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações avulsas**, 13: 86-125.

CHMYZ, Igor; SAUNER, Zulmara C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri. **Dédalo**, v. 13, p. 7-36, 1971.

CHMYZ, Igor. **Projeto Arqueológico Itaipu - Segundo Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1976/77)**. Curitiba: s/e, 1977. 150pags.

CHMYZ, Igor. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)**. Convênio ELETROSUL-IPHAN, Projeto Arqueológico Santiago, 1981.

CHMYZ, Igor. **Projeto Arqueológico Itaipu - Sétimo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1981/83)**. Curitiba: s/e, 1983. 107 pags.

CLEVE, Luiz Daniel. Ofício ao Ilmo. Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, digníssimo Presidente da Província – O Diretor dos Índios. Luiz D. Cleve. Guarapuava, em 3 de Fevereiro de 1881. Curitiba, **Jornal Dezenove de Dezembro**, 19/01/1881, p. 3.

COLONESE, Andre C. et al. Bridging ancient and modern artisanal fisheries in Latin America: assessing the role of cultural heritage in poverty alleviation in coastal Brazil. **Antiquity Journal**, Department of Archaeology, 2015.

CORTESÃO, Jaime (Org.). **Manuscritos da Coleção de Angelis. Jesuitas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

DORSON, Richard Mercer. Ethnohistory and Ethnic Folklore. **Ethnohistory**, v. 8, n. 1, p. 12-30, 1961.

EWERS, John Canfield. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. **Ethnohistory**. v. 8, n. 3, p. 262-270, 1961.

FERNANDES, Loureiro. Os Caingangues de Palmas. **Arquivos do Museu Paranaense**, v. 1, p. 161-229. 1941.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: NOELLI, FS; TOMMASINO, K; MOTA, LT. **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, p. 83-143, 2004.

KELLER, Franz. Noções sobre os indígenas da província do Paraná. In: Leda A LOVATO. A Contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. **Boletim do Museu do índio**. Antropologia. Rio de Janeiro, n. 1, p. 18, [1867] 1974.

LEACOCK, Eleanor. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. **Ethnohistory**. v. 8, n. 3, p. 256-261, 1961.

LURIE, Nancy. Oestreich. Ethnohistory: An Ethnological Point of View. **Ethnohistory**, v. 8, n. 1, p. 78-92, 1961.

LUTINS, Allen H. **Prehistoric Fish Weirs in Eastern North America**. Tese de Doutorado. Binghamton University, Anthropology Department. 1992

MÉTRAUX, Alfred. **La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi- Guarani**. Paris, Librarie Orientaliste. 1928.

MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: J. Steward (Ed.). **Handbook of South American Indians**, 1:445-475. Washington, Smithsonian Institution. 1941.

MILLER JUNIOR, TO. Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas. **Arquivos do Museu Paranaense N S Etnologia**, Museu Paranaense, Curitiba, v. 2, p. 1-51, 1978.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Tesoro de la lengva gvarani**. Compvesto por el Padre Antonio Ruiz, de la Compañia de Iesvs. Dedicado a la Soberana Virgen Maria. Con Priuilegio. En Madrid por Iuan Sanchez. Año 1639.

MOTA, Lúcio Tadeu. A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 27, p. 135-157, 2016.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória**, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravos daquelles lugares. **Revista Trimensal do Instituto Geographico e Ethnographico do Brazil**, Rio de Janeiro, tomo XLIX, p. 267-281, 1886.

NIMUENDAJU, Curt. Notas sobre a organização religiosa e social dos índios Kaingang. In: GONÇALVES, Marco Antonio. **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.

NOELLI, Francisco Silva ; MOTA, Lúcio Tadeu ; SILVA, F.A. **Os parís dos rios Apucarana e Apucarantina, Paraná**. In: VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1995, PORTO ALEGRE - RS. Programação oficial e resumos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. v. 1. p. 133-134.

NOELLI, Francisco S.; MOTA, Lúcio T; SILVA, Fabiola A. Pari: Armadilhas de Pesca no Sul do Brasil e a Arqueologia. **Coleção Arqueologia**, Porto Alegre, EDIPUCRS, nº 1, v. 2, p. 435-446, 1995- 96.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. **Prosa**, Campo Grande, 3(1), 2003. p. 39-47.

PARANÁ. **Mappa do Estado do Paraná**. Organizado por ordem do Governador Dr. Jose Pereira Santos Andrade. 1896. <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>. Acessado em 20/12/2021.

PARELLADA, Claudia Inês. **Aspectos arqueológicos e históricos. In: Estudo de impacto ambiental PCH Porto da Bota Rio Piquiri**. Curitiba: Ambiotech. 2012a. P. 605-635. Processo Iphan N° 01508.000664/2010-19.

PARELLADA, Cl. Patrimônio Histórico e Arqueológico. In: **UHE Apertados - Estudo de Impacto Ambiental AP-WLM-240-20-0011 Relatório Final**. São Paulo: WALM Engenharia e Tecnologia Ambiental Ltda. 2012b. p.316-370.

PARELLADA, Claudia Inês. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista Memorare**, v. 1, n. 1, p. 24-42, 2013.

PETERSON, Don. **Native American Fish Traps in the Potomac River**. Brunswick, Maryland. Brunswick Heritage Museum. 2018.

PIMENTEL, Antonio da Costa. Relação da viagem de Antonio da Costa Pimentel, In: **Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo**, XXXIV. São Paulo, s/e, 1901.

POMEROY, John Anthony. Stone fish traps of the Bella Bella region. **Current Research Reports, Publication**, n. 3, p. 165-193, 1976.

RYAN, Thomas M., "Archeological Survey Along the Broad River Near Leeds, South Carolina" (1971). **Research Manuscript Series**. 9. [https://scholarcommons.sc.edu/archanth\\_books/9](https://scholarcommons.sc.edu/archanth_books/9)

SCHWENGBER, V. L. **Diagnóstico arqueológico interventivo na área de implantação da PCH Fazenda do Salto. Relatório de pesquisa**. Tubarão. 2013.

SCHWENGBER, V. L., et al. **Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação da PCH Nova Cantu 2, Municípios de Laranjal, Palmital, Nova Cantu e Roncador, Estado do Paraná**. Tubarão: Espaço Arqueologia. Relatório Final de Pesquisa, 2015. Processo Iphan Nº 01508.000626/2015-62.

SCHWENGBER, V. L.; MELLO, A. B.; KONRAD, W.; SILVA, A.; PEREIRA, D. G.; AMORIM, T.; NEVES, G. V.; REQUIA, D.; NOVASCO, R. V.; KONRAD, R.; SCHWENGBER, L. M. K. **Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área implantação da PCH Fazenda do Salto**. Processo Nº 01508.000139/2013-38. Tubarão-SC: Espaço Arqueologia. Relatório de pesquisa, setembro de 2019.

SILVA, JB.; NOELLI, FS. A Aquisição de Recursos Líticos pelos ocupantes Jê do Sul na Ilha do Major. **Fronteiras** (Campo Grande), v. 6, p. 113-129, 2002.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Salvamento arqueológico na área da Linha de Transmissão 525 kV. Salto Santiago-Ivaiporã-Cascavel Oeste Paraná**. Florianópolis: Itaconsult. 2004.

SOUZA, Jonas Gregório; MERENCIO, Fabiana Terhaag. A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), v. 10, n. 20, p. 93-130, 2013.

STEWART, Julian H. A functional-developmental classification of American high cultures. **Memoirs of the Society for American Archaeology**, v. 4, p. 103-104, 1948.

STEWART, Julian H. Cultural causality and law: a trial formulation of the development of early civilizations. **American Anthropologist**, v. 51, n. 1, p. 1-27, 1949.

STRANDBERG, Carl H.; TOMLINSON, Ray. Photoarchaeological analysis of Potomac River fish traps. **American Antiquity**, v. 34, n. 3, p. 312-319, 1969.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang: resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco S.; TOMMASINO, Kimiye. (Org.). **Uri e Wäxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: UEL, 2000.



TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: problems and prospects. **Ethnohistory**, v. 29, n. 1, p. 1-19, winter, 1982.

VALENTINE, Charles A. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. **Ethnohistory**. v. 8, n. 3, p. 271-280, 1961.

VAL FLORIANA, Mansueto Barcatta de. Dicionários Kainjang-Portuguez e Portuguez-Kainjang. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, 1920, vol 12:1-392.

VOEGELIN, Erminie Wheeler. An Ethnohistorian's View point. **Ethnohistory**, v. 1, n. 2, p. 166-171, 1954.

WASHBURN, Wilcomb. Ethnohistory: History "In the Round". **Ethnohistory**, v. 8, n 1. p. 31-48, 1961.

WIESEMANN, Ursula. **Dicionário Kaingang-Português, Dicionário Bilingüe**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2002.

WHITE, Elroy AF. **Heiltsuk stone fish traps: products of my ancestors' labour**. Department of Archaeology, Simon Fraser University, Burnaby, BC, 2006.

WHITE, Leslie A. Energy and the evolution of culture. **American anthropologist**, v. 45, n. 3, p. 335-356, 1943.

Município	Nome do sítio, Nº CNSA e coordenada UTM	Nº no Mapa e datações	Referência
Altamira do Paraná <sup>23</sup>	Sinval Vieira da Silva 22J 328194 m E 7249233 m S	20	PARELLADA, 2012a:610
	Marcelo Istake 1 22J 327896 m E 7249231 m S	21	
	Marcelo Istake 2 22J 328090 m S 7249515 m S	22	
	Luzia Ribeiro de Oliveira 22J 327618 m E 7249206 m S	23	
	Fazenda da Bota 1 22J 323565 m E 7248873 m S	24	
	Augusto Istake 22J 329072 m E 7247984 m S	25	
Alto Piquiri	Areia Branca Apertado 1 22J 263484 m E 7320175 m S	58	PARELLADA, 2012b:322-323
	Cachoeira Guairacá II 22J 263611 m E 7329933 m S	59	
Anahy	Anahy 1 22J 287404 m E 7274038 m S	50	SCHWENGBER. VL; et al, 2019.
Assis Chateaubriand	Ponte PR 486 I 22J 242051 m E 7316173 m S	60	PARELLADA, 2012b:322

<sup>23</sup> Muitos sítios arqueológicos ainda não estão no cadastro do CNSA, suas referências estão nos Relatórios de pesquisas ou em publicações da área de arqueologia.

Braganey	Tourinho – PR00086 22J 298261 m E 7266767 m S	37	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:53
Brasilândia do Sul	Faz Boa Esperança I 22J 241960 m E 7317099 m S	61	PARELLADA, 2012b:323
Campina da Lagoa	Aeroporto -PR00068 22J 316745 m E 7278255 m S	26	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:58
	Três Buracos – PR00060 22J 315615 m E 7275557 m S	27	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:120
	Moch III – PR00062 22J 313792 m E 7273302 m S	28	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:86
	Moch I -PR00069 22J 314093 m E 7274231 m S	29	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:79
	Moch II -PR00061 22J 313533 m E 7273442 m S	30	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:82
	Roseira II – PR00064 22J 313208 m E 7271557 m S	31	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:115
	Morro Vermelho I – PR00071 22J 311230 m E 7268797 m S	32	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:90
	Morro Vermelho II – PR00065 22J 311302 m E 7268763 m S	33	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:96
	Estrada – PR00067 22J 310910 m E 7268328 m S	34	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:75
	Roseira I - Galeria Sub -PR 00063 22J 313577 m E 7271416 m S	35	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:110
	Rio Erveira – PR00066 22J 309605 m E 7282182 m S	36	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, 2020:103
Formosa do Oeste	Recanto Apertado Piquiri I 22J 263916 m E 7320148 m S	57	PARELLADA, 2012b:322
Francisco Alves	Sítio da Divisa 22J 216285 m E 7341465	63	MIGUEL, R. 2014:6 CAVALHEIRO, 2019: 119

Guaíra	Sete Quedas – PR00225 21J 777975.18 m E 7334481.00 m S	64	CHMYZ, I. 1977:129-130
	Sete Quedas 7 – PR00231 21J 778061.00 m E 7334521.00 m S	65	CHMYZ, I. 1977:130-
	Sete Quedas 8 – PR00232 21J 778089.00 m E 7334659.00 m S	66	CHMYZ, I. 1977:130
	Prainha 5 – PR00262 21J 778019.00 m E 7334593.00 m S	67	CHMYZ, I. 1983:93
	Ilha do Major <sup>24</sup> 21J 777987.00 m E 7334936.00 m S	68	SILVA; NOELLI, 2002:116
Guarapuava	Arroio do Tanque <sup>25</sup> 22J E:445724 N:7203974	<sup>1</sup> 710 +-30 BP	ARQUEOLÓGICA, 2019
Iguatu	Iguatu 1 UTM 22J 287231 E/ 7273515	49	SCHWENGBER. VL; et al,2019
Iporã	Pari Cacique Joré 228120.00 m E 7320944 m S	62	BORBA, TM. 1908:158 BORBA, N. 1896: 71-74
Laranjal	Arroio do Susto 1 22J E:352207 N:7262331	18	SCHWENGBER, VL, 2015
Luiziana	Córrego do Baiano 22J E:350160 N:7288060	19	CAVALHEIRO, ACM. 2014
Nova Aurora	Luis Rodrigues 22J 281537 m E 7298467 m S	51	PARELLADA, CI. 2013: 28
	Fazenda São Tomé I 22J 281109 m E 7298218 m S	52	PARELLADA, CI. 2013: 28
	Fazenda São Tomé II 22J 281388 m E 7297899 m S	53	PARELLADA, CI. 2013: 28
	Fazenda São Tomé III 22J 281361 m E 7297438 m S	54	PARELLADA, CI. 2013: 28
	Toldo de Jong-ho 22J 280277 m E 7289495 m S	55	PARANÁ, 1896
Nova Cantu	Rio Santo Rei 1 22J E:350391 N:7271032	15	CAVALHEIRO, ACM. 2014:26-27
	Rio Santo Rei 2 – PR01661 22J E:350405 N:7269855	16	CAVALHEIRO, ACM.2014:27-29
	Rio Cantu 1 – PR01814 22J E:354783 N:7262387	17	SCHWENGBER, VL. 2015
Pitanga	Pitanga 4 – PR01306 22J E:447400 N:7268922	11	SCHWENGBER, VL. 2013
	Estruturas Subterrâneas 22J 410884 mE 7276653 mS	12	SILVA, OP. 2004
Quarto Centenário	Ponte Centenário PR 180 I 22J 281079 m E 7302308 m S	56	PARELLADA, 2012b:323
Roncador	Valdir Pircinis 22J 382987 mE 7280730 mS	14	SILVA, OP. 2004:13

<sup>24</sup> Sobre a ocupação Jê do Sul na Ilha do Major em Guaíra constam da publicação SILVA; NOELLI, 2002:116.

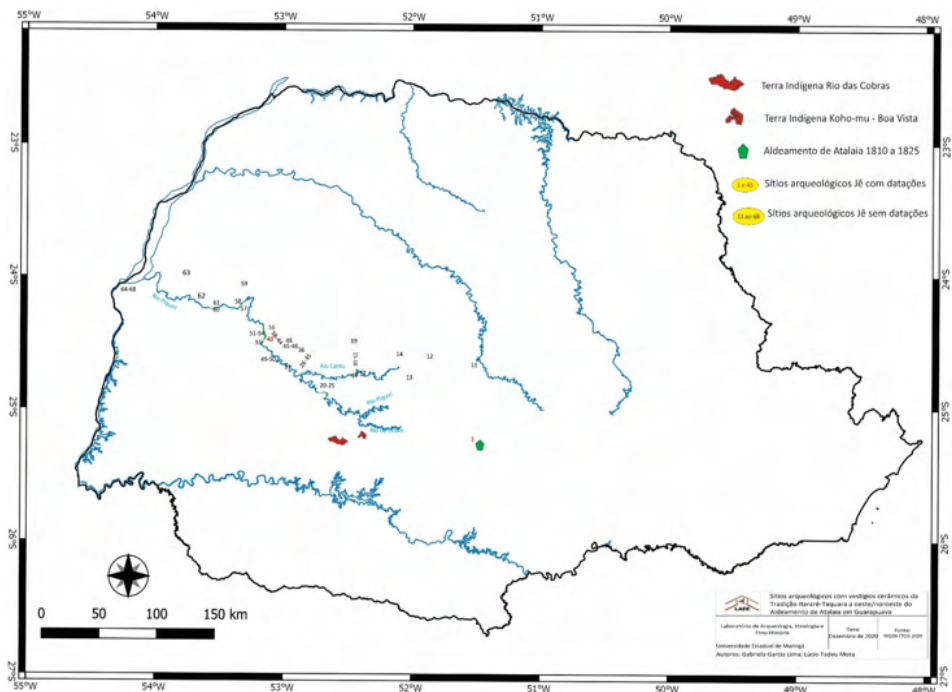
<sup>25</sup> O sítio Arroio do Tanque relacionados nesse município não está no cadastro do CNSA, mas foi registrado no Relatório ARQUEOLÓGICA, 2019, Processo 01508.900116/2017-59

Santa Maria do Oeste	Santa Rita 22J 397299 m E 7258947 m S	13	SILVA, OP. 2004:10
Ubiratã	Carajá 3 – PR00559 22J 283351 7294116	38	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, ACM. 2019:101
	Carajá 2 – PR00557 22J 281197 m E 7296752 m S	39	CHMYZ & SAUNER, 1971:9
	Carajá 4 – PR00561 22J 283277 m E 7293869 m S	40	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, ACM. 2019:103
	Estrada da Cantareira – PR 00563 22J 282781 m E 7291416 m S	41	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, ACM. 2019:111
	Aterro do Pasto – PR00558 22J 286432 m E 7290628 m S	42	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, ACM. 2019:78
	Carajá 1 – PR00553 22J 286473 m E 7290826 m S	43 855+-95 BP	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, ACM. 2019:91
	Campo de futebol – PR00562 22J 285979 m E 7288880 m S	44	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, ACM. 2019:84
	Sinop 1 – PR00554 22J 297532 m S 7283499 m S	45	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 CAVALHEIRO, ACM. 2019:123
	Sinop 2 - 22J 297487 m S 7283466 m S	46	CHMYZ & SAUNER, 1971 CAVALHEIRO, ACM. 2019:126
	Aterro Tiburtius – PR00560 22J 283932 m E 7298809 m S 22J 284872 m E 7297088 m S	47	CHMYZ & SAUNER, 1971:9 PARELLADA, 2013 CAVALHEIRO, ACM. 2019:82
	Toldo Pinhaõzinho - Histórico 22J 297101 m E 7283738 m S	48	PARANÁ, 1896

Anexo 1. Sítios arqueológicos com vestígios cerâmicos da Tradição Itararé-Taquara, ou com registros históricos relacionados aos Kaingang, nos rios Cavernoso, Piquiri e seus afluentes<sup>26</sup>

Fonte: O autor

26 Foram considerados os sítios arqueológicos cadastrados no CNSA do IPHAN, [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php), e os registrados em publicações e relatórios arqueológicos. Para efeito de Tradição Itararé-Taquara, consideramos os registros de vestígios cerâmicos e registros de possíveis habitações, no caso as casas subterrâneas, praças cerimoniais, e mounds com possíveis enterramentos.



# CAPÍTULO 6

## ANÁLISES DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE REGIÕES DO LITORAL PAULISTA

*Data de aceite: 01/03/2022*

### Luana Campos

Universidade Estadual de Goiás  
Quirinópolis – GO  
<https://orcid.org/0000-0001-5985-1756>

### Cristina Fachinni

Pesquisadora Científica do Instituto  
Agrônomo, IAC SAA SP  
Campinas - SP  
<https://orcid.org/0000-0003-3785-5582>

### Aline Carvalho

Universidade Estadual de Campinas – SP  
Campinas - SP  
<https://orcid.org/0000-0001-7380-5940>

**Resumo:** Esse ensaio visa colaborar na discussão sobre a importância da construção de políticas públicas de conservação do patrimônio cultural material a partir do uso de metodologias de análise de risco do patrimônio cultural frente a vulnerabilidades socioambientais. Nesse capítulo apresentamos um ensaio metodológico de elaboração de indicadores sistêmicos de vulnerabilidades socioambientais em sítios arqueológicos localizados em regiões litorâneas do Brasil. A proposta associa o geoprocessamento com análises multicritério como ferramenta para o entendimento dos riscos socioambientais relacionados ao patrimônio cultural arqueológico e discute a metodologia a partir de um estudo de caso no litoral norte paulista, mais especificamente nos municípios

de Ubatuba e Ilhabela.

**Palavras-Chaves:** Patrimônio arqueológico, litoral norte, vulnerabilidade, geoprocessamento.

**Abstract:** This essay aims to collaborate in the discussion about the importance of building public policies for the conservation of material cultural heritage from the use of methodologies for risk analysis of cultural heritage in the face of socio-environmental vulnerabilities. In this chapter we present a methodological essay for the elaboration of systemic indicators of socio-environmental vulnerabilities in archaeological sites located in coastal regions of Brazil. The proposal associates geoprocessing with multi-criteria analysis as a tool for understanding the socio-environmental risks related to archaeological cultural heritage and discusses the methodology based on a case study on the north coast of São Paulo, more specifically in the municipalities of Ubatuba and Ilhabela.

**Keywords:** Archaeological heritage, north coast, vulnerability, geoprocessing.

### APRESENTAÇÃO DOS DESAFIOS

Desde o contexto de invenção do patrimônio contemporâneo, na Revolução Francesa (1789), o patrimônio é compreendido como um projeto político e um espaço de conflito e negociação. É a partir das escolhas das memórias a serem celebradas que se compõe um imaginário sobre a nação e sobre quem pode pertencer a ela (Jeudy, 2005). Têm-se um processo narrativo e imaginativo sobre o

passado – compartilhado por um grupo – que define as balizas sobre o que é aceito, então, incluído, ou sobre o que não é permitido e, portanto, é excluído. Essas narrativas sobre o passado, compostas por memórias eleitas, produzem laços reais entre comunidades e culturas. Como o humanista Edward Said afirma, a força narrativa tem um papel ativo na vida cotidiana dos seres humanos (Said 1999: 35). E essas narrativas dialogam de forma aberta com aquilo que denominamos de patrimônio. As narrativas patrimoniais, que são expressas em universos materiais e imateriais, são fortes o suficiente para organizar, validar e manter determinados papéis sociais e contínuos políticos e culturais (Chuva, 2017). Apesar das muitas especificidades dos contextos históricos, a relação pessoal com as narrativas patrimoniais é pautada pelo afeto, reação e contrarreação. Como ilustração à afirmação poderíamos recorrer às pichações nos muros da Roma Antiga (Garraffoni, 2017) que eram formas de expressar em espaços públicos a existência e a necessidade de reconhecimento daqueles que não tinham voz, demonstrando que a escolha de valorizar monumentos do passado e suas narrativas devem ter um diálogo com diferentes grupos sociais e na atualidade. Em nossa contemporaneidade, podemos citar o movimento de derrubada de estátuas que simbolizavam a escravidão e o colonialismo, como as estátuas do conquistador Sebastián de Belalcázar, em 2016, na Colômbia, ou do traficante de escravos Edward Colston, em 2020, na Inglaterra.

Apesar de entendermos o patrimônio como participante e partícipe da constituição das relações e identidades das comunidades - ao tratarmos do patrimônio arqueológico no Brasil, sua proteção é resultado de forças legais do Estado Brasileiro, e ocorre um distanciamento do poder ativo desse patrimônio de dialogar com valores socioculturais atuais e de gerar reflexões e mudanças, dificultando o estabelecimento de políticas de gestão dessa tipologia de bens. Entre as explicações possíveis para tal fenômeno social está a condição do seu surgimento enquanto categoria de acautelamento no início das políticas de patrimonialização (MARINS, 2016), seja pela emergência de ações legais diante da intensificação nas ações destrutivas, especialmente sobre sítios dos grupos sambaquieiro (COELI, 1998).

O patrimônio arqueológico é um potencial ponto de reflexão para se pensar questões relativas às construções de narrativas sobre passado e presente, como forma de moldar o um projeto de futuro (HARTOG, 2014; NICOLAZZI, 2010) cada vez mais influenciado pelas condições ambientais impostas pelas mudanças climáticas.

Em 06 de Agosto de 2021, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) finalizou a primeira parte do Sexto Relatório de Avaliação (AR) sobre as Mudanças Climáticas na contemporaneidade e as perspectivas de nosso futuro. Chamado de “A base das ciências Físicas”, o relatório teve baixa visibilidade midiática no Brasil, mas entre alguns setores sociais tem despertado discussões motivadas pelas conclusões e prognósticos aterradores. O relatório aponta que a emergência climática é um “fato”, ou seja, que é um ponto de convergência entre pesquisas e pesquisadores de diferentes áreas



do conhecimento e vindos de variadas instituições e nacionalidades. Esse “fato” atesta que estamos muito próximos de um ponto sem retorno - *tipping points* – ao que se refere aos danos causados pelas mudanças climáticas sobre a vida e os complexos (e delicados) sistemas que a envolvem no planeta Terra. Em outras palavras, não há retorno dos severos e permanentes danos ao clima do planeta com efeitos em todos os aspectos da vida na terra, incluindo os elementos socioculturais.

Destarte, o patrimônio arqueológico é um importante mediador na discussão de temas como mitigação, adaptação e resiliência num contexto antropocênico. Por essa razão ele foi escolhido como estudo de caso para aplicação de uma metodologia de análise de risco e vulnerabilidade socioambiental.

Como parte de um recorte temático, optamos por abordar o patrimônio arqueológico do litoral norte paulista através da aplicação de cinco etapas: **identificação** de ameaças; **classificação** das ameaças em risco; **análises** de enquadramento dos riscos enquanto vulnerabilidade socioambiental; **avaliação** participativa das vulnerabilidades estabelecidas; e, proposição do **índice de vulnerabilidade** através do zoneamento cartográfico.

Localizada na região oeste de São Paulo, os sítios arqueológicos identificados nas cidades Ubatuba e Ilhabela são os objetos das primeiras análises, conforme apresentaremos a frente.

## DA METODOLOGIA

Esse ensaio metodológico é elaborado pelo grupo de pesquisa responsável pelo projeto “Patrimônio Arqueológico da costa do Litoral Norte de São Paulo: sustentabilidade e elaboração de indicadores qualitativos e quantitativos de vulnerabilidade”, desenvolvido pelo laboratório de Arqueologia “Paulo Duarte”, da UNICAMP com financiamento FAPESP e CNPq.

A proposta metodológica aqui apresentada corresponde a um modelo experimental de análise inter e multidisciplinar, sintetizado de diferentes estudos com foco na análise espacial tendo o patrimônio cultural, e suas especificidades, como elemento central das análises. Ou seja, todo aporte conceitual parte do questionamento das ameaças em função dos sítios arqueológicos, permitindo uma otimização da análise do território, uma vez que elementos que não dialoguem com o patrimônio não serão considerados. Entendemos que o desenvolvimento de uma metodologia que avalie de forma complexa os riscos corridos por um patrimônio arqueológico – e que possa ser partilhada com outros patrimônios, considerando suas especificidades – será fundamental para a definição de políticas públicas claras voltadas para a gestão integrada do patrimônio, atuando mais no campo da prevenção do risco do que na reparação após o dano (que é a tônica de nossas ações nos últimos dois séculos).

Baseamos a metodologia em cinco etapas inicialmente estabelecidas: Identificação,

classificação, análise, avaliação e zoneamento, conforme fluxograma abaixo (fig. 01).

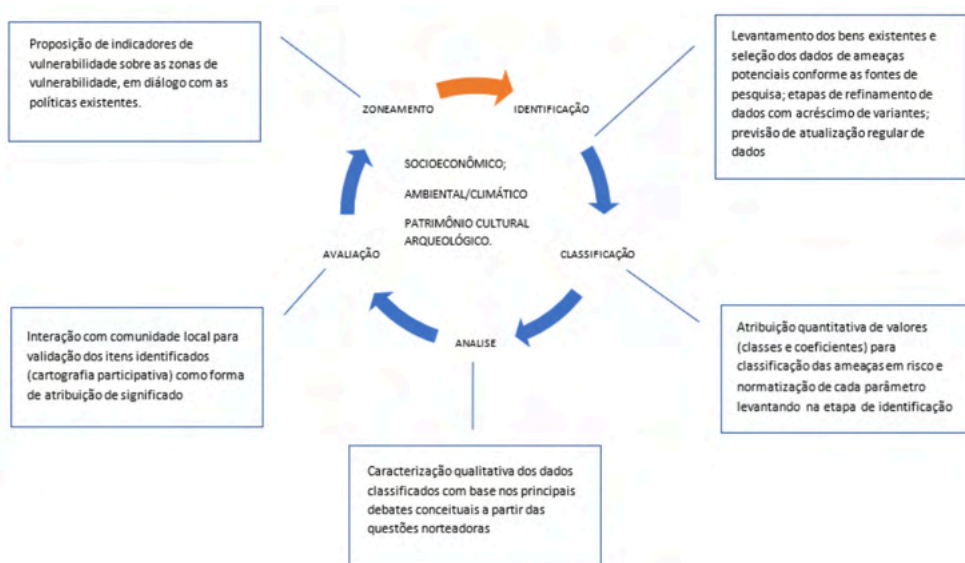


Fig. 01 – Proposta de fluxograma de análise dos sítios arqueológicos

Fonte: Elaborado por L. Campos, 2021

No modelo proposto as etapas de análise do patrimônio arqueológico são contínuas, sequenciais e sistêmicas, tendo na identificação o motor que propulsiona objetivamente a pesquisa enquanto razão de ser do projeto, exercendo, pelo seu efeito central uma forma de força gravitacional em relação aos outros campos de análises.

A primeira etapa da metodologia é a identificação das áreas de vulnerabilidade socioambiental associadas a presença expressiva de sítios arqueológicos por meio do georreferenciamento e pela análise multicritério. A análise multicritério utiliza vários parâmetros para identificar os riscos associados ao objeto de estudo e busca alternativas para a resolução de problemas prioritárias para o objeto considerado (Francisco *et al.*, 2007).

Foram definidos campos de análises para seleção de parâmetros: socioeconômico, ambiental e geoclimática e patrimônio cultural arqueológico. Foram selecionadas bases de dados secundários que disponibilizam informações para cada um desses campos de análises.

Até o momento na construção da metodologia desse projeto, as bases de dados selecionadas foram: dados geológicos disponibilizados pelos Serviço Geológico do Brasil - CPRM dados Socioeconômico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dados climáticos pelo Geoclima e pela *National Oceanic and Atmospheric Administration* - NOAA, Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, Dados de Uso e

Ocupação do Solo produzido pelo *Environmental Systems Research Institute* - Esri.

Os parâmetros estabelecidos com base em dados secundários foram: áreas inundáveis; áreas de deslizamento; áreas com risco de incêndio; elevação do nível do mar, acúmulo de precipitação e ciclo climático identificado, áreas monitoradas; ocupação do solo; uso do solo; concentração demográfica por período; tipológico (sítio pré-contato); tipológico (sítios históricos); infraestrutura de visitação; % de preservação; e, bens móveis.

A segunda etapa corresponde a atribuição de valores para a classificação de critérios. Após a classificação, os dados serão submetidos a uma etapa de análise essencialmente qualitativa e hermenêutica (FOUCAULT, 2005) visando caracterizar tanto as ameaças como os riscos potenciais através da análise teórico/conceitual dos resultados obtidos na identificação, classificação e normatização, dentro da linha de pesquisa do projeto. Através de um esforço em responder questões norteadoras, essa etapa auxiliará na construção de um glossário sobre temas chaves para a compreensão da relação entre patrimônio cultural e fatores socioeconômicos/ambientais e climáticos. A fundamentação teórica também contribuirá na construção dos subsídios gerados pelo resultado da aplicação do método.

A etapa de avaliação corresponde a uma importante fase da pesquisa, onde os dados até o momento identificados, classificados, normatizados e analisados serão colocados para apreciação da comunidade onde está sendo realizado o projeto.

Após a sistematização dos dados será gerado um mapa contendo a localização dos sítios arqueológicos e os riscos potenciais definidos na etapa analítica, esse mapa será apresentado a comunidade dentro de uma dinâmica pautada na Andragogia (KNOWLES, 1980) que visa um processo de aprendizagem em mão dupla, buscando informar sobre o trabalho realizado e obter um apreciação a partir do olhar local sobre os dados levantados, assim como buscar reconhecer o significado que esses bens patrimoniais tem para a comunidade enquanto referência cultural (FONSECA, 2000).

Para tanto, a produção da cartografia social do patrimônio arqueológico (FACHINI, 2017) tem a finalidade na própria compreensão dos processos de apropriação dos sítios arqueológicos feito pelas comunidades afetadas por eles.

Cabe esclarecer que, para essa etapa de trabalho, estamos considerando como comunidade, aqueles grupos que habitam e atuam o território próximo aos sítios arqueológicos. Essa proximidade será definida de acordo com a distância utilizada na normatização dos dados.

Como parte da metodologia utilizada nessa etapa da pesquisa está a Cartografia Participativa enquanto, instrumento de representação cartográfica dos conceitos de espaço, identidade e memória (HALBWACHS, 1968), como elementos que emergem no reconhecimento do sujeito como protagonista da ação social que se busca com o empoderamento (CHRISTMANN *et al.*, 2016).

Após a avaliação, e/ou incorporação de novos dados, feita pela comunidade através do método da cartografia participativa, segue a etapa de atribuição dos Índices de

Vulnerabilidade para cada sítio analisado no projeto.

Para quantificar os riscos, atribuídos e validados, de acordo com a sua proximidade aos sítios arqueológicos definimos que quando a ameaça potencial normatizada (nn) for igual ao Risco (rn), temos que o Índice de Vulnerabilidade do Sítios (IVx) é igual à soma dos riscos, a seguir:

$$n \leftrightarrow r$$
$$IVx = rn + rn$$

A finalização da obtenção do índice de vulnerabilidade será a transformação dos valores obtidos em porcentagem através de uma regra-de-três em função do maior valor aplicado na normatização.

Por fim será serão criados zoneamentos, buffer zones, a partir da localização dos sítios arqueológicos com maior e menor vulnerabilidade por escala de cores, assim como áreas de risco em função dos seus respectivos campos de análises. Todas estas informações servirão para embasar futuros indicadores de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

## APRESENTAÇÃO DO CASO

A metodologia apresentada foi elaborada para ser aplicada nos patrimônios arqueológicos dos municípios de Ubatuba e Ilha Bela, litoral norte do Estado de São Paulo. É importante destacar que os dados oficiais sobre o patrimônio arqueológico, usados para o estudo e fornecidos Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, encontram-se desatualizados. Nós não temos nas plataformas de dados disponíveis detalhes sobre a conservação de cada um desses sítios, informações precisas sobre a permanência da existência do sítio ou não, abertura ao público ou à comunidade, entre outras informações que seriam cruciais para avaliarmos o risco enfrentado por esses sítios. Também não há dados atualizados sobre os riscos conjugados que pressionam esses sítios arqueológicos. Para a verificação dessas informações, serão realizados trabalhos de campo específicos.

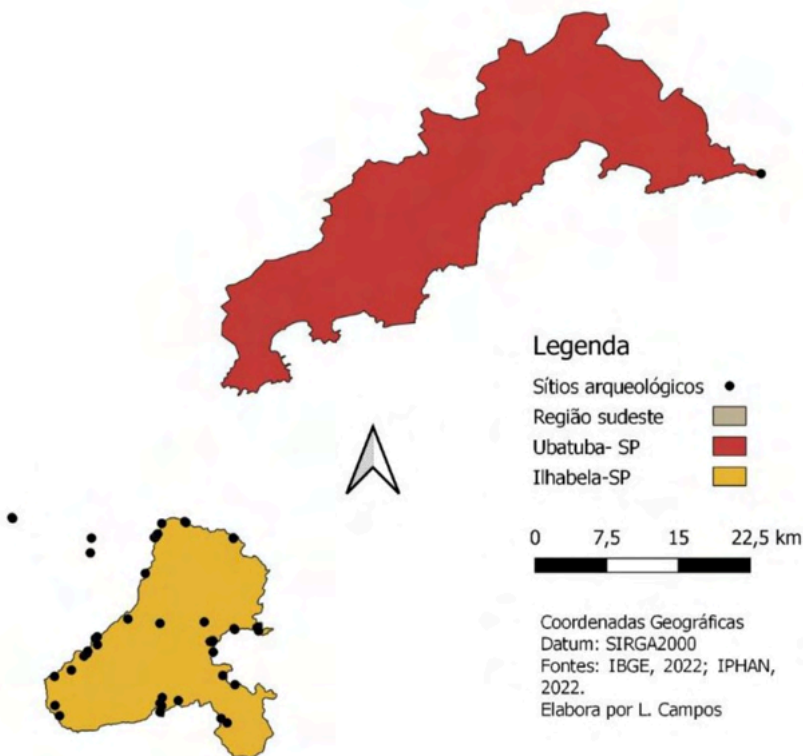


Fig. 02 - Localização dos sítios arqueológicos presentes nos municípios de Ubatuba e Ilhabela (São Paulo), a partir da base de dados GeoServ-Iphan.

Fonte: Elaborado por L. Campos, 2022.

A metodologia que apresentamos propõe a complexidade de dados. Porém, projetamos os dados geofísicos e meteorológicos, em especial, dados geológicos disponibilizados pelos Serviço Geológico do Brasil - CPRM dados de uso e ocupação do solo pela Environmental Systems Research Institute - Esri, dados socioeconômicos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dados climáticos pelo Geoclima e Administração Nacional Oceânica e Atmosférica - Noaa, Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, para modelarmos o risco. O que apresentamos a seguir é exatamente a análise linear dos dados, sem levarmos em consideração a pluralidade de facetas que precisam ser consideradas *in loco*. Destacamos, todavia, que temos a ciência da urgência de integrar essas informações aqui consideradas com dados vindos do campo e de outras áreas do conhecimento, como do urbanismo, do turismo e da economia. É exatamente essa complexificação de informações para a criação de um quadro diagnóstico mais preciso sobre os sítios que almejamos. A partir do que temos, podemos afirmar que:

A área de estudo (fig. 03) é especialmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas por estar localizada em zona litorânea, com maior exposição a subida do

nível do mar e chuvas torrenciais provocadas pela intensificação dos eventos extremos característicos desse período.

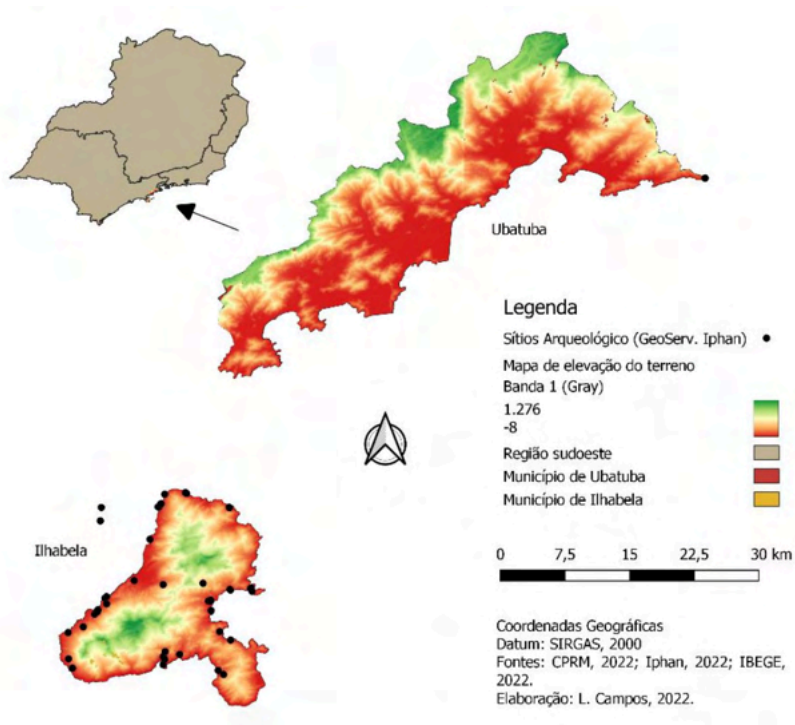


Fig. 03 - Mapa da região estudada.

Fonte: Elaborado por L. Campos, 2022.

De acordo com o relatório do Programa de Pesquisa de Mudança Global de 2017 (SWEET *et al.*, 2017) o nível médio global do mar (GMSL) aumentou cerca de 16 a 21 cm desde 1900, com cerca de 7 cm ocorrendo desde 1993. Os dados disponibilizados pela estação de monitoramento em Cananéia-SP, aponta para o aumento de cerca de 2.5 cm nos últimos 50 anos (NOAA, 2017). De acordo com os dados do site meteoblue (2022) com base nos obtidos para Ubatuba, a região está ficando mais quente e úmida, conforme observamos no gráfico nº. 01. Fatores que favorecem a ocorrência de chuvas torrenciais.



## Monthly anomalies for temperature and precipitation 1979–2022.

Ubatuba 26.20 S, 48.53 W.

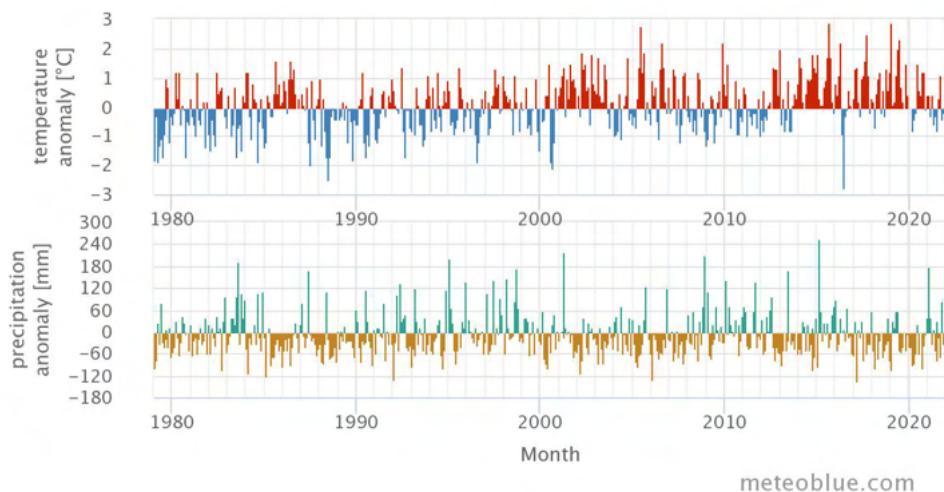


Gráfico 01 – Anomalias de temperatura e precipitação por mês 1979-2022, no município de Ubatuba-SP.

Fonte: meteoblue.com (2022)

Apesar de não haver registro de Situação de Emergência (SE) ou Situação de Calamidade Pública (SCP) nos registros dos últimos 20 anos do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres do governo Federal, o gráfico superior mostra a anomalia de temperatura para cada mês desde 1979 até agora que tende claramente a ficar mais quente. A anomalia indica quanto o mês foi mais quente ou mais frio do que a média climática de 30 anos de 1980-2010. O gráfico inferior mostra a anomalia de precipitação para cada mês desde 1979 até o presente. A anomalia indica se um mês teve mais ou menos precipitação do que a média climática de 30 anos de 1980-2010. Assim, os meses verdes foram mais úmidos e os meses marrons mais secos do que o normal, demonstrando uma distribuição pluviométrica mais irregular a partir de 2000.

Ou seja, ao conjugarmos os dados climáticos e o patrimônio arqueológico (não atualizado pelo campo) temos condições de avaliar quais patrimônios arqueológicos estão mais vulneráveis em um curto espaço de tempo, especialmente os bens localizados na costa ou em zonas estuarinas, como é o caso de Ilhabela e Ubatuba-SP. Com a integração de dados – e a inserção das informações econômicas, sociais e culturais – teremos a possibilidade de gerar uma proposta de leitura de vulnerabilidade desses patrimônios e, assim, de uma gestão integrada destes bens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas projeções de órgãos como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC 2022), até o ano de 2052 podemos vivenciar um aumento da temperatura de até 1,5° C. É importante destacar que o relatório e suas estimativas são produzidos a partir da colaboração entre grupos de cientistas vindos de diferentes partes do globo terrestre e com experiências interdisciplinares de grande relevo para a construção do conhecimento científico. Portanto, temos um expressivo consenso na academia que as projeções, infelizmente, são pouco evitáveis.

Com este aumento, a biodiversidade corre um sério risco, bem como a segurança alimentar, a saúde humana, entre outros tantos temas que teremos que enfrentar. No campo da memória e do patrimônio não é diferente. Hannah Arendt, ao analisar a ascensão do nazismo alemão, afirmou que o perigo está justamente no esquecimento (2013:19-24). O não lembrar rompe com elos que nos tornam humanos: o conhecimento sobre nossas trajetórias, opções, acertos e erros. Ainda que em uma percepção ciceroniana de História, a percepção da existência com sua multiplicidade de nuances torna-se fundamental para a construção de uma sociedade plural, justa e igualitária.

Como proteger de forma ativa nossos patrimônios? A ação da proteção está profundamente ligada à gestão que permite o antecipar do risco (e de suas consequências), o envolvimento ativo das comunidades nas quais estão inseridas esse patrimônio e, claro, elaboração de políticas públicas de mitigação do risco.

Ao apresentarmos os dados acima, é gritante os riscos aos quais o patrimônio arqueológico pode estar exposto. Infelizmente, ao agregarmos novos componentes nessas análises não teremos um cenário diferente no que tange a existência de um risco. Mas, por outro lado, teremos um cenário complexo que nos permitirá o antecipar do risco e, assim, das catástrofes e desaparecimento desses patrimônios. A pesquisa que apresentamos está em seu início. Mas a proposta é dialogar com outros pesquisadores, estudos de casos e experiências. A proposta, por fim, é a elaboração de um modelo geral que permita uma gestão patrimonial integrada, complexa e eficiente frente às consequências inevitáveis das mudanças climáticas.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fapesp, ao CNPq e ao Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/Unicamp) pelo apoio financeiro e institucional para a realização da presente pesquisa. Aos organizadores da presente obra, agradecemos pelo espaço aberto para o diálogo sobre a temática patrimonial.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CAMPOS, Luana; LOURENÇO, José Martinho. A utilização dos SIGs como ferramenta de apoio a análise do ambiente e gestão do patrimônio arqueológico: um estudo de caso no semiárido brasileiro. **Revista Alter Ibi**. vol. 01, n.01:179-191, 2014.

CHRITMANN, Juliana Pugliese; BORGES, Maria de Lourdes; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. A cartografia social como possibilidade de uma tecnologia social. **Anais IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais** – Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, p. 79-103, 2017

COELI PINHEIRO DA SILVA, R. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: O DECRETO-Lei Nº 25/37 E A Lei Nº 3.924/61. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 9–23, 1998. DOI: 10.24885/sab.v9i1.105. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/105>. Acesso em: 7 mar. 2022.

FRANCISCO, C. E. S.; COELHO, R. M.; TORRES, R. B.; ADAMI, S. F. Espacialização de análise multicriterial em SIG: prioridade para recuperação de Áreas de Preservação Permanentes. In: **XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, 2007, Florianópolis. Anais. São José dos Campos: INPE, 2007, p.2643-2650.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais – Acompanhamento e análise**, n. 01, v. 01: 111 – 120, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2005.

GARRAFFONI, R. S. Grafites: linguagens e narrativas nas paredes de Pompeia. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**, v. 31, p. 11-25, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. França: Presses Universitaires de France Paris, 1968.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Edt., 2014.

IPCC. **Relatório Mudanças Climáticas – Aquecimento Global de 1,5° C**, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>

JEUDY, Pierre. A Maquinaria Patrimonial. **O espelho das cidades**. Tradução de Diane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005

KNOWLES, M. S. The Modern Practice of Adult Education: From Pedagogy to Andragogy. **Englewood Cliffs**, NJ: Cambridge, 1980.

MARINS, Paulo Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**. v.29, n.57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

METEOBLUE. **Dados históricos simulados de clima e tempo para Ubatuba**. Disponível em [https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/ubatuba\\_brasil\\_3445846](https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/ubatuba_brasil_3445846) [cons. 07 mar. 22]

NICOLAZZI, F. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 53, p. 229-257, 2010.

NOAA. Historical Maps and Charts audio podcast. **National Ocean Service website**, <https://oceanservice.noaa.gov/podcast/july17/nop08-historical-maps-charts.html>, accessed on 8/13/17.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SWEET, W.V., R. HORTON, R.E. KOPP, A.N. LEGRANDE, AND A. ROMANOU. Sea level rise. In: **Climate Science Special Report: Fourth National Climate Assessment, Volume I** [Wuebbles, D.J., D.W. Fahey, K.A. Hibbard, D.J. Dokken, B.C. Stewart, and T.K. Maycock (eds.)]. U.S. Global Change Research Program, Washington, DC, USA, pp. 333-363, 2017.

## «HÁBITOS ELETIVOS, CONTRÁRIOS À VIRTUDE» E «OBRAS DA OMNIPOTÊNCIA DIVINA»: ABORDAGEM TEÓRICA DAS EVIDÊNCIAS DOS ESTADOS ALTERADOS DE CONSCIÊNCIA NO REGISTO ARQUEOLÓGICO DA IDADE MODERNA EM PORTUGAL

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 15/11/2021

**Miguel Martins de Sousa**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Nova de Lisboa  
Lisboa, Portugal  
<https://orcid.org/0000-0002-5940-7767>

**RESUMO:** As últimas décadas de trabalhos arqueológicos em Portugal têm revelado um interesse crescente pelo estudo de contextos de cronologia pós-medieval e um consequente desenvolvimento de abordagens relativas aos contactos decorrentes da expansão marítima e do fenómeno da globalização. Não obstante, através de integração a uma abordagem relacionada com a Arqueologia Cognitiva, evidencia-se uma lacuna na interpretação de estados alterados de consciência entre os séculos XV e XVIII que apenas recentemente se começou a colmatar. Deste modo, a presente abordagem pretende prosseguir e contribuir para o debate em torno dos estados alterados de consciência aplicados à Arqueologia. Procura-se, assim, sistematizar abordagens e conceitos para o seu estudo e propor como esta temática se pode evidenciar em contextos arqueológicos de cronologia moderna em Portugal, mas suscetível a aplicação noutros territórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia cognitiva, estados alterados de consciência, sistematização, séculos XV-XVIII, interdisciplinaridade.

«ELECTIVE HABITS IN CONTRAST TO VIRTUE» AND «DEEDS OF DIVINE OMNIPOTENCE»: THEORETICAL APPROACH FROM THE EVIDENCE OF ALTERED STATES OF CONSCIOUSNESS IN THE ARCHAEOLOGICAL RECORD OF THE EARLY MODERN AGE IN PORTUGAL

**ABSTRACT:** The last decades of archaeological work in Portugal showed an increase in the research of post-medieval contexts and an innate development of approaches related to the contacts from the overseas expansion and the process of globalisation. However, theoretical concepts such as given by cognitive archaeology express the lack of archaeological evidence for altered states of consciousness in the early modern period that only recently have started its chaîne opératoire. Thus, the present approach seeks to continue the debate on the altered state of consciousness concept within Archaeology redefining methodological support and to suggest how this area can be applied on early modern archaeological sites and assemblages from Portugal, but susceptible to application in other geographical regions.

**KEYWORDS:** Cognitive archaeology, altered states of consciousness, systematisation, 15th-18th centuries, interdisciplinary.

### 1 | INTRODUÇÃO

Esta abordagem estabelece uma definição e categorização de estados alterados de consciência (EACs) num âmbito interdisciplinar e, paralelamente, a sua aplicabilidade em

contextos arqueológicos de cronologia moderna. Deste modo, no presente artigo não se pretende apresentar estudos de casos e levantamentos de sítios arqueológicos, discutidos em defesa de dissertação de mestrado (SOUSA, 2020). O objetivo passa antes, em primeira instância, pela discussão e enquadramento de conceitos fundamentais e as suas categorias, promovendo reflexões relativamente a manifestações culturais evidenciadas na Arqueologia Moderna e com reflexos nos quotidianos atuais.

Posto isto, desde a Pré-História que a humanidade tem contacto com diversos estados de consciência, em particular os EACs, entendendo-se que estes evidenciar-se-ão na cultura material da Idade Moderna. É, neste âmbito cronológico, da maior importância refletir relativamente ao impacto dinâmico, protagonizado em parte por Portugal, que levou à divulgação de “*habito[s] electivo[s], contrario[s] á virtude*” (definição de “*vicio*” segundo BLUTEAU, 1721, p. 472) até então desconhecidos pelos habitantes do Velho Mundo que, ainda assim, reconheceram veracidade em episódios hagiográficos de “*obras da Omnipotencia divina*” (definição de “*milagre*” segundo BLUTEAU, 1716, p. 481).

Deste modo, a presente abordagem trata vícios e milagres, para além de flutuações espontâneas da consciência, como as esferas que medeiam grupos de evidências de EACs no registo arqueológico de cronologia moderna, balizadas sobretudo pelo seu enquadramento. Não obstante, o maior propósito consiste em, através de alterações evidentes, promover o que Orlando Ribeiro transmitiu como uma das “formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa”, nomeadamente “o que, a despeito delas, permanece” em oposição ao que muda e “muitos vêem sobretudo” (2011 [1945], p. xvi). Neste aspeto, a maior parte das culturas apresenta tradições e/ou rituais que enaltecem a acessibilidade aos EACs, indicando o potencial biológico humano para as manifestações destes (WINKELMAN, 2011, p. 24).

## 2.1 DEFINIÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE ESTADO(S) ALTERADO(S) DE CONSCIÊNCIA

*Altered state of consciousness* consiste num conceito introduzido em 1966 por Arnold M. Ludwig e divulgado em 1969 pelo trabalho coordenado por Charles T. Tart. Esta conjugação de palavras que traduzida em português resulta em EAC, apresenta, no entanto, algumas objeções. Neste contexto, a presente abordagem encontra uma das suas principais problemáticas na definição do conceito de EACs, não sendo este consensual no meio científico onde estes estados foram desconsiderados durante a primeira metade do século XX, verificados como patologias e sintomas de intoxicação ou possessão demoníaca (GARCIA-ROMEY; TART, 2013, p. 126-128).

No âmbito da Arqueologia, David Lewis-Williams indica que “(...) *we have seen, all parts of the spectrum are equally ‘genuine’*. The phrase ‘*altered states of consciousness*’ is useful enough, but we need to remember that it carries a lot of cultural baggage” (2002, p. 125). Assim, o autor apresenta a ideia de que aquilo que é considerado conforme a



norma para a nossa sociedade não o foi necessariamente no passado, denunciando a subjetivação do conceito “alterado”.

Malafouris propõe o conceito de “metaplasticidade” (2015, p. 351), entendido como a plasticidade da mente envolvida na plasticidade da cultura. Neste pressuposto, evidencia-se que, para além dos seres humanos terem evoluído através de variações da seleção natural, estes alteram os seus próprios caminhos de desenvolvimento criando e moldando os meios materiais com os quais se envolvem. Porém, devemos estar cientes do impulso crescente dos conceitos individuais e de experiências subjetivas, através da “incorporação” e “intencionalidade” (DORNAN-FISH, 2013).

De volta aos EACs, com diretrizes metodológicas para a sua abordagem em estudos psíquicos (ALMEIDA; LOTUFO NETO, 2003). Estudos recentes aplicam os termos “alterações da consciência” ou “consciência alterada” rejeitando o(s) “estado(s)” por alegadamente implicar(em) uma modalidade homogênea e estática de algo em constante mutação. Estas atestam que a consciência alterada não é exclusiva a procedimentos induzidos e pressupõe experiências individuais na assimilação (CARDEÑA, 2011, p. 7, 9).

Ainda assim, a designação de EACs continua como a mais apropriada, por transmitir um conjunto de estados cognitivos que podem ser reconhecidos subjetivamente pelo indivíduo ou por outros que o observem. Estes representam um desvio acentuado do estado normal, de vigília consciente, e correspondem à designação mais próxima com que este conceito tem sido cientificamente debatido (LUDWIG, 1966, p. 225; TART, 1969). Neste aspeto, ainda que o estudo da consciência esteja num estado idêntico ao da Botânica antes da Taxonomia de Lineau, não se afigura possível compreender completamente a cultura humana e a sua herança sem considerar as flutuações na sua consciência (CARDEÑA, 2011, p. 1, 6).

Para categorizar estes estados, Roland Fischer desenvolveu um modelo que cartografa os “estados ordinários de consciência”. Este modelo foi estabelecido através de duas vertentes (Figura 1): pelo contínuo percepção-alucinação, relacionado com o sistema nervoso simpático, de intensa estimulação e pelo contínuo percepção-meditação, relacionado com o sistema nervoso parassimpático, de intenso relaxamento (FISCHER, 1973, p. 59). Não obstante, o modelo de Fischer foi classificado como elementar e demonstrou pouca influência em estudos posteriores (CARDEÑA, 2011, p. 3).

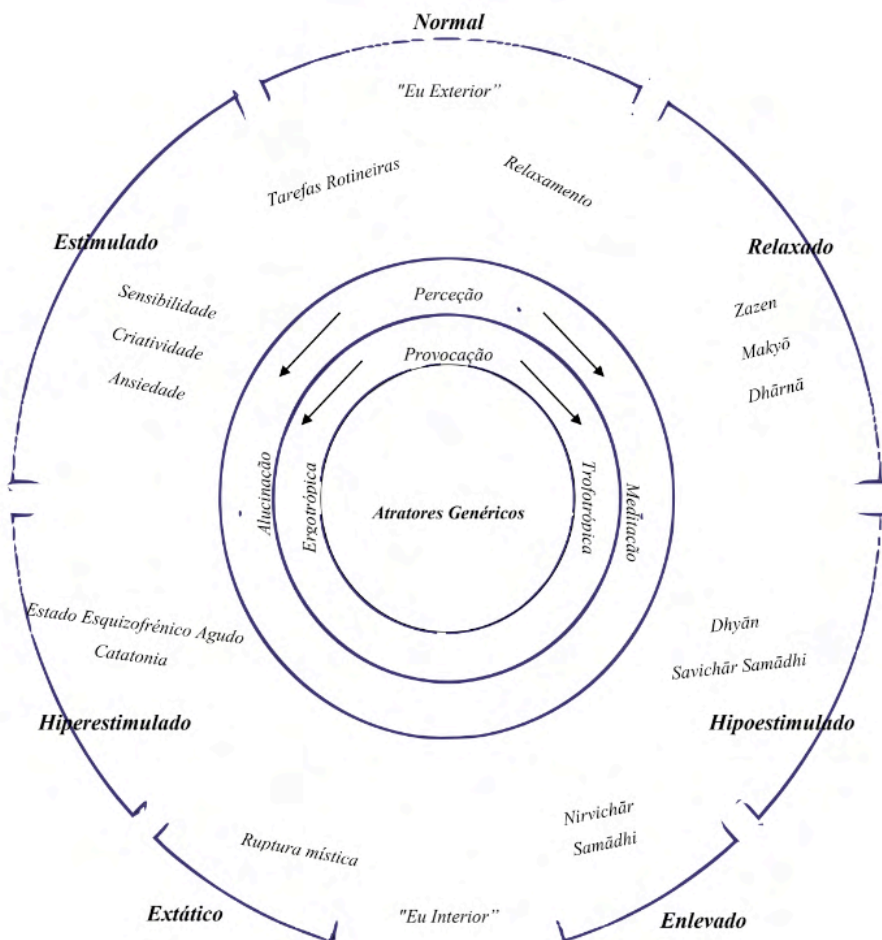


Figura 1: Oscilações de estados de consciência segundo o “Fischer spectrum” (Fonte: adaptado de GRÖSSING, 1997).

Por outro lado, Dieter Vaitl, em conjunto com doze investigadores, desenvolveu um novo modelo neurocientífico para os EACs. Deste modo, foram identificadas cinco subcategorias de alterações da consciência, influenciadas pela sua origem, nomeadamente: de ocorrência espontânea, induzidos fisicamente/fisiologicamente, induzidos psicologicamente, induzidos patologicamente e induzidos farmacologicamente (VAITL *et al.*, 2005, p. 99-100).

Assim, muito embora os modelos de EACs apresentem elementos cruciais, propõe-se um modelo autónomo com indicação de EACs farmacológicos, EACs físico-psicológicos e EACs patológicos e espontâneos (Figura 2). São estes os estados que, em primeira instância, se podem verificar através dos contextos arqueológicos, promovendo a sua interpretação com o período cronológico em análise. No entanto, estes não devem funcionar como obstáculo fixo entre estados reconhecidos do ponto de vista neurocientífico.

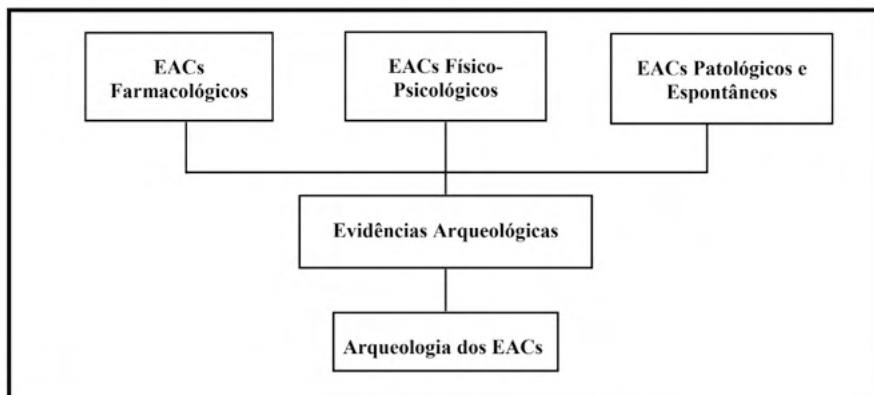


Figura 2: Fundamentação da Arqueologia dos Estados Alterados de Consciência (Elaborado pelo autor, 2020).

A categorização adotada deve-se, ainda, à limitação de dois sistemas intensivos pouco consolidados no modelo de Fischer e à abrangência do modelo de Vaitl e colaboradores que apresenta sub-categorias subordinadas a procedimentos de estimulação experimental e intervenções clínicas não praticadas na Idade Moderna. Para além de que Dieter Vaitl e a sua equipa não desenvolvem os estados induzidos farmacologicamente, sendo que determinadas substâncias psicoativas podem corresponder à presença de condimentos, drogas, enteógenos, placebos, entre outros, associados a materialidades (FITZPATRICK; MERLIN, 2018). Neste âmbito, as substâncias psicoativas podem ser cientificamente repartidas entre:

- Psicoléticas ou depressoras como o etanol (álcool) ocorrente principalmente, com teor variado, na fermentação da uva, fruta da videira (*Vitis vinifera*). Nesta categoria deve ainda acrescentar-se a sacarose, verificada na cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) entre outras, pelo seu impacto material e imaterial no período estudado (STUM, 2012);
- Psicoanaléticas ou estimulantes como a cafeína presente nos grãos do café (*Coffea sp.*);
- Psicodisléticas ou perturbadoras/alucinogénicas como a atropina presente nas bagas da beladona (*Atropa belladonna*);
- Neuroléticas ou antipsicóticas como a nicotina presente nas folhas de tabaco (*Nicotiana sp.*).

A presença destas (Figura 3), desde que reconhecido, em primeira instância, o seu enquadramento sociocultural e económico ou o seu grupo psicoativo, nos exemplos dados, respetivamente hipnóticos, metilxantinas, delirantes ou colinérgicos, é possível atestar manifestações culturais nos quotidianos.

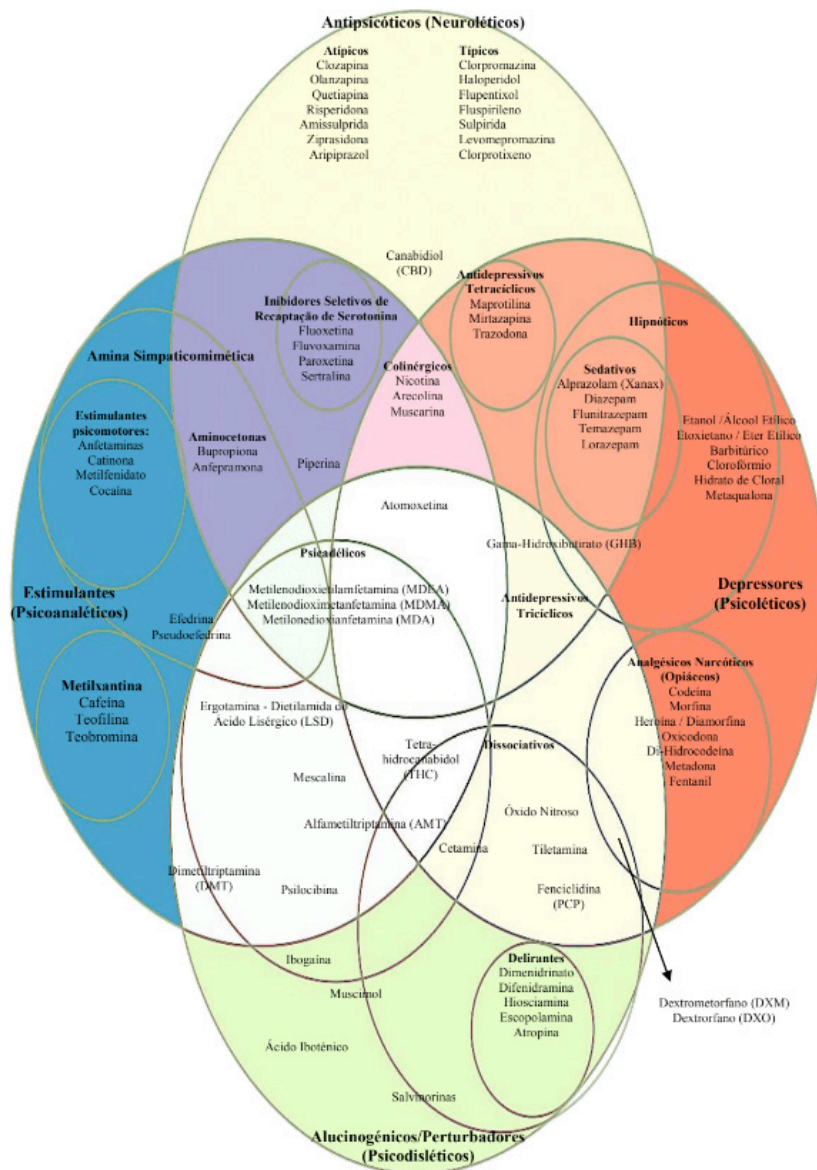


Figura 3: Determinadas substâncias psicoativas distribuídas de acordo com a alteração provocada no sistema nervoso central (Fonte: adaptado de CGPD, 2019: 18).

### 3 | APLICABILIDADE TEÓRICA NA ARQUEOLOGIA MODERNA PORTUGUESA E AS SUAS EVIDÊNCIAS

Diferentes abordagens têm indicado a importância de se discutir os EACs num âmbito interdisciplinar, em particular nas áreas da Psicologia e da Antropologia, vistas de modo holístico. Estes indicam que os EACs, como campo da investigação, se encontram numa situação de fronteira entre várias ciências, pelo que se propõe o seu estabelecimento na

complexa realidade que provoca que cada ciência nos ofereça uma face do fenómeno, de forma que só a visão global nos permite explicações mais exatas do mesmo (MAGDALENO BLANCO, 1998, p. 112). Embora as abordagens interdisciplinares de EACs tendam a atribuir o papel da Arqueologia aos pressupostos avançados pela Arqueologia Cognitiva, relacionada em grande medida a testemunhos de experiências xamânicas (APUD-PELÁEZ, 2017, p. 48-49), e de estudos com cronologias pré- e proto-históricas (GUERRA DOCE, 2006).

A propósito, a Arqueologia Cognitiva pode ser sumariamente definida como “*the study of past ways of thought from material remains*” (RENFREW; BAHN, 2016, p. 391) e nesta medida relaciona-se com o âmbito abordado. No entanto, esta encontra-se quase que exclusivamente associada à leitura de símbolos interpretados conforme categorias do processamento cognitivo. Neste aspeto, afigura-se rara a ocorrência de testemunhos arqueológicos de cronologia moderna interpretados de modo a revelar aspetos diretamente relacionados com a Arqueologia Cognitiva, como, ainda assim, se verifica em casas religiosas onde “a espiritualidade [é] traduzida por muitos aspetos da vida cognitiva de então” (GOMES, 2012, p. 40), e, pela plena interpretação e consequente integração das normas e aspetos da vida monástica com os remanescentes arqueológicos da comunidade (SEBASTIAN; BRÁS, 2015, p. 12-16, 20-39).

Dentro do âmbito conventual, para além da interpretação cognitiva dos remanescentes é ainda de referir a existência de boticas conventuais onde se utilizavam algumas espécies indicadas anteriormente sendo:

importante salientar que o uso destas para fins medicinais tem algum risco. Uma espécie pode, por um lado, ajudar a combater um “mal” e, por outro, possuir determinadas substâncias que poderão ser prejudiciais ao organismo humano (PREIRA, 2014, s. p.).

Ao se pretender analisar testemunhos arqueológicos de EACs durante a Idade Moderna, a interpretação envolvida com a expansão marítima portuguesa, especialização da própria Arqueologia da Idade Moderna em Portugal (GOMES, 2012, p. 21) e reflexa em várias medidas da definida como Arqueologia Histórica (HUME, 1991), constitui uma vertente indispensável. Não obstante, em Portugal esta encontra-se particularmente limitada pelos “múltiplos trabalhos de campo dentro da Arqueologia urbana que não coincidem com um volume idêntico de publicações e projetos de investigação” (TEIXEIRA; TORRES; BETTENCOURT, 2015, p. 20).

Por outro lado, a Arqueologia dos EACs aplicada à Idade Moderna incorpora o conceito de “arqueologia sentimental”, sendo que como investigadores de ciências sociais e humanas não devemos ficar indiferentes às realidades que desvendamos, tornando-se imperativo considerar “como seriam as pessoas, como teriam vivido, o que fariam durante o dia, como ocupavam as horas de lazer” (SANTOS; FALCÃO, 2007, p. 153-154). Neste sentido, qualquer um pode deter:

*curiosidade (...) de saber o que em tempos afastados se passou no territorio em que vive, — os habitos, as ideias, as virtudes, os vícios, as façanhas, e, enfim, todas as circunstancias físicas e sociais dos povos de então, as lutas em que se empenhãrão, e em que cairão vencidos ou se proclamãrão vencedores, os progressos que fizerão para seu bem e da humanidade, as suas instituições políticas, os aspectos da sua natureza, o luxo ou a pobreza das suas habitações* (VASCONCELLOS, 1897, p. xxvi).

Assim, propõe-se o agrupamento das evidências em abordagem pela consideração de três contextos, sem anular funções utilitárias, nomeadamente:

- Médico-farmacológicos, associados com a ação de físicos e boticários, mas também feiticeiros que utilizavam mezinhas e outros meios para deixar os seus pacientes com efeitos “funestos, diabólicos e terríveis”, “perdendo os seus sentidos totalmente por espaço de tempo considerável” (SOUZA, 2012, p. 58). Relacionados com os EACs patológicos e espontâneos (Figura 4);

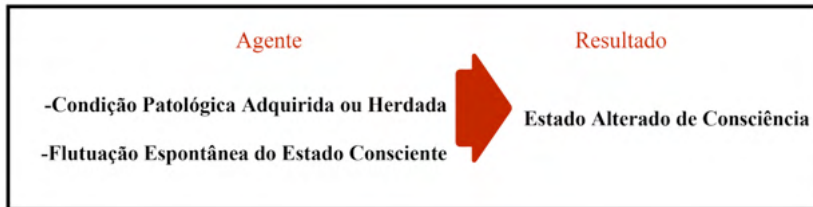


Figura 4: Estados alterados de consciência patológicos e espontâneos (Elaborado pelo autor, 2020).

- Devocionais e contemplativos, relacionados com exaltações de fé, através de contínua oração e episódios ascéticos de penitência que frequentemente podem levar à consumação de designados milagres. Com ligação aos EACs físico-psicológicos (Figura 5);

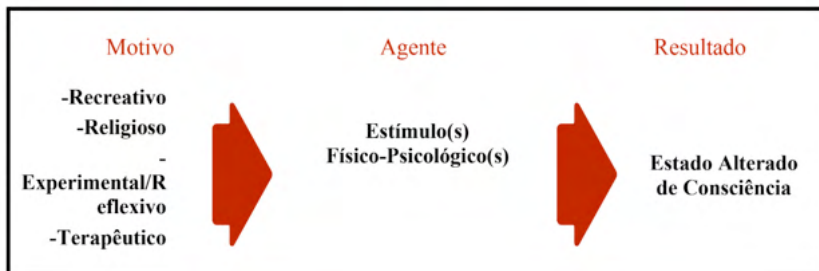


Figura 5: Estados alterados de consciência físico-psicológicos (Elaborado pelo autor, 2020).

- Recreativos, que vulgarmente se associam com a presença de substâncias psicoativas que provocam *per si* algum tipo específico de alteração cognitiva. Em



conexão com os EACs farmacológicos (Figura 6).

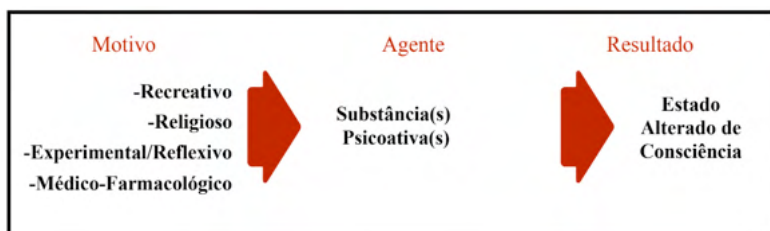


Figura 6: Estados alterados de consciência farmacológicos (Elaborado pelo autor, 2020).

No entanto, não se afigura possível aplicar estes contextos nos testemunhos arqueológicos pois, por exemplo, um cachimbo pode ser associado a contextos médico-farmacológicos, devocionais ou recreativos em simultâneo. Ainda assim, cada um destes é fundamental na integração sociocultural do objeto, contribuindo na formulação do contributo arqueológico.

Deste modo, a classificação de evidências de EACs divide-se entre evidências diretas e indiretas (Figura 7), como se verifica em estudo arqueológico português relativamente ao vinho em período romano (FABIÃO, 1998) e à proposta metodológica do investigador Giorgio Samorini (2019).

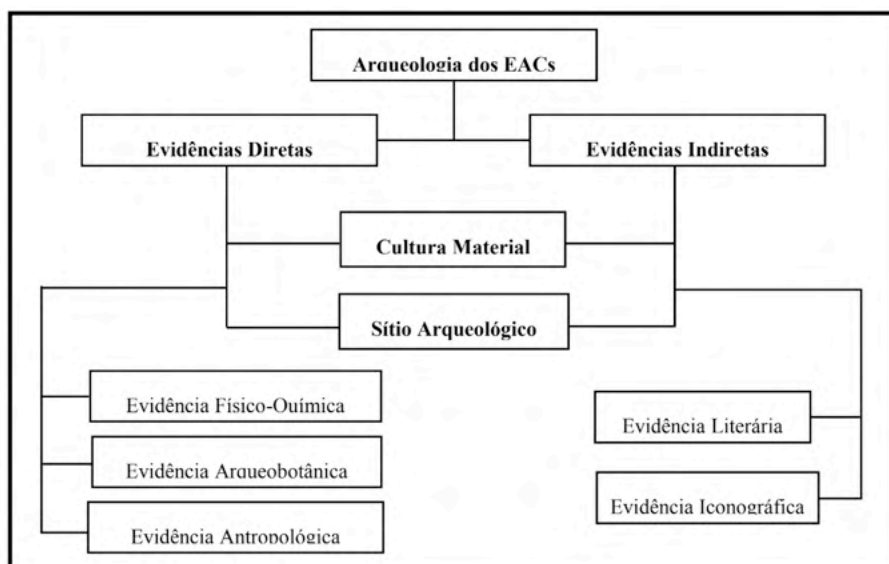


Figura 7: Sistematização das evidências dos estados alterados de consciência no registo arqueológico (Elaborado pelo autor, 2020).

Neste sentido, se o estudo de Carlos Fabião associa as evidências diretas, circunscritas à produção de vinha, a “dados de natureza paleobotânica”, isto é, “registos polínicos e macro-restos (grainhas, pedicelos, etc.)” (1998, p. 171). No que diz respeito às evidências indiretas estas tornam-se ambíguas, pois ocorre uma “generalizada polivalência das alfaías antigas”, sendo complexo distinguir lagares de vinho ou de azeite e as representações iconográficas presentes em mosaicos ou baixos relevos tratam-se de “temas recorrentes [...] sem que tal possa ser entendido, em sentido estrito, como relevante indicador de uma importante produção local” (1998, p. 171).

Giorgio Samorini, por sua vez, ao apresentar os dados arqueológicos que atestam a relação do ser humano com espécies psicoativas, apresenta: evidências diretas, onde inclui descobertas materiais associadas à ocorrência de pólenes, fitólitos, lípidos, etc. pertencentes a contextos antrópicos; evidências químicas atestadas a partir da identificação de substâncias psicoativas em cultura material e tecidos orgânicos humanos, como cabelos, ossos, etc.; e evidências genéticas baseadas nos estudos genéticos de plantas em distintos contextos geográficos, com a finalidade de compreender as suas áreas de difusão antrópica. Para Samorini (2019), as evidências indiretas são as que designa como “antropofísicas” relacionadas com alterações no material osteológico humano, a parafernália utilizada para o consumo de psicoativos, e evidências iconográficas e literárias. Assim, a presente abordagem muito deve ao trabalho de Giorgio Samorini. Todavia, é possível verificar determinadas alterações e adaptações explicitadas nos pontos seguintes, em consequência dos contextos em abordagem.

## 4 | EVIDÊNCIAS DIRETAS

Sugerimos indicar evidências diretas quando ocorrem testemunhos arqueológicos relacionados com substâncias psicoativas, como se verifica na garrafa de vidro com rolha de cortiça exumada no Mosteiro de São Vicente de Fora em Lisboa que ostenta no seu interior resíduos de bebida alcóolica (FERREIRA, 1983, p. 27) ou o cachimbo de caulino “íntacto” com presumivelmente elementos de tabaco (*Nicotiana sp.*) e testemunhos de exposição ao fogo proveniente do naufrágio Angra C nos Açores (MONTEIRO, 1999, p. 239). São, nestes contextos, que se devem proporcionar evidências físico-químicas, distintas das evidências arqueobotânicas tidas como imprescindíveis, a par das arqueozoológicas, na Arqueologia da Idade Moderna (GOMES, 2012, p. 18) e relacionadas principalmente com o estudo das propriedades alteradoras da consciência através de espécies vegetais.

As evidências físico-químicas, por sua vez, ocorrem nos casos da identificação dos princípios ativos de espécies nos tecidos orgânicos humanos, quando possível, e em cultura material, como resíduos depositados em contentores ou instrumentos, por exemplo anforetas, almofarizes e queimadores, através de cromatografias acopladas à espectroscopia de massa (LC-MS e GC-MS), ainda inéditas no sentido desta abordagem em Portugal,

mas realizados na identificação de elementos de cronologia clássica (OLIVEIRA; MORAIS, 2014). Neste âmbito, St John Simpson em estudo de 377 NMI de cachimbos provenientes da Palestina, com vista a debater os pressupostos que levantavam a utilização de cachimbos em período anterior à chegada do tabaco neste território, apenas três evidenciaram a presença de *Cannabis sativa* (SIMPSON 2000: 171). Por sua vez, pode ainda mencionar-se, neste aspeto, que estudos arqueológicos têm detetado a diferentes espécies como a cânfora (*Cinnamomum camphora*) ou a baunilha (*Vanilla sp.*) no interior de cachimbos em contextos europeus e americanos (CARMODY *et al.*, 2018, p. 646), para além de outros que sugestivamente evidenciam o consumo fumado de folhas de coca (*Erythroxylum coca*) e de cânabis, respetivamente em Inglaterra e Espanha (JUAN-TRESSERRAS, 2000, p. 265; THACKERAY, J. F.; VAN DER MERWE; N. J.; VAN DER MERWE, T. A., 2001, p. 21).

Os primeiros estudos arqueobotânicos portugueses, incidentes em contextos de cronologia moderna, foram realizadas por João Pais, no âmbito das escavações nas casas de João Esmeraldo no Funchal (1989, p. 54-59). Ainda assim, não deixa de ser mencionável a ocorrência de papoila-dormideira (*Papaver somniferum*), centeio (*Secale cereale*) e cevada (*Hordeum vulgare*), ao qual se soma o meimendro (*Hyoscyamus niger*), no povoado alto medieval de São Gens em Viseu (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 1472), e a exótica revelação de grãos de café (*Coffea arabica*) num silo desativado no século XIII em Albufeira (GOMES *et al.*, 2012, p. 62).

Deve-se, no entanto, a Paula Fernanda Queiroz os estudos arqueobotânicos de contextos modernos relacionados com duas instituições monásticas portuguesas, o Mosteiro de São João de Tarouca (2012) e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra (QUEIROZ *et al.*, 2006; QUEROZ; MATEUS, 2007). Neste último registaram-se várias espécies, como a videira (*Vitis vinifera*), o medronheiro (*Arbutus unedo*) e a artemísia/absinto (*Artemisia sp.*) utilizadas amplamente na produção de bebidas alcoólicas, em conjugação com outras, como o alecrim (*Rosmarinus officinalis*) com propriedades estimulantes, o trovisco (*Daphne gnidium*) que “provoca desmaios, suores frios e horríveis tremores em todo o corpo” (QUEIROZ *et al.*, 2006, p. 87), a papoila-vermelha (*Papaver rhoeas*) tida como detentora de propriedade narcóticas e calmantes ou a erva-moura (*Solanum sp.*) que, contendo solanina, é alucinogénica em doses elevadas.

Em diferente âmbito, surgem evidências diretas a partir de estudos de Antropologia Biológica, relacionando-os com a identificação de alterações específicas nos testemunhos osteológicos humanos, formadas através de desencadeadores de EACs. É o caso de certas malformações e/ou desgastes dentários entre os utilizadores de cachimbos (CARVALHO; WASTERLAIN, 2017, p. 1469-1479), ou das máculas enegrecidas nos consumidores de bétele, a partir da *Areca catechu* (HOCART; FANKHAUSER, 1996).

Neste sentido, “o corpo de um indivíduo morto reproduz — ou melhor, reflete — postumamente a sua personalidade social e, *lato sensu*, as disposições sociais e culturais que o envolviam e produziam” (CURATE *et al.*, 2019, p. 58) consistindo, portanto, numa fonte

à constatação de hábitos ocorridos durante a vida, registrando-se patologias que podem ocasionar EACs, embora numerosas enfermidades não causem sinais visíveis sobre os vestígios osteológicos (ANTUNES-FERREIRA; CARDOSO; SANTOS, 2013, p. 1114). Não obstante, verificam-se evidências diretas de cáries dentárias, denunciando aspectos da dieta alimentar, e osteoporose ou “graves lesões ao nível do pescoço, coluna e membros inferiores” que, para além do desgaste ósseo próprio do envelhecimento, quando se associam a grupos religiosos, podem relacionar-se com o cumprimento da oração imposta pelas regras monásticas (ANTUNES-FERREIRA; CÂNDIDO, 2017, p. 1672; SEBASTIAN: CASTRO; CODINHA, 2009, p. 107-108).

Por fim, os contextos subaquáticos, revelam uma importância acrescida no que respeita às evidências diretas, dado que estes são contextos propícios à preservação de macro-restos e espólios em bom estado de conservação, depositados sem intencionalidade (CESSFORD, 2001, p. 88-89). Neste sentido, no naufrágio designado como Angra D, novamente nos Açores, registou-se a ocorrência de mercúrio relacionado com o tratamento de sífilis (BETTENCOURT, 2017, p. 399). Paralelamente, identificou-se, a partir de estudo arqueobotânico, várias espécies comestíveis nomeadamente grainhas de uva (*Vitis vinifera*) que, aliás, se podem associar com o consumo de vinho que:

encontrava-se entre as rações alimentares mais comuns a bordo, devido à facilidade de conservação em vasilhame de madeira, onde era transportado, ao contrário da água, que era atacada por bactérias rapidamente, além de oferecer propriedades calóricas devido ao seu teor alcoólico (BETTENCOURT, 2017, p. 379).

## 5 | EVIDÊNCIAS INDIRETAS

No conjunto de evidências indiretas verificam-se principalmente testemunhos hipotéticos de EACs, como determinados arqueossítios considerados boticas e estabelecimentos de venda e/ou consumo de substâncias psicoativas. Por outro lado, objetos que requerem uma interpretação fundamentada da sua utilização, como terços e rosários, espólios com ausência de análises que possibilitem uma abordagem objetiva, ainda que surjam marcas com carácter sociocultural (PARREIRA; FRAGOSO; SOUSA, 2020), ou outros que são identificados sem marcas de utilização, como cachimbos sem evidência de exposição ao fogo. Estes refletem o que se entende por evidências indiretas, sem anular enfoques fundamentais sobre as funcionalidades utilitárias dos objetos e recorrendo a processos metodológicos apropriados (SILVA; BARGÃO; FERREIRA, 2020).

Assim, grande parte destes são alusivos à parafernália associada à presença de substâncias psicoativas, como copos de pé alto, chávenas, cachimbos, queimadores ou almofarizes, para o processamento e serviço de fontes intoxicantes, ou a miríade de utensílios para armazenamento, como garrafas, martabãs ou fôrmas de pão de açúcar. Objetos coincidentes com um processo de assimilação de produtos com procedências

exógenas, referido como Revolução Psicoativa (COURTWRIGHT, 2001, p. 2).

Diferente consideração deve ser tida para com as evidências que testemunham placebos, não surgindo oportunidade intelectual para discutir a sua validade, a realidade é que são várias as menções a propriedades curativas de objetos relacionados a indivíduos de destaque. Assim, mencionam-se as supostas peregrinações à sepultura de Dom Nuno Álvares Pereira, presente na igreja do Convento de Santa Maria do Carmo em Lisboa, com o intuito da exumação de terra com efeitos milagrosos, é pois impossível atestar-se a veracidade destes episódios. Todavia, os trabalhos arqueológicos conduzidos no local da sepultura permitiram a constatação de um oco, cujo molde se retirou com o recurso a gesso, correspondente justamente à retirada de terras desta sepultura (FERREIRA, 1999, p. 101-102).

Além dos objetos, para a consumação da “reconstituição holística do *modus vivendi*” (Gomes, 2012, p. 17) é inegável o recurso à interdisciplinaridade, devendo-se recorrer a evidências literárias que indiquem substâncias psicoativas ou episódios de EACs. Referem-se, portanto, desde memórias conventuais, livros de receitas, processos da inquisição e outros documentos coevos, a estudos como o realizado às bebidas alcóolicas e metilxantinas presentes na inauguração da estátua equestre de Dom José I em 1775 (CASTELO-BRANCO, 1983, p. 37), a indicação de “*hervas místicas*” em utilização que perduram entre gerações isoladas no interior de Portugal (PORTELA, 1918, p. 49), do mesmo modo que a análise a “mulheres fumadoras” oriundas do mundo rural baixo alentejano na primeira metade do século XX (RIBEIRO, 1969). As evidências literárias constituem testemunho fundamental de EACs, em particular naqueles relacionados com a religião, moldador notável da consciência no período em abordagem, pois:

*Ninguém duvida que no viver de um povo um dos elementos mais importantes é a religião. Domina os actos mais simples, como os mais complicados; tanto leva ao heroísmo como ao aviltamento; por ella se luta, e por ella se morre. Limitada ao que nella ha poetico, é como um luar que alumia a consciencia dos crentes, e os mantém em paz; transformada em fanatismo, origina todos os horrores, e infunde aos que abração instinctos de feras. Medianeira entre o natural e o sobrenatural, produz nos homens uma especie de abstracção da realidade, em que elles, pelo mysticismo se tornão loucos, ou se julgão inspirados. Quantos bens não podem attribuir-se á religião! Quantos males a não tem por causa! (VASCONCELLOS, 1897, p. xxvii).*

Nas evidências iconográficas, podendo mencionar-se, por exemplo, obras norte europeias que retratam o consumo de tabaco, para o estudo de evidências portuguesas primazia deve ser prestada a obras de artistas locais ou em contacto com Portugal, representações em painéis de azulejos ou noutros suportes, nomeadamente os objetos de faiança que podem representar cenas quotidianas alusivas, como um prato datado entre 1660 e 1770 que apresenta, em desenho miúdo a azul de cobalto e vinoso de manganês sobre esmalte branco, um fidalgo a fumar cachimbo (CASIMIRO, 2021, p. 139).

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registam-se diferentes modos de se verificar EACs sendo o mais reconhecido a ingestão ou inalação de substâncias psicoativas que, ao entrarem em contacto com o sistema nervoso central, alteram as funções cognitivas e sensoriais e registam-se arqueologicamente através de evidências diretas e indiretas. Este é um estado típico de alteração de consciência, identificado historicamente em associação com produtos como bebidas alcóolicas, tabaco, chá, café, ópio, entre outros.

Em adição, num território moldado por imposições religiosas, denota-se a ocorrência de episódios de meditação, pelo meio da oração, que procura privar o indivíduo de qualquer tipo de pensamentos ou estímulos exteriores a modo de “encontrar-se”, “comunicar com Deus”, ou que se associa com estar pensativo e em contemplação. Um isolamento profundo e prolongado, pode ter o efeito de alterar a percepção do indivíduo; a estadia dentro de estruturas isoladas, como ocorria com certos religiosos eremitas, pode provocar EACs que oscilam de estágios de frustração até episódios de alucinações.

Finalmente, verificam-se EACs através de problemas de carácter patológico e/ou de modo espontâneo. Neste âmbito, para além de doenças reconhecidas no período estudado, associam-se os estados entópicos, analisados desde o final do século XIX, em que o indivíduo observa de formas geométricas ou linhas sem orientação até elementos fitomórficos, zoomórficos, antropomórficos, entre outros, podendo assim relacionar-se com alguns dos milagres representados em fontes de cronologia moderna.

São estas algumas das evidências que promovem o estudo das alterações da consciência no registo arqueológico de entre o século XV a XVIII em Portugal. Resta, pois, o prosseguimento reflexivo do debate em torno dos conceitos apresentados, de modo a, entre outros, um maior entendimento de manifestações socioculturais humanas.

## AGRADECIMENTOS

Em homenagem profunda a todos aqueles que nunca duvidaram da pertinência desta abordagem em reflexão *ad aeternum*, continuando entusiasticamente a partilhar evidências de manifestações culturais, por vezes negligenciadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. de; LOTUFO NETO, F. Diretrizes metodológicas para investigar estados alterados de consciência e experiências anómalas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 21-8, 2003. DOI: 10.1590/s0101-60832003000100003.

ANTUNES-FERREIRA, N.; CÂNDIDO, M. J. A Ala Nascente do Claustro do Convento de Jesus de Setúbal: Resultados da Intervenção Arqueológica de 2015/2016. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. (eds.) **Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017. p. 1667-1674.



ANTUNES-FERREIRA, N.; CARDOSO, G.; SANTOS, F. A Necrópole Medieval/Moderno de Arruda dos Vinhos. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coords.) **Arqueologia em Portugal - 150 Anos**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013. p. 1111-1118.

APUD-PELÁEZ, I. E. Antropología, psicología y estados alterados de conciencia. Una revisión crítica desde una perspectiva interdisciplinaria. **Revista Cultura y Droga**, Manizales, Caldas, v. 22 n. 24, p. 34-58. 2017. DOI: 10.17151/culdr.2017.22.24.3.

BETTENCOURT, J. A. **Os naufrágios da baía de Angra (ilha Terceira, Açores): uma aproximação arqueológica aos navios ibéricos e ao porto de Angra nos séculos XVI e XVII**. 2018. 646 p. Tese (Doutoramento em História, especialidade Arqueologia). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/37601>. Acesso em 11 nov. 2021.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Português e latino**. vol. 5. Lisboa: na Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Português e latino**. vol. 8. Lisboa Occidental: na Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1721.

CARDEÑA, E. Altering Consciousness: Setting Up the Stage. In: CARDEÑA, E.; WINKELMAN, M. (eds.) **Altering consciousness: Multidisciplinary Perspectives. Volume 1: History, Culture, and the Humanities**. Santa Barbara, CA: Praeger. 2011. p. 1-21.

CARMODY, S. B.; KASSABAUM, M. C.; HUNT, R. K.; PRODANOVICH, N.; ELLIOTT, H.; RUSS, J. Residue analysis of smoking pipe fragments from the Feltus archaeological site, Southeastern North America. **Journal of Archaeological Science: Reports**, v. 17, p. 640-649. 2018. DOI: 10.1016/j.jasrep.2017.12.011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352409X17305370>. Acesso em 11 nov. 2021.

CARVALHO, L. M. de; WASTERLAIN, S. N. A Minha Boca Conta uma História: Abrasão Dentária e a sua Relação com Actividade e Hábitos Pessoais numa Amostra Portuguesa de Época Medieval/Moderna. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. (eds.) **Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017. p. 1469-1480. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/92017>.

CASIMIRO, T. M. What a Delightful Day: Spare Time Representation on Early Modern Portuguese Ceramics. In: BLAŽKOVÁ, G.; MATĚJKOVÁ, K. (eds.) **Europa Postmediaevalis 2020: Post-Medieval Pottery in the Spare Time**. Oxford: Archaeopress, 2021. p. 135-142. DOI:10.32028/9781789699173.

CASTELO-BRANCO, F. Vinhos na Inauguração da Estátua Equestre de D. José I. **Revista Municipal**, Lisboa, Ano XLIV, 2.<sup>a</sup> série, v. 4, n. 2, p. 37-44, 1983.

CESSFORD, C. The archaeology of the clay pipe and the study of smoking. **Assemblage: The Sheffield Graduate Journal of Archaeology**, n. 6, p. 84-112, 2001. Disponível em: <https://assemblagejournal.files.wordpress.com/2017/05/the-archaeology-of-the-clay-pipe-and-the-study-of-smoking.pdf>. Acesso em 14 nov. 2021.

CGPD - Comissão Global de Política sobre Drogas. (2019, Jun). **Classificação de Substâncias Psicoativas**: Quando a Ciência foi Deixada para Trás. Relatório de 2019. [S. l.]: CGPD, 2019. 53 p. Disponível em: <http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/classification-psychoactive-substances>. Acesso em: 13 nov. 2021.

COURTWRIGHT, D. T. **Forces of Habit: Drugs and the making of the modern world**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001. 277 p.

CURATE, F., ANTÓNIO, T., ROSA, S., & HENRIQUES, F. R. Entre a Vida e a Morte. Notas sobre a Bioarqueologia da Ermida do Espírito Santo (Almada). **Al-Madan**, Almada, II.<sup>a</sup> Série, v. 22, n. 4, p. 58-66, 2019.

DORNAN-FISH, J. Motive Matters: Intentionality, Embodiment, and the Individual. **Archaeology, Time and Mind**, v. 5, n. 3, p. 279-298, 2012. DOI:10.2752/175169712X13376094321372

FABIÃO, C. (1998). O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 1, n. 1, p. 169-198, 1998.

FERREIRA, F. E. R. Escavações do ossário de S. Vicente de Fora - Seu Relacionamento com a História de Lisboa. **Revista Municipal**, Lisboa, Ano XLIV, 2.<sup>a</sup> série, v. 4, n. 2, p. 5-36, 1983.

FERREIRA, F. E. R. Escavação da Igreja do Convento do Carmo. Relatório de escavação. **Arqueologia e História**, Lisboa, v. 51, p. 73-164, 1999.

FISCHER, R. A Cartography of the Ecstatic and Meditative States. **Leonardo**, [S. l.]: The MIT Press, v. 6, n. 1, p. 59-66, 1973. DOI:10.2307/1572429.

FITZPATRICK, S.; MERLIN, M. Introduction: Drugs from a Deep Time Perspective. In: Fitzpatrick, S. (ed.) **Ancient psychoactive substances**. Gainesville, FL: University Presses of Florida, 2018. p. 1-19.

GARCIA-ROMEU, A. P.; TART, C. T. Altered states of consciousness and transpersonal psychology. In: FRIEDMAN, H. L.; HARTELIUS, G. (eds.) **The Wiley-Blackwell handbook of transpersonal psychology**, 2013. p. 121-140. DOI:10.1002/9781118591277.ch6.

GOMES, M. V.; ANTUNES, M. T.; BALBINO, A. C; CALLAPEZ, P. M.; CRESPO, E.; LEGOINHA, P.; MEIN, P.; MOURER-CHAUVIRÉ, C.; PAIS, J. **Silo Islâmico de Albufeira (Rua Henrique Calado). Estudos arqueozoológicos e arqueobotânicos**. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, Universidade Nova de Lisboa, 2012. 97 p.

GOMES, R. V. A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal - Contributos e Problemáticas. **O Arqueólogo Português**. Lisboa, 5.<sup>a</sup> série, v. 2, p. 13-75, 2012.

GRÖSSING, G. **Die Information des Subjekts. Paradoxales Umkippen in Zeiten kopernikanischer Wenden**. Viena: Turia + Kant, 1997. 250 p.

GUERRA DOCE, E. **Las drogas en la Prehistoria: evidencias arqueológicas del consumo de sustancias psicoactivas en Europa**. Barcelona: Bellaterra, 2006. 530 p.

HOCART, C. H.; FANKHAUSER, B. Betel nut residues in archaeological samples of human teeth from the Mariana Islands. **Experientia Basel**, v. 52, n. 3, p. 281-285, 1996.

HUME, I. N. (1991). **A Guide to Artifacts of Colonial America**. Nova Iorque, NY: Vintage Books, 1991. 330 p.

JUAN-TRESSERRAS, J. La Arqueología de las Drogas en la Península Ibérica. Una síntesis de las recientes investigaciones arqueobotánicas. **Complutum**, v. 11, p. 261-274, 2000.

LEWIS-WILLIAMS, D. **The Mind in the Cave: Consciousness and the Origins of Art**. Londres: Thames and Hudson, 2002. 320 p.

LUDWIG, A. M. Altered States of Consciousness. **Archives of General Psychiatry**, v. 15, n. 3, p. 225-234, 1966.

MAGDALENO BLANCO, I. Los Estados Alterados de Consciencia: Propuesta para un Estudio Interdisciplinar. **Antropológicas**, n. especial: 6.º Congresso Internacional de Estudantes de Antropologia, p. 107-112, 1998.

MALAFOURIS, L. Metaplasticity and the Primacy of Material Engagement. **Time and Mind**, v. 8, n. 4, p. 351-371, 2015. DOI:10.1080/1751696X.2015.1111564

MONTEIRO, P. Os destroços dos navios *Angra C e D* descobertos durante a intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto de construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores): discussão preliminar. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 2, n. 4, p. 233-261, 1999.

OLIVEIRA, C.; JESUS, A.; TENTE, C.; TERESO, J. P. Estudo Arqueobotânico do Povoado Alto-Medieval de S. Gens: Perspectivas sobre a Exploração de Recursos Lenhosos e Agrícolas. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. (eds.) **Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017. p.1481-1494.

OLIVEIRA, C.; ORAIS, R. Estudos de cromatografia aplicados à arqueologia romana: apresentação de resultados preliminares. **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património**, v. XIII, p. 37-60, 2014.

PAIS, J. Macrorrestos de vegetais recolhidos no poço da Casa de João Esmeraldo. In: CARITA, R. (dir.) **Escavações nas casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo, 1989 (1.ª Fase)**. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1989. p. 54-57.

PARREIRA, C.; FRAGOSO, Í.; SOUSA, M. M. de. «Não passa por teu o que me pertence». Marcas de Individualização associadas a Faianças do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, Alcácer do Sal. In: ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A. (coords.) **Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, 2020. p. 1879-1890. DOI:10.21747/978-989-8970-25-1/arqa139.

PEREIRA, M. Plantas Medicinais e Aromáticas das Boticas Conventuais. In: MONTEIRO, F. (ed.) **Atas do Ciclo de Conferências sobre “Convento de Nossa Senhora dos Remédios e a Ordem do Carmo em Portugal e no Brasil”**, 2014, Évora: Câmara Municipal de Évora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/12471>. Acesso em: 13 nov. 2021.

PORTELA, S. Hervas místicas. **Terra Portuguesa. Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia**, n. 27-28, p. 24, 1918.

CURATE, F., ANTÓNIO, T., ROSA, S., & HENRIQUES, F. R. Entre a Vida e a Morte. Notas sobre a Bioarqueologia da Ermida do Espírito Santo (Almada). **Al-Madan**, Almada, II.ª Série, v. 22, n. 4, p. 58-66, 2019.

QUEIROZ, P. F. Estudos Arqueobotânicos no Mosteiro de São João de Tarouca (Viseu). **Al-Madan**, Almada, II.ª Série, v. 17, n. 1, p. 74-100, 2012.

QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. E. **Santa Clara-a-Velha: O Quotidiano para além da Ruína - As plantas do Mosteiro**. Lisboa: CIPA-IPA. Trabalhos do CIPA n.º 108, 2007.

QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. E.; PEREIRA, T.; MENDES, P. **Santa Clara-a-Velha: O Quotidiano para além da Ruína - Primeiros Resultados da Investigação Paleoecológica e Arqueobotânica**. Lisboa: CIPA-IPA. Trabalhos do CIPA n.º 97, 2006.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology Essentials: theories, methods, practice**. 7th ed. Londres: Thames & Hudson, 2016. 672 p.

RIBEIRO, M. Mulheres Fumadoras. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. XXI. p. 231-242, 1969.

RIBEIRO, O. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico**. Lisboa: Letra Livre, 2011 [1945]. 188 p.

SAMORINI, G. The oldest archaeological data evidencing the relationship of Homo sapiens with psychoactive plants: A worldwide overview. **Journal of Psychedelic Studies**, v. 3, p. 63-80, 2019.

SANTOS, H. V.; FALCÃO, T. M. Castelo de Amieira: diálogos entre a arqueologia, a arquitectura e uma certa *arqueologia sentimental*. **Estudos/Património**, v. 10, p. 148-154, 2007.

SEBASTIAN, L.; BRÁS, P. **Mosteiro de São João de Tarouca: História, Arquitetura e Quotidiano**. Lamego: Direção Regional de Cultura do Norte / Museu de Lamego / Vale do Varosa, 2015. 43 p.

SEBASTIAN, L.; CASTRO, A. S. e; CODINHA, S. Os monges exumados na Sala do Capítulo do Mosteiro de S. João de Tarouca: séculos XVII-XVIII. Considerações histórico-geográficas, arqueológicas e paleobiológicas. **Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património**, v. 4, n. 3, p. 91-113, 2009.

SILVA, R. B. da, BARGÃO, A.; FERREIRA, S. da C. Arqueologia Moderna em Portugal: algumas reflexões críticas sobre a quantificação de conjuntos cerâmicos e suas inferências históricas e antropológicas. In: ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A. (coords.) **Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, 2020. p. 1721-1732. DOI:10.21747/978-989-8970-25-1/arq128.

SIMPSON, St J. The clay pipes. In: HARPER, R. P.; PRINGLE, D. (eds.) **Belmont Castle: The Excavation of a Crusader Stronghold in the Kingdom of Jerusalem**. Oxford: Oxford University Press. British Academy Monographs in Archaeology, 10, 2000. p. 147-171.

SOUSA, M. M. de. **As Evidências dos Estados Alterados de Consciência no Registo Arqueológico da Idade Moderna em Portugal**. Orientadora: Rosa Varela Gomes. 2020. xvi + 420 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/97995>. Acesso em 11 de nov. 2021.

SOUZA, E. S. Catolicismo Ilustrado e Feitiçaria. Resultados e paradoxos na senda da libertação das consciências. **CEM/Cultura, Espaço & Memória**, v. 3, p. 45-62, 2012.

STUM, D. **O Comércio do Açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)**. Rio de Janeiro: Versal. 2012. 568 p.

TART, C. T. **Altered States of Consciousness. A Book of Readings**. Nova Iorque, NY: Wiley & Sons, 1969. vi + 575 p.

TEIXEIRA, A.; TORRES, J. B.; BETTENCOURT, J. The Atlantic Expansion and the Portuguese in the Early Modern Age: An Archaeological Approach. In: FUNARI, P. P. A.; SENATORE, M. X. (eds.) **Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America**. Heidelberg: Springer International, 2015. p. 19-38.

THACKERAY, J. F.; VAN DER MERWE, N. J.; VAN DER MERWE, T. A. Chemical analysis of residues from seventeenth-century clay pipes from Stratford-upon-Avon and environs. **South African Journal of Science**, v. 97, n. 1, p. 19-21, 2001.

VAITL, D.; BIRBAUMER, N.; GRUZELIER, J.; JAMIESON, G. A.; KOTCHOUBEY, B.; KÜBLER, A.; LEHMANN, D.; MILTNER, W. H. R.; OTT, U.; PÜTZ, P.; SAMMER, G.; STRAUCH, I.; STREHN, U.; WACKERMANN, J.; WEISS, T. Psychobiology of Altered States of Consciousness. **Psychological Bulletin**, v. 131, n. 1, p. 98-127, 2005. DOI:10.1037/0033-2909.131.1.98.

VASCONCELLOS, J. L. de. **Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal**, v. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

WINKELMAN, M. A Paradigm for Understanding Altered Consciousness: The Integrative Mode of Consciousness. In: CARDEÑA, E.; WINKELMAN, M. (eds.) **Altering consciousness: Multidisciplinary Perspectives. Volume 1: History, Culture, and the Humanities**. Santa Barbara, CA: Praeger. 2011. p. 23-41.

## A CONTRIBUIÇÃO DA EPIGRAFIA LATINA PARA O ESTUDO DOS LIBERTOS NO IMPÉRIO ROMANO

Data de aceite: 01/03/2022

**Filipe Noé da Silva**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP)  
ORCID: 0000-0001-5075-0131

**RESUMO:** O presente capítulo discute o uso das inscrições latinas como fonte histórica e arqueológica para o estudo dos libertos no Império Romano. Após examinar a historiografia moderna concernente aos alforriados romanos, é proposta uma breve digressão a respeito do desenvolvimento da epigrafia. Em seguida, são destacadas as contribuições do documento epigráfico para uma compreensão mais acurada sobre as relações pessoais e o cotidiano de mulheres e homens egressos da servidão no Império Romano. Ao final, são sugeridas algumas bases de dados digitais que possam, eventualmente, contribuir para o estudo da epigrafia latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epigrafia Latina; Escravidão Antiga; Alforrias; Libertos; Império Romano.

### THE CONTRIBUTION OF LATIN EPIGRAPHY TO THE STUDY OF FREEDMEN IN THE ROMAN EMPIRE

**ABSTRACT:** This paper discusses the use of Latin inscriptions as historical and archaeological sources to the study of freedmen in the Roman Empire. After examining the modern historiography

concerning the Roman former slaves, a brief digression on the historical development of Epigraphy is proposed. Then, the contributions of epigraphic document are highlighted due to its accuracy to a better understanding of the personal relationships and daily lives of Roman freedmen and freedwomen. In conclusion, we suggest some digital databases that could contribute to the study of Latin Epigraphy.

**KEYWORDS:** Latin Epigraphy; Ancient Slavery; Manumissions; Freedmen; Roman Empire.

### 1 | INTRODUÇÃO

Há um século, Mikhail Rostovtzeff (1922) salientava a importância da Arqueologia para o estudo da Antiguidade: mais do que simplesmente ilustrar o que foi dito pelo documento escrito, o artefato material possuiria o mesmo grau de importância que as fontes textuais. Em constante ampliação (Funari 2003), a fonte arqueológica, mais democrática que a documentação escrita, é compatível, também, com o estudo das populações subalternas e marginalizadas da Antiguidade (Garraffoni 2008), de modo a contemplar a experiência histórica das mulheres, dos pobres, escravizados e alforriados: estes últimos, por sua vez, constituem o objeto de estudo deste capítulo.

### 2 | A CONDIÇÃO PARADOXAL DOS LIBERTOS NO IMPÉRIO ROMANO

Em 1980, o historiador Moses I. Finley

publicou a obra *Ancient Slavery and Modern Ideology*: livro que servirá de ponto de partida para este estudo. Publicado há quatro décadas, o tomo em questão concatenava argumentos apresentados em publicações anteriores (Finley 1959; Finley 1964), e apontava, entre outras coisas, três constatações a respeito do estudo da escravidão praticada na Grécia e Itália antigas. A primeira sugeria o reconhecimento da condição marginalizada, de *outsider*, das pessoas escravizadas nessas sociedades. A segunda, como demonstrou Palmeira (2021), constatava a transposição, por vezes acrítica, de valores e conceitos modernos no estudo da escravidão antiga. A terceira, e mais conhecida, comparava, em proporção e importância, a escravidão praticada por gregos e romanos da Antiguidade às sociedades escravistas modernas, evidenciadas no Brasil, nos Estados Unidos e no Caribe (Finley, 1980).

Dentre as críticas dirigidas às teorias de Finley (1980), sobretudo referentes aos pressupostos demográficos e quantitativos que embasam sua proposta de sociedade escravista (Bradley 1994; Joly 2013), pode-se reconhecer, também, certo ceticismo quanto ao predomínio de uma leitura sobre a escravidão antiga (e moderna) centrada apenas em seus aspectos produtivos. Na esteira dos estudos de Igor Kopytoff (1982) e Orlando Patterson (1982), de modo a tornar patente sua singularidade histórica, a escravidão romana tem sido investigada, inclusive no Brasil, enquanto um processo “*que abarca as etapas de escravização, escravidão e manumissão (...), e que se prolonga até mesmo após o ato formal da alforria, com limites e possibilidades de ação para os descendentes dos libertos*” (Joly 2013, p.39).

Convém destacar, no entanto, que no Império Romano dos primeiros séculos o processo que abarcava a escravização, manumissão e posterior reinserção social dos alforriados, além da eventual concessão da cidadania aos libertos, não foi algo inerte ou imutável. Ao contrário, a época de Augusto, em particular, testemunhou mudanças significativas no que se refere à amplitude das manumissões e dos direitos civis assegurados às pessoas alforriadas: sobretudo a cidadania romana (Silva 2021).

Conforme demonstrado nos estudos de Alföldy (1973) e Mouritsen (2011), muitas investigações aderiram à hipótese de que o período republicano, anterior a Augusto, distribuía um número significativo de manumissões e concessões de cidadania às populações escravas. As leis promulgadas por Augusto, no entanto, restringiram tanto as manumissões quanto as distribuições da cidadania romana aos alforriados. A *Lex Fufia Caninia* (2 a.C.) e a *Lex Aelia Sentia* (4 d.C.), entre outras coisas, atribuíam restrições quantitativas e qualitativas para a efetivação das alforrias dos escravos romanos (Joly 2011; Mouritsen 2011).

A lei *Fufia Canina*, com efeito, restringiu a quantidade de escravos a serem manumitidos dentro de uma mesma casa. Buckland (1908), estudioso das leis romanas concernentes à escravidão, apresenta-nos a seguinte configuração a respeito da lei promulgada em 2 a.C.:



(...) uma pessoa proprietária de dois escravos poderá manumitir ambos em seu testamento, entre 2 e 10 [escravos], metade; entre 10 e 30 [escravos], um terço; entre 30 e 100 [escravos], um quarto; entre 100 e 500 [escravos], um quinto, mas nunca poderá alforriar mais de uma centena (Buckland 1908, p.547. Tradução nossa).

A *Lex Aelia Sentia* (4 d.C.) também modificou as alforrias no primeiro século. Sua proposta restringia o número de manumissões e, ao mesmo tempo, limitava a outorga da cidadania às pessoas egressas da servidão. Conforme demonstrado nas *Regulae* (l. 11-13) de Ulpiano, a referida lei: proibia os proprietários menores de vinte anos de alforriar os seus escravos e, ao mesmo tempo, vetava a cidadania romana aos libertos que possuíssem, na data de sua libertação, menos de trinta anos de idade. Tampouco os escravos outrora condenados, cujos corpos tivessem sido marcados pela servidão, ou pelo histórico de envio à tortura ou à luta de gladiadores, poderiam, conforme os desígnios da *Lex Aelia Sentia*, gozar dos benefícios assegurados pela cidadania (Ulp. *Regulae*. I, 11).

A *Lex Aelia Sentia*, portanto, assegurava a liberdade a inúmeras pessoas escravizadas. Porém, ao contrário de concedê-las a cidadania, colocava-as à mesma condição jurídica do estrangeiro derrotado e que se rendeu aos romanos, os chamados *peregrini dediticii* (Mouristen 2011, p.33). A proximidade entre manumissão e cidadania, por fim, também foi comprometida pelo decreto da *lex Iunia*. Promulgada, ao que tudo indica (Lopez Barja 1998; Koops 2014), no ano de 17 a.C., a lei em questão assegurava às pessoas alforriadas de maneira informal (*inter amicos*), ou sob a proteção de um pretor, a condição de *Latinus Iunianus* e não mais a condição de cidadão romano (Lopez Barja 1998; Koops 2014).

A categoria dos *latini iuniani* foi criada em uma alusão direta aos habitantes das colônias latinas. Os indivíduos nesta condição podiam atuar de maneira formal no âmbito do comércio (*ius commercium*), mas estavam proibidos, por exemplo, de contrair bodas (*ius conubium*) de maneira oficial. Impossibilitados de produzirem testamentos, tampouco legavam propriedades ou qualquer prerrogativa de cidadania a seus herdeiros, uma vez que “(...) suas posses, ao morrerem, voltavam ao patrono” (Joly 2011, p.70).

Convém salientar que o sistema político inaugurado por Augusto, talvez de maneira paradoxal, também colaborou para a integração social dos libertos na sociedade romana (Joly 2013). Com efeito, os imperadores da dinastia Júlio-Cláudia nomearam *libertini* para cargos relacionados à administração imperial. Em paralelo ao *cursus honorum*, de origem republicana e destinado aos *ingenui*, aos libertos, foi oferecida a oportunidade de participar da estrutura imperial: inúmeros libertos assumiram as funções de *a libellis*, *libertus a studiis*, *libertus a cognitionibus*, *ab epistulis* e *a rationibus* (Mouritsen 2011). Alguns desses libertos chegaram mesmo a influenciar nas decisões dos imperadores: a suposta submissão de Cláudio a seus libertos, Palas e Narciso, é paradigmático. De acordo com Suetônio, este imperador era manipulado por uma verdadeira facção formada por libertos e mulheres, diante dos quais agia não como um *princeps*, mas como um submisso - *non principem se, sed ministrum egit* (Suet. *Cl.* 29.01).

A liberdade dos *serui* e *seruae*, na prática, conduzia as pessoas escravizadas do mais profundo ostracismo cívico à possibilidade real de integração social e política (Andreau 1991; Mouritsen 2011). Aspectos relacionados aos seus aspectos laborais e econômicos, bem como suas relações sociais e até políticas podem ser evidenciadas nos mais diversos suportes epigráficos (Alföldy 1973). Produzidas sobre materiais duráveis de diversos tipos, as inscrições são documentos históricos transmitidos de maneira direta (Cancelas 2014) e carregam consigo pormenores sobre a vida e ação de libertos e libertas que vão além das leituras normativas a respeito desses indivíduos.

### 3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA EPIGRAFIA

Considerada, noutros tempos, uma ciência auxiliar da História, a epigrafia, assim denominada a partir do grego antigo ἐπιγράφειν/*epigraphēin*, está voltada ao estudo das inscrições aplicadas sobre materiais duráveis, tais como: lápides funerárias, telhas, vasos cerâmicos e fragmentos metálicos (Silva 2021). Ainda que o interesse científico pelas inscrições tenha se consolidado apenas em meados do século XIX, com a composição dos diversos volumes do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, o interesse pelo estudo das inscrições remonta à Antiguidade: além de documentos epigráficos oriundos da Mesopotâmia e China antigas (Schnapp 1996), outras fontes antigas como Heródoto, Cícero, Tito Lívio, e até mesmo o evangelho de João (19:19), recorrem às inscrições aplicadas sobre suportes de natureza e finalidades distintas (Andreu 2009).

As inscrições registradas em manuscritos medievais também foram fundamentais para o acúmulo de conhecimento que resultou na consolidação da epigrafia moderna (Buonocore, 2015). Encontrado em uma biblioteca religiosa de Einsiedeln, no ano de 1683, o anônimo *Codex Einsiedelnensis* 326<sup>1</sup>, por exemplo, foi produzido entre os séculos IX e X e apresenta diversas inscrições antigas, com referência aos locais e aos monumentos onde as mesmas teriam sido aplicadas (Buonopane 2009; Buonocore 2015). Desprovido das exigências científicas dos manuais modernos de epigrafia, o manuscrito suíço, conforme Buonopane (2009), apresenta fidedignidade em relação às inscrições observadas em Roma e em Pavia. Sua importância para o estudo da epigrafia, ademais, reside no fato de que algumas de suas inscrições e suportes terem desaparecido ao longo dos séculos sem que fossem registrados noutros catálogos e coleções. Essa condição foi observada por Theodor Mommsen (1817-1903) e outros epigrafistas do século XIX que também utilizaram os manuscritos para o estudo da epigrafia na feitura de seus respectivos catálogos epigráficos (Buonocore, 2015; Silva 2021).

Registros epigráficos também podem ser observados nas obras de arte dos estudiosos do Renascimento. Imbuídos de um interesse antiquário, muitos intelectuais renascentistas dedicaram-se ao estudo e colecionismo da literatura, arte e arquitetura da

1 Disponível em: [www.e-codices.ch/it/sbe/0326/68r/0/Sequence-1016](http://www.e-codices.ch/it/sbe/0326/68r/0/Sequence-1016). Acesso em: 04/01/2022

Antiguidade Clássica (Trigger 2004; Dyson 2006; Funari 2011). Estudiosos como Cola di Rienzo (1313-1354), Ciríaco de Ancona (1391-1450) e Jacopo Bellini (1400-1464), entre outros, em suas viagens, copiaram inscrições e realizaram ilustrações de monumentos e suportes epigráficos antigos que ainda eram visíveis em sua época, mas que com o passar dos séculos se perderam (Buonopane 2009).

Uma conhecida inscrição de Este (CIL V, 02528), ilustrada no fólio 44 do livro de ilustrações de Jacopo Bellini (**Imagem 01**), não chegou à posteridade e encontra-se perdida nos dias atuais (Fasolini 2019). Seu registro e posterior inclusão no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, no entanto, são tributárias da ilustração proposta por Bellini no século XV, e de outras<sup>2</sup> obras e publicações posteriores que também fizeram uso desta inscrição com eventuais modificações (Fasolini 2019).

Com o objetivo de inventariar todas as inscrições latinas encontradas nos antigos territórios do Império Romano. Os volumes do *Corpus Inscriptionum Latinarum* foram elaborados a partir de divisões territoriais e ficaram sob a responsabilidade de estudiosos como Herman Dessau (1856-1931), Emil Hübner (1834-1901), René Cagnat (1852-1937), Eugen Bormann (1842-1917) entre outros. Em sua composição também foram utilizadas coleções e compilações epigráficas dispersas, elaboradas de maneira local por distintos epigrafistas, colecionistas e antiquários. Para tanto, o projeto capitaneado por Mommsen (1817-1903) empreendeu uma análise crítica e pormenorizada de todas as inscrições, diferenciando o material epigráfico e suas eventuais falsificações (Pérez-González 2018).

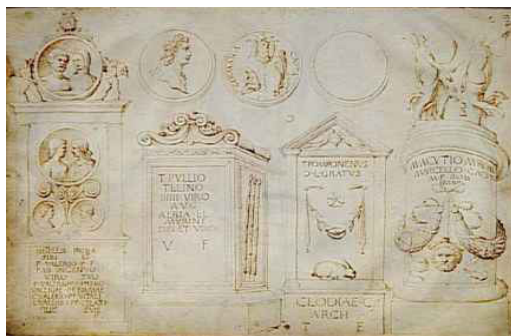


Imagem 01: Três pedras funerárias romanas e um altar; Sestércio de Domiciano. Ilustração de Jacoppo Bellini, Fólio 44. Musée du Louvre.

Foto: Wikimedia Commons.

Para o estudo dos/das alforriados/as no Império Romano, a epigrafia pode mesmo ser considerada indispensável. Registradas em epitáfios e monumentos, as inscrições associadas às pessoas de origem servil apresentam pormenores referentes sobre a experiência social, familiar e religiosa das pessoas alforriadas. O recurso ao documento

<sup>2</sup> Utilizada em outras obras, a referida inscrição é conhecida sobretudo pelo afresco narrando a *Storia di San Giacomo* (1447-1456) pintado por Andrea Mantegna (1431-1506), genro de Bellini, na Capella Ovetari da Igreja dos *Eremitani*, em Pádua

epigráfico se justifica, também, pelo fato de parte significativa da tradição textual antiga ter sido produzida por indivíduos que gozavam de pleno direito (Cancelas 2014) e que, não raro, disseminavam, por meio de seus escritos, uma perspectiva favorável à dominação e repleta de estereótipos negativos sobre as pessoas escravizadas ou egressas da servidão (Joshel 1992; Mouritsen 2011; Cancelas 2014; Silva 2021).

Devido à constante tentativa de dissimular sua posição social nos registros epigráficos (Remesal 2011), a (complexa) identificação de libertos e libertas nas inscrições tem sido realizada a partir do uso de um ou mais critérios. A presença de termos e abreviaturas como ‘*L(ibertus)*’, ‘*L(iberta)*’, ‘*LIB(erta)*’ *LIB(ertus)*’, sem dúvida, é o indicador mais preciso de um indivíduo egresso da escravidão, uma vez que há uma alusão explícita e incontestável à sua condição de liberto/a.

Na ausência dessa informação, no entanto, outros critérios também têm sido mobilizados, de maneira isolada ou em conjunto, para a identificação dos/das alforriados/as nas inscrições latinas: a ausência de menção à filiação a presença do *patronus* (ou *patrona*) e o uso, nas províncias latinas do Império Romano, de *cognomina* de origem grega. Em conjunto, de acordo com José D’Encarnação (2013), tais características podem indicar a presença de um indivíduo de origem servil: “*Sempre que alguém se identifica pelos tria nomina, e o cognome é etimologicamente grego, omitindo-se a filiação – temos fortes probabilidades de estar em presença de um liberto*” (D’Encarnação, 2013. p.17). A súbita vinculação da nomenclatura grega à escravidão, entretanto, pode se mostrar imprecisa e errônea no processo de identificação dos ex-escravos no Império Romano (Bruun 2015). A seguir, tentar-se-á demonstrar, ainda que de maneira breve, algumas das potencialidades do documento epigráfico para uma melhor compreensão sobre a vida dos libertos.

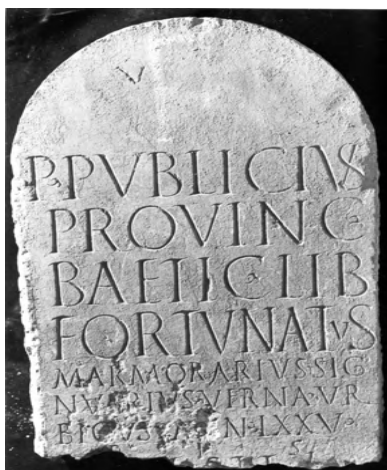
#### 4 | OS LIBERTOS NAS INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS: APROXIMAÇÕES

Utilizada em lápides, a inscrição funerária constitui a maioria (cerca de 90%) da documentação epigráfica catalogada no *CIL* referente à cidade de Roma: proporções similares também podem ser evidenciadas em contextos provinciais (Andreu 2009). Além do estudo da onomástica e da mobilidade social, as inscrições sepulcrais, como demonstrado por Andreu (2009), apresentam aspectos demográficos e religiosos referentes aos antigos romanos. Distintas entre si, as inscrições funerárias latinas, de acordo com Lassère (2005), carregariam consigo três objetivos principais: assegurar a propriedade sobre o sepulcro, outorga-lo um semblante de consagração e perpetuar a recordação dos indivíduos sepultados (Lassère 2005).

Andreu (2009) salienta o aspecto de autorrepresentação subjacente às inscrições funerárias: cada monumento funerário, dotado de inscrição e eventualmente as representações iconográficas da pessoa sepultada (Hope 2003), carrega consigo a pretensão de tornar perene, comunicar (Funari & Omena 2015), a individualidade da pessoa

sepultada. Em um conhecido excerto do *Satyricon* de Petrônio (*Sat.* LXXI. 08-12), ainda que de maneira caricaturesca, o liberto Trimalquião elenca a seu arquiteto Habinas uma série de elementos que deveriam compor seu futuro monumento funerário<sup>3</sup>, com ênfase em símbolos, estátuas, um relógio e até mesmo a inscrição de seu epitáfio (Petron. *Sat.* LXII, 12). É imperativo reconhecer, entretanto, que nem todos os libertos foram ricos ou a ponto de poderem escolher os pormenores de suas respectivas sepulturas. Ao contrário, mesmo depois de alforriados, os libertos ainda estavam sujeitos à obrigatoriedade do *obsequium* e das *operae*, de modo que sua dependência e subordinação ao proprietário escravista permanecia mesmo depois da manumissão (Andreau 1989).

Uma inscrição funerária (CIL II<sup>2</sup>/7, 00301) encontrada em *Corduba*, produzida entre os anos de 131 e 170 d.C., permitirá uma aproximação das características da epigrafia funerária latina. Devido às características biográficas presentes no epitáfio, também será possível inferir aspectos referentes à trajetória pessoal e profissional de um homem egresso da escravidão:



P(ublius) Publicius / provinc(iae) / Baetic(ae) lib(ertus) / Fortunatus / marmorarius sig(nu)arius verna ur(bicus) ann(or)um LXXV / p(ius) i(n) s(uis) / [h(ic) s(itus)] e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis).

(CIL II<sup>2</sup>/7, 00301). **Local:** *Corduba*. **Data:** 131-170 d.C.

**Dimensões:** Alt. 49,5 cm; Larg. 33 cm; Prof. 10 cm.

Aqui jaz Públio Públio Fortunato, liberto da província da Bética. Marmorista escultor. Escravo da cidade de Roma. Setenta e cinco anos. Leal aos seus. Que a terra lhe seja leve.

(Tradução nossa).

Imagem 02: Estela funerária de P. Públio Fortunato.

Foto: *Manfred Clauss Epigraphik Datenbank*

<sup>3</sup> Exigências similares referentes à construção, decoração, manutenção e culto a serem realizados em um monumento funerário podem ser observadas, por exemplo, no chamado *Testamento de Lingões* (CIL XIII, 05708). A transcrição e tradução do referido documento pode ser consultada em: REMESAL, José. "In perpetuum dicitur". Un modelo de fundación en el Imperio Romano. "Sex. Iulius Frontinus, Iulius Sabinus" y el Testamento de Lingón (CIL XIII 5708). *Gerión*. n.º13. Universidad Complutense. Madrid, 1995. p.99-126.

A presença dos dizeres *S(it) T(ibi) T(erra) L(evis)*, *Que a terra lhe seja leve*, e *H(ic) S(itus) E(st)*, *Aqui está depositado, aqui jaz*, são características comuns das inscrições funerárias e também podem ser evidenciadas na lápide de *Corduba*. A utilização de adjetivos, à maneira de um elogio fúnebre, ajuda a compor a expressão de perda (Funari & Omena 2015): na lápide em questão, o falecido é adjetivado como *P(ius) i(n) s(uis)*, *Piedoso entre os seus*. De acordo com Blanco Robles (2021), este epíteto, bem como *carus in suis*, teria sido utilizado de maneira abundante na província *Hispania Ulterior Baetica*, território onde foram encontradas 92% das evidências epigráficas com estes dizeres (Blanco Robles 2021).

A inscrição apresenta informações precisas quanto à condição social de Públio Públio Fortunato: o termo *verna Urbicus* atesta que o personagem em questão era um escravo oriundo da cidade de Roma. Apesar da possibilidade de sua morte ter ocorrido um pouco antes, ou depois, da idade de 75 anos indicada na inscrição (Andreu 2009), a presença da palavra *lib(ertus)* tampouco deixa dúvidas quanto à sua condição de alforriado no momento de sua morte. Em termos onomásticos, o *nomen* Públio (*Publicius*), derivado de *publicus* e possivelmente adquirido no momento da manumissão (Luciani 2017), mas também o uso de *provinciae Baeticae*, registrado em caso genitivo, sugerem que este ex-escravo foi um liberto público atuante na província hispânica. A menção explícita às profissões, neste caso ao ofício de *marmorarius signuarius*, referente à elaboração de objetos em mármore (Gimeno Pascual 1988), para Joshel (1992), era comum aos epitáfios de libertos/as e objetivava assegurar à posteridade, tornar perene sua importância social por meio da profissão (Silva 2021).

A alienação e desenraizamento sociais provocados pela escravidão (Patterson 1982) também se fizeram sentir entre os romanos. O casamento e a maternidade eram privilégios restritos às pessoas nascidas livres (*ingenui*). Aos libertos e libertas restava-lhes o *contubernium*, uma associação conjugal excepcional que só era permitida sob a anuência do proprietário escravista. Do mesmo modo, enquanto propriedade de outrem, as filhas e os filhos gerados em um ventre escravizado tornavam-se *vernae* e estavam sujeitos a quaisquer interesses do senhor de escravos. Verdíco ou não, o episódio narrado por Apuleio (*Met.* VIII. 22) sobre este tema tem um desfecho trágico: assassinato, suicídio e execução. A partir da documentação epigráfica, no entanto, é possível observar que mesmo submetidos a inúmeras sujeições e empecilhos sociais, a população egressa da escravidão também poderia constituir laços familiares. Este é o caso, entre tantos outros, da liberta Mena Melissa, cujo altar funerário apresenta inscrições (CIL VI, 0021805) e representações iconográficas referentes a si própria e à sua família:



**Maenae** L(uci) l(ibertae) Mellusae uxori / C(aius) Genucius Delus et sibi /

<Coluna 1> Dextro f(ilio) / v(ixit) m(ensibus) XI /

<Coluna 2> Sacerdo(ti) / f(ilio) v(ixit) m(ensibus) III / d(iebus) X.

(CIL VI, 0021805). **Local:** Roma. **Data:** 31-70 d.C. **Dimensões:** Alt. 100 cm; Larg. 54 cm.

Caio Genúcio Delo fez (este altar funerário) para a esposa Mena Melissa, liberta de Lúcio, e para si próprio.

<Coluna 1> Para o filho Destro, que viveu por onze meses.

<Coluna 2> Para o filho Sacerdote, que viveu por três meses e dez dias.

(Tradução nossa).

Imagem 03: Apógrafo do altar funerário dedicado à liberta Mena Melissa e seus filhos.

Foto: *British Museum*.

No Império Romano, a reprodução biológica da escravidão foi pensada sob uma perspectiva matrilinear (Patterson 1982). Em uma conhecida passagem preservada no Digesto (I.5.5.) o jurista Marciano esclarecia que os escravizados seriam os indivíduos derrotados e capturados em situações de guerra, ou aquelas e aqueles que "(...) nasceram de nossas escravas" (*ex ancillis nostris nascuntur*). Ao constatarmos que o Direito Romano associava a servidão feminina à procriação, é *profícuo* reconhecer que as múltiplas formas de violência física, simbólica e psicológica impostas às mulheres torna a escravidão feminina distinta daquela experimentada pelos homens (Cancelas 2014).

O estabelecimento de vínculos familiares por parte das pessoas de origem servil, neste caso, representaria uma forma de resistência e até mesmo de afronta à instituição escravista (Cancelas 2014). Apesar do falecimento precoce dos filhos Destro e Sacerdote, o caso da liberta Mena Melissa, representada em uma cena afetuosa com seus descendentes, parece convergir com a ideia de que a vida das pessoas escravizadas poderia encontrar



linhas de fuga, apesar de toda a objetificação e violência preconizadas pela instituição escravista.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximarmos-nos da vida e cotidiano dos libertos romanos a partir das inscrições, é possível conhecê-los sob uma perspectiva não normativa e que valoriza o cotidiano, os ofícios, as relações sociais e projetos de vida de mulheres e homens egressos da servidão. Nos dias atuais, muitos centros de pesquisa em epigrafia latina (mas não apenas) mantêm-se atualizadas e oferecem acesso ilimitado às inscrições latinas por meio digital.

Como demonstrou Pérez-González (2018), iniciativas como a EDCS<sup>4</sup>, mantida por Manfred Clauss, Anne Kolb, Barbara Woitas e Wolfgang Slaby, a *Epigraphic Database Roma* (EDR), o acervo epigráfico da Universidade de Heidelberg<sup>5</sup>, a *Hispania Epigraphica*<sup>6</sup> e a *Epigraphia 3D*<sup>7</sup>, entre outras bases, congregam volumes integrais ou parciais do *CIL* e outros referenciais epigráficos. O site *Roman Open Data* elaborado pelo CEIPAC, da Universitat de Barcelona, oferece acesso a mais de quarenta mil inscrições de tipo anfórico organizadas de maneira relacional, interativa e em incidências territoriais.

Em atuação constante, a Arqueologia, dia após dia, produz novos dados epigráficos. Se no século XIX a epigrafia, então sob a chancela de René Cagnat (1852-1937) e outros estudiosos responsáveis pela Arqueologia no Norte da África, carregava consigo propósitos colonialistas (Leppeley 2016), nos dias atuais, as inscrições representam a possibilidade de uma História Antiga mais democrática e consciente das múltiplas formas de desigualdade social do presente e do passado.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTAÇÃO ANTIGA

APULEIO. **O Asno de Ouro**. Edição Bilingue. Tradução de Ruth Guimarães. São Paulo: Editora 34, 2019.

CIL II<sup>2</sup>/7. **Corpus Inscriptionum Latinarum II: Inscriptiones Hispaniae Latinae, editio altera, pars VII. Conventus Cordubensis**. A.U. Stylow (Editor) Berlim/Nova Iorque, 1995.

CIL VI. **Corpus Inscriptionum Latinarum VI: Inscriptiones Urbis Romae Latinae**. HENZEN, G; DE ROSSI, I.B; BORMANN, E; HUELSEN, C; BANG, M. (*et al.*) Editors. Berlim, 1876.

DIGESTO DE JUSTINIANO. **Liber Primus**. Tradução de Hécio Maciel França Madeira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

<sup>4</sup> *Epigraphischen Datenbank Clauss-Slaby*: [www.manfredclauss.de/](http://www.manfredclauss.de/)

<sup>5</sup> *Epigraphische Datenbank Heidelberg*: [edh-www.adw.uni-heidelberg.de/home?lang=en](http://edh-www.adw.uni-heidelberg.de/home?lang=en)

<sup>6</sup> *Hispania Epigraphica*: <http://eda-bea.es/>

<sup>7</sup> *Epigraphia 3D*: <http://www.epigraphia3d.es/>

PETRONIUS, SENECA. **Satyricon. Apocolocyntosis**. Translated by Michael Heseltine. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1913.

SUETONIUS. **Lives of the Caesars**. Volume I. Translated by J. C. Rolfe. Loeb Classical Library 31. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

ULPIANO. **Regras de Ulpiano**. Edição bilingue. Introdução, texto, tradução e notas de Gaetano Sciascia. São Paulo: Siqueira, 1952.

## REFERÊNCIAS

ALFÖLDY, Géza. La manumisión de esclavos y la estructura de la esclavitud en el Imperio Romano. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. N.º 09. 1973, p.99-123.

ANDREAU, Jean. O liberto. In: GIARDINA, Andrea. (Organizador). **O homem romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p.146-165.

ANDREU, Javier Pintado. **Fundamentos de Epigrafia Latina**. Madrid: Liceus, 2009.

BLANCO ROBLES, Fernando. Las formulas epigráficas *pius (in) suis et carus (in) suis* ¿indicadores de dependencia personal? *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie II Historia Antigua. (34). 2021. p.157-180. DOI: <https://dx.doi.org/10.5944/etfii.34.2021.29507>

BRADLEY, Keith. **Slavery and society at Rome**. Cambridge: University Press, 1994.

BRUUN, Christer. Slaves and Freed Slaves. In: BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan (Editors). **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. Oxford: University Press, 2015. p.605-626.

BUCKLAND, William Warwick. **The Roman law of Slavery**. The condition of the slave in private law from Augustus to Justinian. Cambridge: University Press, 1908.

BUONOCORE, Marco. Epigraphic research from its inception: the contribution of manuscripts. In: BRUUN, Christer; EDMONDSON, Jonathan (Editors). **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. Oxford: University Press, 2015. p.21-41.

BUONOPANE, Alfredo. **Manuale di epigrafia latina**. Roma: Carocci, 2009.

CANCELAS, Carla Rubiera. **La esclavitud femenina en la Roma antigua**. *Famulae, ancillae et seruae*. Oviedo: Ediciones Trabe, 2014.

D'ENCARNAÇÃO, José. **Introdução ao estudo da epigrafia Latina**. 4ª Edição. Cadernos de Arqueologia & Arte. Coimbra: Faculdade de Letras, 2013.

DYSON, S.L. **In pursuit of ancient pasts**. A History of Classical Archaeology in the Nineteenth and Twentieth Centuries. New Haven & London: Yale University Press, 2006.

FASOLINI, Donato. Le iscrizioni dell'album del Louvre di Jacopo Bellini. Una fonte attendibile per iconografia e iconografia ? *Antichistica / Storia ed epigrafia*. Vol.24/07. Edizioni Ca'Foscari, 2019. p.112-129.

FINLEY, M. I. Was Greek Civilization Based on Slave Labour? *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte* 8, no. 2. 1959. p.145–164.

FINLEY, M. I. Between Slavery and Freedom. *Comparative Studies in Society and History* 6, no. 3. 1964. p.233–249.

FINLEY, M.I. **Ancient Slavery and Modern Ideology**. New York: The Viking Press, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade Clássica**. A história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia Clássica: Considerações Epistemológicas. In: FUNARI, P.P.A; CERQUEIRA, F.V; BRUNO, M.C.O. (Editores). **Arqueologia do Mediterrâneo Antigo**. Estudos em Homenagem a Haiganuch Sarian. Campo Grande: Life Editora; São Paulo: MAE/USP; FAPESP; SBEC, 2011. p.213-217.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OMENA, Luciane Munhoz. Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (Séc. III-IV d.C.). *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*. N° 29. Campinas. 2015. p.195-206.

GARRAFFONI, Renata Senna. História Antiga e as Camadas Populares: Repensando o Império Romano. Separata da Revista *Cadmo*. nº18. Lisboa, 2008. p.169-180.

GIMENO PASCUAL, Helena. **Artesanos y técnicas en la epigrafía de Hispania**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 1988.

HOPE, Valerie M. Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIAMS, H (Editor). **Archaeologies of remembrance. Death and memory in past societies**. New York: Kluwer Academic, 2003. p.113-140

JOLY, Fabio Duarte. **Libertate opus est. Escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 d.C.)**. Curitiba: Editora Progressiva, 2011.

JOLY, Fabio Duarte. **A escravidão na Roma Antiga**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Alameda, 2013.

JOSHIEL, Sandra Rae. **Work, identity and legal status at Rome: a study of occupational inscriptions**. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1992.

KOOPS, Egbert. Masters and Freedmen: Junian Latins and the struggle for citizenship. In: KLEIJN, Gerda; BENOIST, Stéphane (Editors). **Integration in Rome and in the Roman World**. Leiden/Boston: Brill, 2014. p.105-126.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Ann. Rev. Anthropol.* Vol.11. 1982, 207-230.

LASSÈRE, Jean-Marie. **Manuel D'Épigraphie Romaine**. Paris: Éditions Picard, 2005.

LEPELLEY, Claude. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Revista Heródoto*. Guarulhos. v.01, nº01. Março de 2016. p.418-437.

LOPEZ BARJA, Pedro Quiroga. Junian Latin: status and number. *Athenaeum*. N.86. 1998. p.133-163.

LUCIANI, Franco. Cittadini come *Domini*, Cittadini come *Patroni*. Rapporti tra *Serui Publici* e città prima e dopo la manomissione. In: DONDIN-PAYRE, M; TRAN, Nicolas (Eds). **Esclaves et maîtres dans le monde romain**. École Française de Rome, 2017. p.45-64.

MOURITSEN, Henrik. ***The freedman in the Roman World***. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PALMEIRA, Miguel Soares. Moses Finley: compreensão, modelos e historiografia. In: SILVA, Glaydson José; GALVÃO, Alexandre (Organizadores). *Como se escreve a História da Antiguidade: olhares sobre o antigo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

PATTERSON, Orlando. ***Slavery and social death: a comparative study***. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

PEREZ-GONZÁLEZ, Jordi. Epigrafía lapidaria en la era digital. *Boletín Archivo Epigráfico*. Madrid. N°02. 2018, p.05-16.

REMESAL, José. “*In perpetuum dicitur*”. Un modelo de fundación en el Império Romano. “*Sex. Iulius Frontinus, Iulius Sabinus*” y el Testamento de Lingón (CIL XIII 5708). *Gerión*. nº13. Universidad Complutense. Madrid, 1995. p.99-126.

REMESAL, José. ***La Bética en el concierto del Imperio Romano***. Madrid: Real Academia de Historia, 2011.

ROSTOVITZ, Mikhail. ***Iranians and Greeks in South Russia***. Oxford: Clarendon Press, 1922.

SCHNAPP, Alain. ***The Discovery of the past. The origins of Archaeology***. London: British Museum Press, 1996.

SILVA, Filipe Noé. ***Pela honra e em liberdade: os libertos e a munificência cívica na Baetica (Séculos I e II d.C.)***. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas, 2021.

## FÚLVIA E AS DEUSAS BÉLICAS EM SUAS MOEDAS

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 10/01/2022

**Tais Pagoto Bélo**

Museu de Arqueologia e Etnologia da  
Universidade de São Paulo

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/3017043208778303>

<https://orcid.org/0000-0002-5380-4884>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é destacar a personagem Fúlvia, uma mulher da República de Roma, que foi casada com Marco Antônio, e que muitas vezes foi esquecida. Ela liderou tropas e teve força para administrar os negócios de seu marido, enquanto ele estava longe. O artigo mostra que Fúlvia foi atrelada a deusas bélicas em sua iconografia monetária, incorporando a personificação de Vitória/Nike e trazendo consigo Atena ocasionalmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fúlvia, deusas, moedas.

**ABSTRACT:** The purpose of this work is to highlight Fulvia, an often forgotten woman from the Roman Republic who was married to Mark Antony. She was known for leading troops and managing her husband's political affairs while he was away. The paper shows that Fulvia was associated with war goddesses in her monetary iconography by incorporating the personification of Vitoria/Nike and occasionally bringing Athena with her.

**KEYWORDS:** Fulvia, goddesses, coins.

### 1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a imagem da mulher romana tiveram seu aparecimento de forma tímida, por ser um assunto novo, em 1962, por meio do trabalho de Balsdon. O olhar feminista e revolucionário veio com a obra *Goddesses, whores, wives and slave*, de Pomeroy, publicada em 1975. Em 1980, mesmo com toda a agitação do movimento feminista, um grande *corpus* de retratos imperiais foi organizado, chamado *Das römische Herrscherbild*, no qual os imperados tiveram uma longa seção e suas mulheres ficaram exemplificadas apenas no final. As mulheres romanas começaram a se sobressair nos trabalhos acadêmicos quando Fittschen e Zanker publicaram, em 1983, um catálogo sobre os retratos das pessoas de Roma, nos *Capitoline Museums of Rome*, sendo o volume, acerca das mulheres o primeiro a ser publicado.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é destacar uma mulher da Antiguidade que muitas vezes foi esquecida, Fúlvia, a qual teve liderança frente a tropas e força para administrar os negócios de seu marido, Marco Antônio, enquanto estava longe. Fúlvia foi atrelada a deusas bélicas em sua iconografia monetária, incorporando a personificação de Vitória/Nike e trazendo consigo Atena em províncias do Leste. Tal abordagem recorre a críticas ao

patriarcalismo romano, considerando que essa proposta de estudo não se desconecta da contemporaneidade, considerando que é a partir do olhar atual, dos valores, crenças e comportamentos vivenciados, e da problemática sobre a atualidade das mulheres, que esse conhecimento se busca no passado. Nessa perspectiva, Shanks e Tilley (1992) enfatizam que estão cientes de que a reconstrução do passado está fundamentalmente situada no contexto do presente, e que as políticas e questões sociais do presente impactam na reconstrução das sociedades do passado (Shanks & Tilley, 1992; Revell, 2016, p. 5).

## 21 FÚVIA

Fúlvia (84 a.C. – 40 a.C.) parece ter nascido em Tusculum e foi a única filha de M. Fulvius Bambalio (Cic. *Phil.* 3.16) e Semprônia, filha de Sempronius Tuditanus (Asc. *Mil.* 35), mas não é claro qual Semprônia foi a mãe dela (Welch, 1995, p. 197) porém não deixa de ser possível que a mãe de Fúlvia tenha sido a irmã da Semprônia<sup>1</sup> da Conspiração de Catilina (Bauman, 1992, p. 83). Em relação a família do seu pai, Fulvii, que era uma família distinta, que teve L. Fulvio Curvo como cônsul, em 322 a.C. Seu pai, Bambalio foi demitido por M. Tullio Cícero, aquele orador e político, como um homem insignificante (Cic. *Phil.* 3.16; Weir, 2007, p. 3). Babcock (1965) acredita que ela fosse rica. Ela era a última de cada uma das linhagens Fulvii e Sempronii Tuditani. Consequentemente, sua herança não seria desprezada por nenhum jovem nobre de hábitos caros e de renda escassa (Babcock, 1965, p. 3 – 5).

Fúlvia foi viúva de Publio Clodio Pulcro, com o qual teve uma filha, que foi a primeira esposa de Otávio César, Clodia. Ela levou uma grande soma de dinheiro para o dote do casamento com P. Clodio Pulcher (Brennan, 2012, p. 357), que seu *transitio ad plebem* apenas enfatizava sua origem patrícia através da ligação que tinha com a família Cláudia, ou seja, ele era filho e neto de cônsul, neto de juiz e irmão de futuro cônsul juiz, além de que suas três irmãs se casaram com cônsules (Babcock, 1965, p. 3). Clodio acabou por ser tribuno em 58 a.C. (Weir, 2007, p. 2). Ele foi um político que era extremamente popular entre o povo (Val. Max. 3.5.3), depois de se tornar tribuno, em 58 a.C.; consequentemente, ele foi considerado um demagogo (Plut. *Ant.* 10.1).

Depois que Clodio morreu violentamente nas mãos de seu adversário político, Milo, em 52 a.C., Fúlvia se casou com Gaio Scribonio Curio, por volta de 51 ou 49 a.C. Ele também era popular entre os plebeus (Weir, 2007, p. 7), tinha vindo de família que havia alcançado o consulado apenas com seu pai em 76 a.C. (Babcock, 1965, p. 3) e foi um tribuno em 50 a.C.; mas, segundo Weir (2007), isso ocorreu em 49 a.C. Brennan (2012) saliente que ele teve papel crucial na guerra civil junto a César. Além disso, ele foi como

---

1 A Semprônia da Conspiração de Catilina, assim como Fúlvia, foi retratada como aquela que adotou papéis inapropriados de gênero; ela cometeu crimes de ousadia masculina, repudiou suas dívidas e tomou a iniciativa em questões sexuais, sem qualquer consideração pelas virtudes “femininas” de modéstia, castidade e sobriedade (Hemelrijk, 1999, p. 86).

tribuno ao Norte da África, durante o conflito civil para seguir César (Brennan, 2012, p. 357). Provavelmente, Curio tinha ligação com Clodio, uma vez que Cícero lhe escreveu em 53 a.C. pedindo suporte para o caso da eleição de Milo para o Consulado (Cic. *Fam.* 2.6.3), mas Curio já estava dando apoio a Clodio (Cic. *Att.* 2.12.2; Dio, *Roman History*, 38.16.4). Curio foi morto pelo exército de Juba, rei da Numídia, enquanto lutava para César, na África, em 49 a.C. (App. *B. Civ.* 2.7.45; Weir, 2007, p. 6).

Logo depois da morte de Curio, Fúlvia se casou com Marco Antônio - por volta de 45 a.C., segundo Babcock (1965); e 46 a.C., segundo Weir (2007) - que também era amigo de Clodio (Cic. *Phil.* 2.48) e Curio (Cic. *Phil.* 2.45; Huzar, 1978, p. 26; Tatum, 1999, p. 116; Weir, 2007, p. 7), sendo que Cícero acabou tendo rivalidade com os três maridos de Fúlvia (Weir, 2007, p. 37). Antônio tinha origem antiga e obscura, parece ter vindo de uma família da nobreza plebeia, que voltou a se fortificar no início do primeiro século (Babcock, 1965, p. 3). Ele já tinha se tornado tribuno antes do casamento, em 49 a.C., comandou o exército de César em Pharsalus, em 48 a.C., e se tornou Mestre de Cavalo, em 47 a.C.; co-cônsul com Júlio César em 45 a.C. (Moore, 2017, p. 53) e cônsul, em 44 a.C. (Weir, 2007, p. 2 e 7). O que parece é que ele tinha dois avôs consulares, um era juiz; além de dois tios, que um deles também se tornou juiz (Babcock, 1965, p. 3). Fúlvia teve dois filhos com Antônio: M. Antônio Antilo, quem foi escolhido por Otávio para se casar com sua filha Júlia, em 36 a.C., mas foi morto em 31 a.C.; e Lúlio Antônio, quem se casou com Marcella, sobrinha de Augusto e alcançou o consulado em 10 a.C., mas foi morto em 2 a.C. (Brennan, 2012, p. 357). Todos os maridos de Fúlvia tinham uma carreira promissora e com conexões familiares que a levaria a um bom casamento (Babcock, 1965, p. 3).

### 3 | A IMPORTÂNCIA DE FÚLVIA E SUAS MOEDAS

Fúlvia foi uma mulher influente que teria mostrado características de liderança e que estava envolvida em negócios militares enquanto estava na Gália. Ela teve um papel ativo para administrar as políticas de Antônio, depois que ela assumiu o controle de afazeres no Leste. Além disso, ela suportou a causa de seu marido em Roma, junto com o irmão de Antônio, Lúcio, durante a Guerra Perusine (41 – 40 a.C.), em que ela teve considerável influência político-militar e lançou ataque e que Barrett (2002) menciona que ela pegou em espada e propagou palavras de ordem, fez um discurso para os soldados e deu conselhos de guerra para senadores e cavaleiros. Esta última ação deve ter sido interpretada como a pior coisa feita por ela na interferência da lealdade das tropas (Barrett, 2002, p. 117). Segundo Brennan (2012) seu comportamento foi extremamente transgressivo. De acordo com Dião Cássio, Fúlvia se acostumou a conduzir todas as suas deliberações com ajuda de Antônio e seu irmão Lúcio, e de até enviar ordens para onde fosse preciso; além disso, ninguém deveria, a esse ponto, se surpreender com ela, pois ela já estava se armando com espada, dava ordens e discursos aos soldados (Brennan, 2012, p. 360); ela foi para essa



guerra com suas crianças, se armou e lançou ordens militares (Dio, *Roman History*, 48.10).

A importância de Fúlvia a levou a ser a primeira romana a ter sua imagem retratada em moedas logo depois que Júlio César apareceu cunhado, em 44 a.C. Harvey (2020) menciona que sua figura apareceu primeiramente sob a personificação de Vitória/Nike, porém a identificação, se é ou não Fúlvia, é questionável (Harvey, 2020, p. 18).

A deusa Vitória foi antes de tudo a Nike grega, as duas são as deusas da vitória, mas uma é romana e a outra grega. Nike era filha de Titan Pallas e Styx, a ninfa presente no rio do submundo. Ela era reconhecida por suas asas, em sua mão esquerda ela segurava uma coroa de louro, e na direita um ramo de palmeira. Nas esculturas da Antiguidade ela era normalmente conectada com as estátuas colossais de Zeus ou Pallas-Atena, mas ela era de tamanho natural, sobre uma bola, e sobre a palma da mão aberta da divindade que a acompanhava. As vezes ela era ligada às inscrições de vitória nos escudos dos conquistadores, com seu pé direito ligeiramente levantado. A Nike foi altamente honrada como Vitória pelos romanos, os quais a atrelavam às suas conquistas. O santuário principal da deusa era o do Capitólio, onde era comum que os generais, depois de terem sucesso em batalha, fossem erigir estátuas a ela em comemoração a suas vitórias, e uma delas foi aquela construída por Augusto depois da batalha de Ácio (Berens, 2009, p. 98 – 99)

Segundo Barrett (2002), moedas de Fúlvia apareceram cunhadas em Lugdunum, por volta dos anos 40 a.C., com o nome de Antônio no reverso, e que possuíam um busto alado na figura feminina do anverso. O tipo apareceu em moedas que a imagem feminina tinha o cabelo tipo nodus, que poderia sugerir uma mulher mortal, possivelmente Fúlvia, mulher de Marco Antônio, por estar ligada às conquistas da Gália. No mesmo período, casas de moedas de Roma passaram a fazer o mesmo busto de Vitória com cabelo tipo nodus, parecendo que foi inspirada no tipo de Lugdunum (Barrett, 2002, p. 140).

A próxima moeda é um quinário, cunhado na Gália Cisalpina e Transalpina, em 43 e/ou 42 a.C. De acordo com Brennan (2012) Antônio usou Fúlvia como modelo para o rosto de Vitória, sendo a primeira imagem em moeda de uma mulher. No reverso se encontra o leão, símbolo do nascimento de Antônio (Brennan, 2012, p. 358), o qual estava comemorando seu quadragésimo primeiro aniversário.



Fig.01: Quinário<sup>2</sup> da Gália Cisalpina e Transalpina, 43 – 42 a.C. Anverso: busto de Fúlvia como a personificação de Vitória voltado à direita. Legenda: III·VIR·R·P·C (Triumviri Rei Publicae Constituendae = Triunvirato para a Restauração do Governo<sup>3</sup>). Reverso: leão andando, com borda de pontos. Legenda: ANTONI IMP XLI (Antoni Anno Unquarantesimus Imperator = Imperador Antônio, [comemorando] seu quadragésimo primeiro [aniversário]<sup>4</sup>).<sup>5</sup>

Cortesia da *American Numismatic Society*

A falta de uma legenda de identificação pode levar a uma gama de interpretações (Harvey, 2020, p. 39). E não se tem uma deliberação concreta e um acordo de que seja realmente Fúlvia. E se o busto for mesmo de Fúlvia, isso marca a primeira retratação feminina em moedas de Roma, representando uma inovação, pois mesmo os triúmviros apenas apareceram em moedas na metade dos anos quarenta antes de Cristo (Barrett, 2002, p. 140; Kahrstedt, 1910, p. 291 – 292; Kleiner, 1992, p. 358 – 360; Wood, 1999, p. 41; Bartman, 1999, p. 37 e 58). A explicação de que Fúlvia pode ter aparecido como a personificação de Vitória, segundo Harvey (2020), seria devido às suas ações, o que refletiria sua influência política e a lealdade das tropas e dos magistrados por Antônio, atitude que abriu espaço para outras mulheres na esfera pública (Harvey, 2020, p. 39).

Dessa forma, as primeiras moedas feitas potencialmente com o retrato de Fúlvia foi o *quinarii* de prata cunhado em 43 a.C., em Lugdunum (atual Lion), por volta do mesmo período que Antônio se tornou governador da Gália Comata e Gália Cisalpina. Posteriormente, em 41 a.C., foi cunhado um aureus por C. Numonius Vaala, com uma imagem similar a de Lugdunum (Harvey, 2020, p. 35 – 36). E esse tipo de moeda parece ter ecoado no Leste (Barrett, 2002, p. 140).



Fig.02: Aureus<sup>6</sup> cunhado por C. Numonius Vaala, Roma, 41 a.C., de 8,1g. Busto aceito como se fosse de Fúlvia como Vitória no anverso. Legenda do reverso: C. NUMONIUS VAALA.

© The Trustees of the British Museum

2 Referência: RRC: 489/6, disponível em: <http://numismatics.org/collection/1944.100.4491>, acessado em: 21/07/2021.

3 Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces66597.html>, acessado em: 29/06/2021.

4 Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces58848.html>, acessado em: 11/07/2021.

5 Disponível em: <http://numismatics.org/crro/results?q=489%2F6>, acessado em: 29/06/2021.

6 Registration number: R.9272; C&M catalog number: RR1p570.4215; Museum number: R.9272. Available at: [https://research.britishmuseum.org/research/collection\\_online/collection\\_object\\_details.aspx?objectId=3071501&partId=1&searchText=Vaala&page=1](https://research.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?objectId=3071501&partId=1&searchText=Vaala&page=1), accessed in: 18/01/2020.

Esse aureus possui em seu anverso o busto de uma figura feminina alada, que é um atributo da deusa Vitória. As características do rosto e iconografia são opostas ao de uma deusa, mas feitas com uma beleza significativa, mas que não é uma beleza divina. O penteado é aquele do tipo *nodus romano*, utilizado pelas matronas, identificando-a como uma mulher romana. Grueber (1910) não acredita que seja Fúlvia, pois no período que foi cunhada, Antônio não havia recebido essa honra, mas na Gália Cisalpina e Transalpina começaram a cunhar suas moedas por volta de 43 a.C. e em Roma por volta de 42 a.C. (Harvey, 2020, p. 36 - 37).

O aureus cunhado por C. Numonius Vaala tinha uma longa tradição de seleção de tipos que ilustravam os destaques de sua história familiar, e este raro aureus não era exceção. No reverso há um soldado guerreando, ou um *promachos*, o qual se encontra na primeira linha de batalha ou seria um soldado correndo ou fazendo força contra uma “muralha,” segurando um escudo com a mão esquerda e uma espada com a direita, contra dois soldados que estão segurando um escudo com a mão esquerda e erguendo espadas com a mão direita. A inscrição C. Numonius Vaala seria o nome do dono da casa de moedas. Dessa forma, presumivelmente, essa ilustração poderia ser uma homenagem ao ato de heroísmo de um ancestral, uma vez que o cognome Vaala, vem de *vallum* (Crawford, 1975, p. 523). O que parece é que o reverso não tem ligação direta com a ilustração do anverso e nem com os atos de Fúlvia, pois tal desenho aparece em outras cunhagens, que não são ligadas à Fúlvia.

Moedas de Fúlvia também foram cunhadas na província da Frígia, na cidade de Eumenéia (*Isheklî*), que foi fundada por Attalus II, de Perganum, por volta de 159 – 138 a.C., para contrabalançar a cidade vizinha Peltae, que era uma fortaleza Seleucida. O fundador a nomeou de acordo com o nome de seu irmão Eumenes. O território dessa cidade consistia em uma rica planície entre o baixo Glaucus e sua junção com o alto Maeander. Nessa planície havia, em Attanassos, o Hieron de um dos deuses nativos da Frígia. As primeiras moedas cunhadas em Eumenéia eram de bronze do segundo século antes de Cristo (Head, 1906, p. lx)

Eumenéia trocou seu nome em homenagem a Fúlvia, (Zager, 2014; Harvey, 2020; Barrett, 2002, p. 140). Esta informação é encontrada em trabalhos como o de Zager (2014) e Harvey (2020) sem maiores explicações de como ocorreu a troca do nome da cidade em questão. O que parece é que Antônio foi quem conferiu o nome de sua mulher, Fúlvia, a cidade de Eumenéia (Head, 1906, p. 213). Para Brennan (2012), Antônio deu apoio à troca de nome da cidade para “Fulviana” em homenagem a sua mulher, ato que foi o primeiro desse tipo a ser feito para uma mulher. Depois dessa troca de nomes as moedas do local começaram a ser cunhadas com o nome de “Fulviana” e uma contramarca com o nome antigo, Eumenéia (Brennan, 2012, p. 358). Segundo Head (1906), com essa troca de nomes da cidade, e depois de um século e meio de cunhagem de moedas locais com inscrição EVMENEWN, a legenda passou a ser, FOVLOVIANWN (Head, 1906, p. lxi), além

de que essa cunhagem de moedas de Fúlvia ocorreu por volta de 41 a.C.



Fig.03: Moeda de Fúlvia,<sup>7</sup> Frígia, Eumenéia, 41 – 40 a.C. Averso: busto drapeado de Fúlvia como Vitória/Nike. Reverso: coroa de Hera. Legenda: [F]OULOU I/ANWN/ZMEPTOI.<sup>8</sup>

Cortesia do *WildWinds*

A figura anterior é uma moeda cunhada na Roma provincial, na região da Frígia, mais especificamente na cidade de Eumenéia, datada de aproximadamente 41 a 40 a.C., que apresenta no anverso uma figura feminina com o busto voltado à direita e que parece ser a representação de Fúlvia como Nike/Vitória. Em seu anverso há uma coroa de Hera e em seu centro a legenda, [F]OULOU I/ANWN/ZMEPTOI.

Portanto, esta é uma prova do enaltecimento que Fúlvia obteve. De acordo com Grether (1946), essas moedas foram batidas para adular Marco Antônio (Grether, 1946, p. 223). E mesmo Livia, no início do governo de Augusto, nunca teve suas moedas cunhadas em Roma, mas em províncias gregas do Leste, já se tinha o hábito de comemorar mulheres reais helenísticas em moedas, durante o período de IV a II a.C.; o que pode ter influenciado o início da cunhagem de mulheres em moedas romanas (Harvey, 2020, p. 18).



Fig.04: Moeda da Frígia, cidade de Eumenéia, 41 - 40 a.C. Averso: figura feminina alada. Reverso: Atena, [Z]MEPTOPIΓOΣ/[Φ]IΛΩNIΔOY.<sup>9</sup>

Cortesia do *Classical Numismatic Group*

Essa última moeda também foi cunhada em Eumenéia, datada de aproximadamente 41 a 40 a.C., que apresenta no anverso uma figura feminina, com o busto voltado à direita e que repete a personificação de Fúlvia como Nike/Vitória. No reverso se encontra outra figura feminina, que seria Atena, segurando um escudo com o braço esquerdo e uma lança com a mão direita, além da legenda: [Z]MEPTOPIΓOΣ/[Φ]IΛΩNIΔOY. As ações de Fúlvia

<sup>7</sup> Referência: RPC I 3140; SNG Cop -; SNG von Aulock 8367; BMC Phrygia

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.wildwinds.com/coins/imp/fulvia/i.html>, [https://www.wildwinds.com/coins/imp/fulvia/RPC\\_3140.jpg](https://www.wildwinds.com/coins/imp/fulvia/RPC_3140.jpg) e [https://www.wildwinds.com/coins/imp/fulvia/RPC\\_3140.txt](https://www.wildwinds.com/coins/imp/fulvia/RPC_3140.txt), acessado em 30/06/2021.

<sup>9</sup> ID: 79000614. Denominação AE14. Referências: RPC 3139, SNG München – cop – Classical Numismatic Group. Disponível em <http://www.cngcoins.com/Coin.aspx?CoinID=127125> e [http://www.coinproject.com/coin\\_detail.php?coin=247324](http://www.coinproject.com/coin_detail.php?coin=247324).

são pertinentes às representações que são dedicadas a ela nessas moedas, como Vitória/Nike e Atena.

Atena era filha de Zeus, que na mitologia sempre se mostrou de acordo com seu pai ou do seu lado, sendo leal a ele, mas também como um instrumento dele, sendo vista como filha e pai em um só e tirando dele seus melhores conselhos. Ela era uma deusa vista como reconciliadora entre os homens e os deuses e entre os homens e as mulheres. Tanto na *Teogonia* de Hesíodo (924-926) quanto no hino homérico à Atenas, ela nasceu da cabeça inchada de Zeus, já vestida com seu equipamento de batalha. A aparência de Atena era tão potente quanto a arma de Zeus, e os dois juntos eram invencíveis. Atena foi tratada como o filho amado de Zeus na literatura épica e foi descrita com as armas de um homem, elmo, lança e escudo. E como um rei, ela residia em um palácio em Erechtheus. Ela era adepta a habilidades masculinas, domesticando cavalos, fundindo o bronze, cuidando das oliveiras, além de que ela guiou uma carroça e lutou do lado de seu pai na batalha contra os gigantes. Adiciona-se que ela conduziu os heróis da terra do sol para o submundo e era capaz de os fazer imortais. Ela era geralmente invocada depois de seu pai e antes de Apolo. Essas três deidades eram quem poderia usar o *aegis*,<sup>10</sup> e o balançava para produzir medo na *Iliada*. Além de que as três deidades representavam a manifestação extrema do patriarcado (Harrison, 1912). Como filha de Zeus e Metis, ela era dotada de uma dose extra de sabedoria que a capacitava a se conter e a não se perder no mundo. Na arte grega em geral, Atenas não deixa de aparecer com o helmo, a lança, escudo e pronta para a guerra. Ela era, em sua maioria, acompanhada nas artes por Zeus (Neil, 2001, p. 219 – 220 e 223). O fato de Atena acompanhar Fúlvia, diverge com Marco Antônio, uma vez que ele era sempre atrelado a Dioniso no Leste.

A representação de Atena e personificação de Vitória/Nike em moedas de Fúlvia pode marcar a liderança bélica dessa mulher, que poderia trazer em suas concepções uma aparência dúbia, feminina ou masculina. As características de Atena são em sua maioria masculinas, assim como as armas, a liderança, a inteligência e a belicosidade, que no Leste poderiam ser aceitas como femininas, diferente do centro, que seria Roma. Contudo, a lealdade e o dom da reconciliação eram características extremamente femininas para Roma, mas atrelada a mulher dentro de seu casamento. A imagem de Atena em moedas de Fúlvia poderia demonstrar a força, a determinação e o poder que ela levou enquanto estava em uma disputa com Otávio na Guerra Perusine. Essas características podem, por vezes, elucidar quem ela era e não enfatizar a questão masculina ou feminina de tal personagem, levando em consideração que a moeda era, primeiramente e especialmente, uma homenagem à Fúlvia.

10 Um escudo ou peitoral emblemático da majestade que foi associado a Zeus e Atenas. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/aegis>, acessado em: 28/06/2021.

## 4 | CONCLUSÃO

Costuma-se pensar as deidades femininas como seres ligados quase sempre às tarefas das mulheres, como a maternidade e ao matrimônio. Entretanto, quando se impõem essa concepção, quer dizer que já está arraigado uma interpretação de um modelo social patriarcal, em que os papéis dos homens e das mulheres estão totalmente definidos (López, 2011, p. 61). Entretanto, a presença de estereótipos de gênero em uma sociedade não diz respeito a como tais mulheres são de verdade, mas ao que a maior parte da sociedade acredita ser o certo para uma mulher ou homem agir. Dessa forma, deve-se ter em mente que mesmo a elite romana fazia parte de um grupo complexo de pessoas e que nem todas agiam da forma como se era esperado, como Fúlvia, que não foi realçada como a matrona romana ideal.

As representações de Fúlvia em moedas se distinguem sobremaneira de outras representações femininas, como as de Livia, que foi sempre ligada às deidades que caracterizavam a matrona, a esposa e a mãe. Fúlvia aparece em todas as moedas como a personificação de Vitória/Nike, o que acentua os caracteres comportamentais diferentes dos da matrona. Suas deidades estão vinculadas com atividades bélicas, poderosas, ligadas ao exercício da soberania, da conquista, as quais eram comumente atreladas ao homem romano, aquele *vir*, e que seriam intoleráveis a uma mulher. López (2011) salienta que desde os primórdios dos tempos romanos as deusas apresentavam atributos que lembravam esses exemplos de mulheres idealizadas, ou seja, os estereótipos femininos. A estudiosa diz que havia as deusas ligadas à guerra, ao poder e a liderança, mas quanto mais elas ganhavam poder masculino, elas iam perdendo força, de modo que a guerra e a tutela passaram a ser atributos dos deuses, quase exclusivamente. Nesse meio tempo, surgiram novas deusas, cujo culto se ligava a atividades maternas, ou se desposava das velhas divindades femininas para reduzi-las a proteção das mulheres em trabalhos de parto e às funções domésticas (López, 2011, p. 61).

Outra coisa que chama a atenção nas moedas de Fúlvia é que sua imagem aparece sempre sozinha no anverso, sem a presença masculina, demonstrando que a homenagem é direta a sua pessoa e seus atos, sem considerar Marco Antônio e sua posição, com exceção daquela moeda que no reverso aparece a legenda ANTONI. Ao contrário das moedas de Fúlvia, as moedas de Otávia, irmã de Otávio e esposa de Antônio depois de Fúlvia, enfatizava a perspectiva masculina de Marco Antônio, demonstrando o indivíduo masculino no anverso, e o feminino sempre em segunda instância, no reverso ou do lado inferior ao masculino, com legendas enfatizando-o e não a ela.

As ações das mulheres romanas ligadas ao Patronato poderiam ter favorecido as províncias do Leste, o que poderiam ter sido fundamentais para fazer com que tais regiões as homenageassem e, conseqüentemente, as cunhassem em suas moedas. Logo, os atos de Fúlvia poderiam ter contribuído para sua figura ter aparecido como a personificação

da deusa Nike/Vitória, uma vez que a caracterização da figura de uma mulher como uma deusa a aproximaria de um respeito ligado a *pudicitia*. De outra forma, a marca da Vitória foi sempre um símbolo masculino, ligado ao triunfo e a *virtus*, características que poderiam estar ligadas ao ato de coragem e decisão de Fúlvia e não ao consenso da matrona romana ideal, que carregava em suas representações símbolos ligados a fertilidade, segurança e estabilidade hereditária, uma vez que se esperava que o papel dessas mulheres seria garantir herdeiros, mas também de tomar conta da casa, das coisas do marido, além da lealdade.

Pelos critérios ideológicos comuns da sociedade romana, Fúlvia também foi caracterizada como uma mulher leal, a qual fez tudo para garantir o futuro político do marido, zelando por seu casamento, defendendo seu marido contra Otávio, mesmo que Antônio estava com Cleópatra. Ela cumpriu seu papel com honra e assim foi homenageada. Contudo, isso não quer dizer que os atos de Fúlvia não foram criticados. Fúlvia morreu acusada de ter sido responsável pelas divergências entre Otávio e Antônio (Plut., *Ant.*, 30.1; Dio, *Roman History*, 48. 2 – 4), o que mostra o resultado de uma manipulação parcial da memória dessa mulher, por meio da ênfase em fatos descontextualizados e que até demonstram uma deslegitimação da mulher para que os autores antigos pudessem moldar uma história que fosse de acordo com seus interesses contingentes e ajustada às suas visões políticas (Rohr Vio, 2015, p. 77) e de gênero.

## REFERÊNCIAS

### AUTORES ANTIGOS

APPIANUS. 1477. **Historia Romana – De bellis civilibus**. Translated by Petrus Candidus Decembrius. Venice: Bernhard Maler, Erhard Ratdolt and Peter Löslein.

ASCONIUS. **Commentaries on five speeches of Cicero**. Simon Squires. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, Inc.

CASSIUS DIO. 1925. **Roman History**. Edited by E. Cary, London, G. B. Putman.

CICERO. 1912/1919. **Letters to Atticus**. Translated by: Winstedt, E. O., M. A. London: William Hernemann and New York: G. P. Putnam's son.

\_\_\_\_\_. 2004. **Epistulae Ad Familiares**. Edition and translation by: Skackleton Bailey, D. R. Cambridge: Cambridge University Press.

CICERONIS, M. Tulli. 1918. **Orationes: Pro Milone; Pro Marcello; Pro Ligario; Pro Rege Deiotaro; Philippicae 1-14**. Anotações e críticas de Clark, A. C. Oxford: Oxford University Press.

VALERI MAXIMI. **Valeri Maximi Facta et dicta memorabilia**. Briscoe, J. (ed.). Stuttgart: Teubner, 1998.



PLUTARCH. 1965. **Makers of Rome**. Scott-Kilvert, Ian (translated and introduction), London: Penguin Books.

## REFERÊNCIAS

BABCOCK, C. L. 1965. *The early career of Fulvia*. In: **The American Journal of Philology**, v. 86, n. 341. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

BALSDON, J. P. V. D. 1962. **Roman women**. New York: The John Day Company.

BARRETT, A. A. 2002. **Livia: first lady of Imperial Rome**. New Haven: Yale University Press.

BARTMAN, E. 1999. **Portraits of Livia: imaging the imperial woman in Augustan Rome**. Cambridge.

BAUMAN, R.A. 1992. **Women and Politics in Ancient Rome**. London: Routledge.

BERENS, E. M. 2009. **The myths & legends of Ancient Greece and Rome**. (Ed. S. M. Soares). MetaLibri, v1.0p.

BRENNAN, C. T. 2012. *Perceptions of women's power in the Late Republic: Terentia, Fulvia, and the generation of 63 BCE*. In: James, S. L. & Dillon S. (eds.) **A companion to women in the Ancient World**. Oxford: Wiley-Blackwell, a John Wiley & sons, Ltd, publication.

CROWFORD, Michael H. 1975. **Roman Republic coinage**. Cambridge: Cambridge University Press. v. 1.

FITTSCHEN, K. & ZANKER, P. 1983. **Katalog der römischen portraits in den Capitolinischen Museen und den anderen kommunalensammlungen der stadt Rom 3, Kaiserinnen und Prinzessinnenbildniss, Frauenporträts**. Mainz an Rhein: Verlag Philipp von Zabern.

GRETHER, G. 1946. *Livia and the Roman Imperial Cult*. In: **The American Journal of Philology**, v. 67, n. 3, pp. 222 – 252.

GRUEBER, H. A. 1910. **Coins of the Roman Republic in the British Museum**. v. 1. London: British Museum.

HARRISON, Jane E. 1912. **A study of the social origins of Greek religion**. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 500 – 502.

HARVEY, T. 2020. **Julia Augusta: images of Rome's first empress on the coins of the Roman empire**. London and New York: Routledge: Taylor & Francis Group.

HEAD, B. V. 1906. **Catalogue of Greek coins of Phrygia**. London: Oxford University Press.

HEMELRIJK, E. A. 1999. **Matrona docta: educated women in the Roman elite from Cornelia to Julia Domna**. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group.

HUZAR, E. G. 1978. **Mark Antony: A Biography**. Minneapolis: University of Minnesota Press.

KAHRSTEDT, V. 1910. *Frauen auf antiken Münzen*. **Klio** 10: 261 – 314.

KLEINER, D. 1992. *Politics and gender in the pictorial propaganda of Antony and Octavian*. **EMC** 36: 357 – 358.

LÓPEZ, R. M. C. 2011. *La matrona y las mujeres de la Roma antigua. Um estereotipo feminino a través de las imágenes religiosas y las normas legales*. In: **Mujeres em la Historia, el arte y el cine: discursos de género, variantes de contenidos y soportes: de la palabra al audiovisual**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. pp. 55 – 70.

MOORE, Katrina. 2017. **Octavia Minor and the transition from Republic to Empire**. Dissertação (mestrado em História da Arte) – The Graduate School of Clemson University, Clemson, South Carolina, USA. Disponível em: [https://tigerprints.clemson.edu/all\\_theses](https://tigerprints.clemson.edu/all_theses).

NEILS, Jenifer. 2001. *Athena, alter ego of Zeus*. In: DEACY, Susan & VILLING, Alexandra (eds.). **Athena in the Classical world**. Leiden, Boston, Köln: Brill.

POMEROY, S. B. 1975. **Goddesses, whores, wives and slaves: women in Classical Antiquity**. Belin: Schocken Books.

REVELL, L. 2016. **Ways of being roman: discourses of identity in the roman west**. Oxford & Philadelphia: Oxbow Books.

ROHR VIO, Francesca. 2015. *Dux femina: Fulvia in armi nella polemica politica di età triunvirale*. In: Rohr, F. & Lucchelli, T. M. **Viris Militaris: rappresentazione e propaganda tra Repubblica e Principato**. Trieste: Edizioni Università di Trieste. pp. 61 – 89.

SHANKS, M.; TILLEY, C. 1992. **Reconstructing Archaeology: theory and practice**. 2<sup>nd</sup> ed. London, Routledge.

TATUM, W.J. 1999. **The Patrician Tribune: Publius Clodius Pulcher**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

WEIR, Allison J. 2007. **A study of Fulvia**. A thesis submitted to the department of Classics, in conformity with the requirements for the degree of Master of Arts. Kingston, Ontario: Queen's University.

WELCH, K.E. 1995. *Antony, Fulvia, and the Ghost of Clodius in 47 B.C.* In: **G&R** 42, n. 2, pp. 182-201.

WOOD, S. E. 1999. **Imperial women: a study in public images, 40 BC - AD 68**. Leiden, Boston, Köln: Brill's Scholars' List.

ZAGER, I. 2014. **The political role of women of the Roman elite, with particular attention to the autonomy and influence of the Julio-Claudian women (44 BCE to CE 68)**. Submitted in accordance with the requirements for the degree of Master of Arts, in the subject of Classical Studies, at the University of South Africa.

## SOBRE OS ORGANIZADORES

**JORGE EREMITES DE OLIVEIRA** - Licenciado em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre e Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e concluiu estágio de pós-doutoramento em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor e pesquisador na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Na mesma instituição, faz parte do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Também é bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e possui experiências nas áreas de Arqueologia, Antropologia Social e História, com ênfase em Etnoarqueologia, Etnologia Indígena e Etno-história, bem como na produção de laudos administrativos e judiciais sobre terras indígenas no Brasil.

**JULIANO BITENCOURT CAMPOS** - Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Tras-os-Montes e Alto-Douro, Portugal (UTAD), com reconhecimento de diploma no Brasil de Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGCA/UNESC). Especialização em Arqueologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI/RS). Graduado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Atualmente é professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e nos cursos de História, Geografia, Biologia. Pesquisador do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS/UNESC). Pesquisador do Núcleo de Estudos Étnico-raciais, Afro-brasileiros, indígenas e de Minorias (NEAB/UNESC). Consultor Científico na ARQUEOSUL Arqueologia e Gestão do Patrimônio. É sócio efetivo na Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Pesquisador associado ao Instituto Terra e Memória (ITM) e Centro de Geociências da Universidade de Coimbra - Portugal. (SAB).

**PEDRO PAULO A. FUNARI** - Bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986), doutor em Arqueologia (1990), pela USP, livre-docente em História (1996) e Professor Titular (2004) da Unicamp. Professor de programas de pós da UNICAMP e USP, Distinguished Lecturer University of Stanford, Research Associate – Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval (Canadá). Líder de grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da FAPESP, orientador em Stanford e Binghamton, foi colaborador da UFPR, UFPel, docente da UNESP (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires e UFRJ. Na Unicamp, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos (2007/09), e no Nepam (2014/16), representante do IFCH na CADI (2005-2009) e dos titulares no DH (2015/6), membro da CAI/Consu (2009), Assessor do Gabinete do Reitor e Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp (2009-2013). Apresentador do programa da RTV Unicamp

e Diálogo sem fronteira", desde 2011, com mais de 220 entrevistas. Participa do conselho editorial de mais de 50 revistas científicas estrangeiras e brasileiras. Membro dos conselhos de Encyclopaedia of Historical Archaeology, Oxford Encyclopaedia of Archaeology e Encyclopaedia of Archaeology (Academic Press). Foi Secretary, World Archaeological Congress (2002-2003), membro permanente do conselho da Union Internationale des Sciences Préhistoriques e Protohistoriques (UISPP) e sócio da ANPUH, ABA, SAB, SBPH, SHA, SAA, WAC, ABIB, AAA, Roman Society. Académico extranjero de la Academia de História de Cuba desde 2013. Líder de Grupo de Pesquisa do CNPq, sediado na Unicamp e vice-líder de dois outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acervo Arqueológico 1

Alforrias 123, 124, 125

Arqueologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 30, 38, 39, 41, 42, 44, 59, 61, 63, 64, 67, 69, 72, 80, 83, 85, 86, 87, 94, 101, 102, 104, 105, 108, 109, 110, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 132, 133, 134, 136, 148

Arqueologia Cognitiva 104, 110

Arqueologia Colaborativa 11, 12, 13, 14, 23, 24

Arqueologia Pública 3, 11, 12, 23, 101

### C

Comunidade 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 26, 27, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 96, 97, 110

Comunidade Indígena 41, 43, 45, 46, 48

### D

Deusas 136, 139, 144

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 13, 17, 19, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 82, 86

Educação Patrimonial 25, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 82, 86

Epigrafia 123, 126, 127, 129, 132, 133

Escravidão Antiga 123, 124

Estados Alterados de Consciência 104, 108, 111, 112, 117, 121

Etnoarqueologia 40, 41, 42, 43, 59, 60, 148

Etno-História 42, 45, 59, 61, 63, 64, 83, 85, 148

Etno-História Indígena 61

### F

Fúlvia 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145

### I

Império Romano 123, 124, 127, 128, 129, 131, 134, 135

Índios Kaingang 61

Interdisciplinar 104, 109, 120

Interdisciplinaridade 104, 116

## **L**

Laudos Judiciais 40

Libertos 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135

## **M**

Memória 10, 15, 16, 17, 22, 26, 33, 35, 37, 46, 85, 96, 101, 102, 121, 145, 148

Moedas 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Multivocalidade 11, 12, 13

## **P**

Pantanal 40, 41, 43, 44, 45, 46, 52, 59

Pari 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 89

Pari-Armadilha de Pesca 61

Patrimônio 11, 12, 13, 14, 17, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 148

Patrimônio Arqueológico 13, 14, 23, 38, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102

Patrimônio Cultural 11, 12, 14, 17, 19, 22, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 92, 94, 95, 96, 97, 102, 148

Patrimônio Imaterial 31

Povo Indígena Guató 40

Preservação 6, 13, 14, 17, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 37, 38, 39, 72, 96, 97, 102, 115

## **S**

Séculos XV-XVIII 104

Serra da Capivara 5, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23

Sistematização 96, 104, 112

Sustentabilidade 11, 12, 13, 14, 15, 23, 94

Sustentabilidade Cultural 11, 12, 13, 14, 15, 23

## **T**

Terras Indígenas 40, 52, 59, 148


Testemunhos Arqueológicos 110, 112, 113


## **V**


Vale do Rio Piquiri-PR 61

# ARQUEOLOGIA:

## Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 







# ARQUEOLOGIA:

## Temáticas e Perspectivas Teórico- Metodológicas de Pesquisa 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 